SIMONE DA SILVA NEGRI CARROSI

MIGUEL LEMOS E A OPOSIÇÃO À IDÉIA DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

MARINGÁ
2004

SIMONE DA SILVA NEGRI CARROSI

MIGUEL LEMOS E A OPOSIÇÃO À IDÉIA DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen.

MARINGÁ
2004

SIMONE DA SILVA NEGRI CARROSI

MIGUEL LEMOS E A OPOSIÇÃO À IDÉIA DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação.

Aprovada em 24 de junho de 2004.

BANCA EXAMIDORA

Profª Drª Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen – Orientadora

Prof Dr José Luis Sanfelice – UNICAMP.

Prof Dr Cezar de Alencar Arnaut de Toledo – UEM

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen, por sua infinita cordialidade, pelo seu incentivo e apoio intelectual durante todo o meu processo de aprendizagem.

Ao meu esposo, que apostou na minha pessoa para a realização desse ideal, assim como às nossas famílias, cujas pessoas são para mim referências de luta pela vida.

Ao amigo Hiris Magierski e às amigas que estiveram ao meu lado, apoiando-me.

Ao Mestrado em Educação, à coordenadora do programa de Pós-graduação Profª Nerli Nonato Mori.

Aos professores José Luis Sanfelice (UNICAMP) e Cézar de A. A. de Toledo (UEM), por aceitarem, gentilmente, o convite de compor as bancas de qualificação e defesa, bem como aos professores Leonardo Prota (UEL) e Walter L. de A. Praxedes (UEM), pela apreciação da minha dissertação. Agradeço também ao professor Sergio Tiski (UEL), por sua atenção.

Irmãos, cantai esse mundo
que não verei, mas virá
um dia, dentro de mil anos,
talvez mais...não tenho pressa.
Um mundo enfim ordenado,
uma pátria sem fronteiras
sem leis e regulamentos,
uma terra sem bandeiras,
sem igrejas nem quartéis,
sem dor, sem febre, sem ouro,
um só jeito de viver, mas
nesse jeito a variedade,
a multiplicidade toda
que há dentro de cada um.
Uma cidade sem portas, de casas sem armadilha,
um país de riso e glória
como nunca houve nenhum.
Este país não é meu
nem vosso ainda, poetas.
Mas ele será um dia
O país de todo homem.

Carlos Drummond de Andrade
"*Cidade Prevista*"

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo caracterizar a posição de Miguel Lemos (1854 - 1917) em relação à idéia de criação de universidades no Brasil na segunda metade do século XIX. Até esse período, o Brasil ainda não contava com uma instituição universitária, muito embora já tivessem sido apresentados à Câmara dos Deputados e ao Senado, diversos projetos, visando à concretização de uma aspiração que há muito tempo diversos grupos vinham manifestando. Mas essa aspiração não era consensual. Outros grupos opunham-se energicamente a esse projeto, destacando-se, entre eles, os positivistas, em especial aqueles ligados ao *Apostolado Positivista*. A escolha por Miguel Lemos, como objeto de investigação, deveu-se à sua participação ativa no *Centro Positivista Brasileiro* ou *Igreja Positivista* como seu fundador e Presidente. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, de caráter histórico, buscamos compreender o pensamento e a atuação histórica do autor em análise, a partir da compreensão de sua filiação teórica – o que nos levou a estudar a obra de Augusto Comte –, e do contexto histórico e intelectual em que viveu. Como resultados, chegamos à conclusão parcial de que a oposição de Miguel Lemos, do Apostolado que ele representava e de um significativo número de positivistas não ortodoxos à idéia de universidades no Brasil deveu-se a duas ordens de fatores: a) à filiação teórica à filosofia positiva de Augusto Comte, autor cuja doutrina educativa não incluía a universidade; b) à percepção que Miguel Lemos e seus companheiros do Apostolado tinham da conjuntura histórica vivida pelo Brasil.

Palavras-chave: Universidades no Brasil; Miguel Lemos; Positivismo; *Apostolado Positivista*.

ABSTRACT

The status of Miguel Lemos (1854-1917) and the establishing of universities in the latter half of the 19th Century in Brazil are provided. Although several law drafts existed and had been proposed to the Lower House of Deputies and to the Senate, Brazil lacked this educational institution well up to the mid-19th Century. For several decades certain social groups in Brazil had actually manifested their desire to found universities. However, such aspirations were not partaken by others. The positivists, in particular those linked to the Positivist Apostolate, opposed vigorously this idea. Miguel Lemos and his works have been analyzed due to his great participation in the Positivist Apostolate as its founder and president. Our history-based research involved an investigation on the ideas and the historical activities of the author under analysis, the seminal and foundational authors on whom he based his works, in particular Comte's, and the historical and intellectual context he lived in. Results show that the opposition against the establishment of Universities in Brazil by Miguel Lemos, by the Positivist Apostolate that he headed and by a large number of unorthodox positivists was due to two types of factors: a) to the theoretical dependence on the Comte's positivist philosophy which did not include the concept of a university; b) to the awareness that Miguel Lemos and his companions of the Apostolate had on the Brazilian historical situation experienced at that time.

Key words: Universities in Brazil; Miguel Lemos; Positivism; Positivist Apostolate.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8

1 **POSITIVISMO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO**.....16

1.1 CENÁRIO DO ADVENTO DO PENSAMENTO COMTIANO.....17

1.2 CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE AUGUSTO COMTE.....25

1.3 COMTE EDUCADOR: A DOUTRINA DA EDUCAÇÃO UNIVERSAL E A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE.....34

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PENETRAÇÃO E DA DIFUSÃO DO POSITIVISMO NO BRASIL.....52

2.1 O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS ANUNCIAM A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA FASE PARA O PAÍS.....54

2.2 NOVOS TEMPOS, NOVAS IDÉIAS: A PENETRAÇÃO DO POSITIVISMO, DO EVOLUCIONISMO E DO DARWINISMO.....60

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS: A REPÚBLICA SUBSTITUI A MONARQUIA.....72

3 **MIGUEL LEMOS: BRASIL SEM UNIVERSIDADES**.....95

3.1 MIGUEL LEMOS: UM “APÓSTOLO” DO POSITIVISMO NO BRASIL.....97

3.2 O PROJETO DO APOSTOLADO POSITIVISTA PARA O BRASIL: LINHAS PROGRAMÁTICAS BÁSICAS.....115

3.3 BRASIL: DOS CURSOS SUPERIORES AOS PROJETOS PARLAMENTARES DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....132

3.4 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA OPOSIÇÃO DE MIGUEL LEMOS ÀS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL.....146

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....162

REFERÊNCIAS.....169

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado teve como tema a história da universidade no Brasil. O objeto de discussão centralizou-se na luta pela criação da instituição universitária no Brasil na segunda metade do século XIX e, em especial, na oposição de Miguel Lemos à concretização desse ideário. A escolha por Miguel Lemos (1854 - 1917) deu-se pelo seu destaque como o representante mais ortodoxo do positivismo no Brasil, o que lhe conferiu o mérito de obter o cargo de Presidente do *Centro Positivista Brasileiro.* O interesse em investigar a participação desse positivista, nas campanhas contrárias à criação de universidades, ocorreu quando realizávamos estudos sobre o pensamento de Augusto Comte (1798 - 1857) no Curso de Pedagogia. Na disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa (METEP), tivemos a oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos por meio da elaboração da monografia intitulada: *A educação como objeto de pesquisa no pensamento de Comte*. Em seguida, desenvolvemos o Projeto de Iniciação Científica: *A concepção de história de Augusto Comte*.

Dos estudos desenvolvidos sobre o positivismo, uma questão que nos chamou a atenção foi o da participação dos positivistas na campanha contrária à criação de universidade no Brasil no século XIX. Daí surgiu a proposta de darmos continuidade aos estudos iniciados na graduação, abordando a atuação de Miguel Lemos como opositor da viabilização da instituição universitária em nosso país.

Do contato com as obras do autor, levantamos algumas informações importantes para iniciar esta pesquisa, ou seja, que o positivismo se apresentou, no século XIX, como uma destacada tendência teórico-metodológica cuja influência se estende até os nossos dias. Na França, os principais disseminadores do pensamento de Comte foram os seguidores das Sociedades Positivistas[1], principalmente os ortodoxos.

A educação foi o setor em que, fortemente, tivemos a influência do positivismo. No ensino de história, predominou e ainda está presente o aprendizado pautado na descrição dos fatos. Nesse processo de ensino-aprendizagem, o agente histórico-social, o homem, é retirado, dando lugar a agentes heróicos.

Em especial, no que se refere à história da universidade no Brasil, vários pesquisadores brasileiros do tema apontam para o fato da universidade ter sido uma instituição temporã entre nós, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina.

De acordo com Álvaro Vieira Pinto (1986, p. 17), “no Brasil a universidade é um órgão social recente, só instalado oficialmente quando sua presença se fez necessária. Nada tem de comum com os similares estrangeiros, cuja fundação se conta por séculos”.

---

[1] Referimo-nos à *Sociedade Positivista de Paris*, comandada por Pierre Laffitte. No Brasil, no Rio de Janeiro, a Sociedade Positivista foi organizada sob a direção de Pierre Laffitte, chefe supremo da *Igreja Positivista*, reconhecido como herdeiro da ortodoxia comtiana. Já Émile Littré foi o divulgador da filosofia comtiana no Brasil, os primeiros contatos de Miguel Lemos com o positivismo foi a partir da filosofia littreísta. Mas, em Paris, Lemos de positivista littreísta converteu-se ao positivismo ortodoxo de Pierre Laffitte, o continuador dos ensinamentos de Comte. Foi após seu rompimento com o grupo littreísta que Miguel Lemos (1854 - 1917) declarou ser “falso” o positivismo de Émile Littré por não corresponder aos ensinamentos de Comte sobre a religião.

Apesar deste tipo de instituição ser recente no Brasil, sendo que a criação da primeira universidade ocorreu em 1920[2], no Rio de Janeiro, com o nome de *Universidade do Rio de Janeiro,* está registrada a tentativa de sua fundação desde o século XVI[3], como afirma Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1977).

Fernando de Azevedo (1976) nos apresenta a tese da oposição de Portugal para explicar o retardamento de universidades no Brasil. Portugal precisava manter os jovens centralizados na sua velha Universidade de Coimbra. Para atender as necessidades culturais da camada privilegiada do Brasil, os filhos desta classe contaram, desde o século XVI até 1759, data da expulsão dos jesuítas, com a instrução dos padres, que também preparavam alunos para os estudos superiores em Coimbra.

Autores como Roque Spencer Maciel de Barros (1959), Álvaro Vieira Pinto (1986)[4] e Luiz Antônio Cunha (1980) demonstram que foi somente na segunda metade do século XIX que surgiram projetos em defesa da fundação de universidades, intensificando, assim, o debate da realidade educacional do país, o que envolvia a discussão sobre a legalidade de fundação de instituições superiores, bem como as análises dos ideais sociais, políticos e pedagógicos que justificariam essa criação.

---

[2]A *Universidade do Rio de Janeiro* foi criada em sete de setembro de 1920, por meio do Decreto n. 14.343. "Não passou, porém, essa primeira criação, da agregação de três escolas superiores existentes no Rio: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica", explica Romanelli (1991, p.132). Mas apesar de ter recebido o título de primeira universidade do Brasil, temos o registro de que, no estado do Amazonas, em 1909, foi criada a Universidade de Manaus, mas sem lograr êxito, pois, com o esgotamento da prosperidade econômica da região, foi decretado seu fim em 1926. Outras duas universidades que não tiveram sucesso foram a Universidade de São Paulo, criada em 1911 tendo sua dissolução em 1917, e a *Universidade do Paraná,* criada em 1912 em Curitiba, sendo incorporada, em 1950, à recém-criada *Universidade Federal do Paraná*. Como podemos perceber, dentre essas três universidades citadas, a *Universidade do Rio de Janeiro* foi a única que manteve e mantém o status de universidade. Completa Romanelli que, de acordo com as normas dos Estatutos das Universidades, a primeira universidade a ser criada foi a *Universidade de São Paulo,* surgida em 25 de janeiro de 1934, isto porque esta não foi uma incorporação de cursos existentes e autônomos como as demais, ela apresentou as novas *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*.

[3] Foram os jesuítas em 1583 os primeiros a iniciar a idéia, com a proposta de transformar o Colégio da Bahia em universidade.

[4] O referido livro, intitulado: *A questão da universidade* de Álvaro Vieira Pinto, foi escrito em 1961 para participar dos debates em torno da reforma universitária. Sua primeira publicação foi feita pela UNE.

Mas esses projetos, contudo, não chegaram a se concretizar por enfrentarem oposições de alguns grupos organizados e filiados a determinadas correntes, dentre esses, os positivistas.

De acordo com Barros (1959, p. 221), os liberais foram favoráveis à criação de universidades. Esse grupo via na criação de universidades “a chave para a solução do problema do ensino superior; só estas instituições, para eles, seriam capazes de desempenhar o papel que se reclamava da instrução superior, acelerando o progresso do país”. Dentre esses liberais, escolhemos os discursos de Paulino José Soares de Souza, que ocupou o cargo de Ministro da Agricultura no Império e que se propôs a defender projetos, na Câmara dos Deputados e no Senado, favoráveis à criação de uma universidade no Brasil na segunda metade do século XIX.

Em contrapartida às propostas dos liberais, tivemos as idéias que se apresentaram como um sério obstáculo à concretização desses projetos. Para entendermos quais foram os argumentos desse grupo de oposição à criação de universidades, selecionamos um trecho de Zacarias de Góes e Vasconcellos, um senador que foi contrário ao projeto do Ministro Paulino José Soares de Souza:

> O nosso paiz vasto e inculto, como descreveu o nobre ministro da agricultura em seu relatório, o que é que reclama? Precisa de mais bacharéis no fôro? Precisa de mais pergaminhos que façam concorrencia ao parlamento? Não. Elle precisa de quem vá trabalhar na lavoura, no commercio; nas artes, nas vias férreas ou na mineração, finalmente precisa de quem applique á produção da riqueza (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1870, p. 6).

Nas palavras de Pereira Barretto, acatado como o legítimo introdutor do positivismo no Brasil por Roque Spencer Maciel de Barros (1959), a universidade é considerada “pretensiosa, estéril e anacrônica”. Outro opositor foi Miguel Lemos, que, protestando contra a criação dessa instituição, em março de 1881, declarou ser esta uma “tentativa retrógrada”.

Muito embora as teses comentadas lancem alguma luz sobre o processo histórico de retardamento da criação de universidades no Brasil, elas ainda não esclareceram, suficientemente o assunto, em especial com base em uma perspectiva teórica que permita a inserção da questão na totalidade histórica. O estudo mais alentado, nesse sentido, foi o de Roque Spencer Maciel de Barros *A ilustração brasileira e a idéia de universidade* (1959).

Na tentativa de colaborar com o aprofundamento dessa questão, interessamo-nos em explicar de maneira específica a atuação de Miguel Lemos. Mais concretamente, o problema que estamos investigando pode ser expresso pela seguinte indagação:

- Por que Miguel Lemos assumiu uma posição contrária à criação de universidades no Brasil na segunda metade do século XIX?

Para tornar mais explícita nossa problemática duas outras questões podem ser consideradas:

- Quais as razões teóricas e históricas apontadas por Miguel Lemos para justificar sua oposição à criação de universidade no Brasil?

- Esta posição de Miguel Lemos tinha respaldo na teoria de Augusto Comte?

O propósito desta dissertação, não se limitou, apenas, à análise dos projetos apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado a favor da criação de universidades e aos seus discursos contrários a tal tentativa. Desenvolveu, também, um estudo mais amplo dos documentos produzidos pelo *Apostolado Positivista* do Brasil[5]. Procurando, nesses documentos, o assunto que mais nos interessa, ou seja, saber quais foram as estratégias aplicadas por Miguel Lemos e Teixeira Mendes para impedir a criação de uma universidade no Brasil.

Nossa investigação não abrangerá o posicionamento de todos os positivistas do Apostolado, apenas a posição de Miguel Lemos, por ser ele o representante do Apostolado Positivista, ou seja, o seu presidente. Outros positivistas, como Teixeira Mendes (1855 - 1927), serão estudados sempre que necessário para esclarecer o pensamento de Miguel Lemos.

Contrapondo-se às idéias positivistas de perceber a realidade, o trabalho foi fundamentado na perspectiva marxista, por entendermos que este é o referencial de análise que nos possibilita apreender o nosso objeto de estudo a partir do contexto histórico em que ele foi produzido. Portanto, esta pesquisa pretendeu mostrar que um projeto político-social só se concretiza de acordo com as condições objetivas de uma determinada sociedade e não apenas e tão somente pela análise do pensamento dos homens que idealizaram ou rejeitaram tal projeto.

---

[5] Em relação aos textos do *Apostolado Positivista*, é importante esclarecer que algumas das fontes utilizadas são os originais publicados no final do século XIX e início do século XX. Para estes casos, reproduzimos, nas citações, os textos com o português de uso corrente daquele período histórico. Outras fontes, no entanto, por não terem sido localizados os documentos originais, utilizamo-nos de publicações posteriores editadas pelo *Apostolado Positivista* com o português atual.

Das obras disponíveis sobre o positivismo no Brasil e sobre a ação dos seus seguidores nesse debate, selecionamos, como fontes secundárias, trabalhos de autores que tratam dessa discussão, como: Ivan Lins (1967); Antônio Paim (1981); João Cruz Costa (1956); o professor Roque Spencer Maciel de Barros (1959), entre outros.

De acordo com a orientação teórico-métodológica adotada, estruturamos essa dissertação em três capítulos. No primeiro, procuramos sintetizar alguns aspectos da teoria de Augusto Comte que apresentam um interesse mais imediato a esta dissertação. Para isso, priorizamos, como fontes primárias, obras do filósofo francês. Compreender as idéias de A. Comte, além disso, tornou-se fundamental para que consigamos atingir um dos nossos objetivos, que é discutir se a oposição dos positivistas do *Apostolado Positivista* do Brasil à criação de universidades no Brasil no século XIX teve respaldo, ou não, nas formulações teóricas de Comte.

No segundo capítulo, resgatamos alguns elementos da formação social, econômica e política do Brasil a partir da segunda metade do século XIX até o final da Primeira República, isso porque não conseguimos estudar um período, analisar os acontecimentos de um determinado momento se não conhecemos sua origem. Não podemos, portanto, analisar um objeto por ele mesmo, descolado da totalidade que o compõe. Nesse intuito buscamos o momento do surgimento do Positivismo na história brasileira, apresentando a influência desse grupo no século XIX e, especialmente, nos acontecimentos referentes à Proclamação da República.

No terceiro capítulo, estudamos todo o percurso de Miguel Lemos como Apóstolo da Religião da Humanidade, destacando a influência do grupo ortodoxo do Apostolado no cenário brasileiro, principalmente sua oposição acerca da criação de uma universidade no Brasil. Analisamos, também, alguns projetos parlamentares defendidos na Câmara dos Deputados e no Senado sobre a temática. Tratou-se da busca de respostas para o entendimento do papel que os positivistas ortodoxos tiveram na campanha contrária à criação de universidades.

1 POSITIVISMO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Como já assinalamos na introdução desta dissertação, Miguel Lemos, autor brasileiro nascido na segunda metade do século XIX, foi um seguidor de Augusto Comte (1798 – 1857), pensador francês fundador da filosofia positiva. Como adepto rigoroso dessa filosofia, Lemos só pode ser compreendido em seu pensamento e nas suas intervenções históricas a partir do esclarecimento do tipo de absorção que fez da obra comtiana.

Esse esclarecimento, ao lado da explicitação do contexto histórico em que viveu, tornará mais clara a atuação de Miguel Lemos no que se refere à história da universidade no Brasil.

Para que esse tipo de estudo fosse possível, fez-se necessário resgatar, ainda que brevemente, as formulações da teoria comtiana, em especial aqueles aspectos que mais interessam a esta dissertação.

Em primeiro lugar, retomaremos historicamente o período em que viveu Augusto Comte, procedimento fundamental para analisarmos o significado da filosofia positiva na compreensão dos conflitos que abalaram a Europa como conseqüência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa[1]. Nosso estudo centrou-se no entendimento de que o homem se faz de acordo com as relações sociais de sua época, logo, a teoria de Comte só pode ser compreendida quando analisada em seu contexto. Desta justificativa, emergiu a necessidade de abordarmos as

[1] A este respeito ver: *Augusto Comte* (seleção de textos de José Arthur Giannotti). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

transformações sociais dos séculos XVIII e XIX na Europa, uma vez que temos, no momento em destaque, a emergência do pensamento comtiano.

A seguir, sintetizamos a concepção de história de Augusto Comte, com base na leitura das seguintes obras do autor: *Curso de filosofia positiva* publicado de 1830 até 1842; *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo,* 1848 e *Catecismo positivista*, 1852. Fundamentando-se nessas leituras, explicamos os fundamentos da concepção positivista da história e apresentamos a lei dos três estados, que sintetiza a concepção de história de Comte.

Na seqüência, procuramos oferecer elementos para compreensão da concepção positivista da educação, destacando a doutrina da educação universal e as colocações de Comte sobre a universidade.

1.1 CENÁRIO DO ADVENTO DO PENSAMENTO COMTIANO[2]

A Inglaterra, no século XVIII, passou por mudanças econômicas e políticas decisivas para os ideais da nova forma de ser social do século posterior. Os conhecimentos científicos possibilitaram que a produção passasse a ser mecanizada, substituindo, num processo crescente, o trabalho humano. Nesse movimento, a produção artesanal e a atividade desenvolvida apenas pelo artesão tornaram-se um sistema manufatureiro e coletivo das relações de trabalho.

Essas mudanças materiais ocorridas na Inglaterra ficaram conhecidas como Revolução Industrial, movimento que marcou a passagem definitiva do modo de produção feudal para o capitalista, em que trabalho e capital, num processo

[2] Sobre a grafia dessa palavra, encontramos tanto autores que escrevem comteano, como: Maria Teresa Penteado Cartolano (1994); Sergio Tiski (1995); Lelita Benoit (1999), Luiz Antônio Cunha (2000); como autores que escrevem comtiano como: João Cruz Costa (1956); Roque Spencer Maciel de Barros (1959); Ivan Lins (1967) e Antônio Paim (1981). No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* à p. 356, a palavra aparece grafada como comtiano.

crescente, se separaram[3]. Deste novo modo de produção, surgiram duas classes sociais básicas: a burguesia, detentora dos meios de produção e do capital; e o proletariado, possuidor apenas da força de trabalho.

Os efeitos da nova forma de produção foram sentidos tanto no setor econômico quanto no setor social. Vejamos os impactos causados: avanço na produção; crescimento de novas cidades com um número enorme de assalariados; capital acumulado nas mãos de poucos; miséria da maioria da população; crianças trabalhando nas indústrias; aumento da jornada de trabalho para até dezesseis horas diárias e em condições precárias.

Sobre essas transformações sofridas paulatinamente, Pereira e Gioia (1996, p. 258) indicam:

> Uma forma de aumentar os ganhos do capitalista e que independe da capacidade física do trabalhador seria a introdução de instrumentos que aumentassem a quantidade de bens produzidos numa mesma quantidade de tempo. E foi o que a Revolução Industrial fez: a especialização do trabalho, reduzindo-o a um conjunto de tarefas simples, possibilitou a introdução da máquina para realizar essas tarefas, em substituição ao braço do operário, com a ferramenta. Com a introdução da máquina (inicialmente a máquina a vapor), operou-se uma revolução no processo de trabalho, que se viu liberado das limitações impostas pela capacidade física do operário. A máquina possibilitou a substituição da força motriz humana por outras (ar, água, vapor, etc.). Agora é a máquina, e não o trabalhador, com a ferramenta, que fabrica o produto, e o trabalho do operário limita-se ao de vigiar a máquina. Agora o capitalismo pode se desenvolver.

Com a Inglaterra à frente do comércio, tendo por objetivo a expansão capitalista de organização das relações comerciais, surgia, nesse momento, um homem cada vez

[3] Mas, lembrando que um é condição para o outro, como explica Marx, em *Trabalho Assalariado e Capital*: "[...] O capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é a condição do outro; eles se criam mutuamente" (Obras Escolhidas, p. 71-72).

mais empenhado em melhorar a produtividade das mercadorias, movido pela busca de lucro e pelo acúmulo de capital.

Mas, se no século XVIII a revolução material foi efetivada pela Inglaterra, ainda restava a revolução política e social, que a França iria se incumbir de realizar.

A Revolução Francesa (1789 - 1799) foi um movimento que marcou a emergência da nova forma de ser e existir das relações sociais, advindas da crise do sistema feudal no âmbito político da vida moderna. Tratou-se da tomada de consciência da burguesia européia de seu poder econômico frente a uma sociedade que se destruía em função do mercantilismo dessas relações, tendo por base o comércio de mercadorias e, conseqüentemente, o lucro individual. O marco desta revolução foi à queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, que instalou a Assembléia Nacional Constituinte.

Como não se pode revolucionar uma sociedade sem destruir seus princípios básicos, a Revolução Francesa estendeu-se pelo tempo necessário ao processo de transformação social. Para isso se tornar realidade, foi preciso que a sociedade francesa “passasse pela guilhotina todos os pensamentos ultrapassados” e forjasse um novo espírito para os homens. Esse espírito do homem moderno enraizou–se nos princípios políticos básicos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Fruto dos ideais do Iluminismo, houve uma rejeição, por parte da maioria dos modernos, das velhas crenças e das antigas tradições oriundas do período medieval, tendo, portanto, como características a renovação intelectual e filosófica. A crença inabalável na razão e a idéia de que o progresso do homem poderia ser infinito, desde que o espírito humano, por meio do livre exercício de suas faculdades,

se libertasse das superstições, do misticismo e da ignorância do passado a que, até então, estivera subordinado, resultaram da preocupação em explicar o mundo racionalmente.

Esses princípios tornaram-se aceitáveis à medida que as condições materiais já estavam consolidadas, ou seja, a Revolução Industrial caminhava rapidamente nos países industrializados.

O período Iluminista representou a busca dos homens em tornar a natureza aliada das relações comerciais, que vieram sofrendo alterações a partir do século XVI. Para isso, os homens de negócio estavam convencidos de que era preciso "conhecer para transformar", lema comtiano.

Mas o desenvolvimento industrial apontou para uma divisão social na qual não haveria igualdade material. Assim, essa sociedade revolucionária produziria condições subumanas de vida para o proletariado.

Diante da contradição econômica entre as classes sociais, os operários, como protesto à situação desfavorável, quebraram suas supostas rivais: as máquinas. Além disso, concentraram-se nas grandes cidades e organizaram-se, formando os sindicatos, promovendo manifestações que deixaram claro o antagonismo entre proletários e capitalistas e marcando o quadro conflituoso que seria a nova sociedade.

Os conflitos de classe se acirravam à medida que o capital ia se constituindo como única forma de produção, conforme afirmam Pereira e Gioia (1996, p. 260):

> A indústria criou novos mercados para produtos agrícolas, forneceu ferramentas e energia para a agricultura. O capitalismo estendeu-se ao campo, desenvolvendo uma agricultura de mercado (em lugar de

> agricultura de subsistência) preocupada em tornar a terra cada vez mais produtiva e em tirar dela lucros cada vez maiores, determinando, assim, o fim do regime feudal de exploração da terra.

Foi justamente no processo de consolidação das relações capitalistas, no século XIX, que surgiu a obra de Augusto Comte, pensador que nasceu na cidade de Montpellier, na França, e viveu entre os anos 1798-1857, período pós-revolucionário. Conviveu com o universo teórico advindo do Iluminismo, com o processo final da Revolução Francesa e com os resultados econômicos, políticos e sociais da Revolução Industrial.

Com relação aos acontecimentos sociais de seu século, Comte posicionou-se como um típico conservador, por defender a propriedade privada, a permanência dos capitalistas no poder e a necessidade da ordem hierárquica das classes sociais para se chegar ao progresso, conforme se verifica na seguinte passagem da obra *Reorganizar a sociedade*:

> A única maneira de pôr termo a esta situação tempestuosa, de travar o progresso da anarquia que invade diariamente a sociedade, enfim, e numa só palavra, de reduzir a crise a um simples movimento moral, é a de determinar as nações civilizadas a que deixem a direção crítica para que tomem à direção orgânica, a que conduzam seus esforços para a formação do novo sistema social (COMTE, 1993, p. 30).

De acordo com essa concepção teórico-metodológica, o modo de produção capitalista era a forma mais perfeita que uma sociedade poderia chegar. Diante desse pressuposto, o ideal positivista direcionou-se para a tarefa de eternizar as relações burguesas que ainda se encontravam no poder político, econômico e social.

Assim, para ocorrer a reorganização da sociedade burguesa, para cessar a anarquia intelectual e social, o homem deveria ajustar-se a essa sociedade passando por uma reforma intelectual.

Comte escreveu sobre a crise do antigo regime, sobre o advento da Revolução Industrial e sobre o período pós-revolucionário. Seu país de origem, ou seja, a França, juntamente com a Inglaterra, constituíram o centro desse processo revolucionário, por ser palco dos acontecimentos do século XVIII, cada um com suas características próprias:

> Enquanto na Inglaterra se trata de legitimar o desenvolvimento material da sociedade burguesa, que flui naturalmente, removendo, por si só, os obstáculos que se interpõem no seu caminho e, por isso, o pensamento liberal se preocupa apenas em dotar o homem egoísta de uma moral, no sentido de afirmar a autonomia da sociedade civil, na França, a questão se põe de forma diferente porque é o Estado, com todas as suas velhas instituições feudais, que precisa ser removido para dar razão ao desenvolvimento da natureza egoísta dos homens e das coisas. Foi preciso uma unidade de espírito para o cumprimento dessa grande tarefa e o espírito francês conseguiu, de um só golpe, realizar essa façanha que é mudar a natureza das coisas (LEONEL, 1994, p. 54).

Em relação à França do século XVIII, Leonel (1994) declarou que era de responsabilidade da sociedade o estabelecimento de uma nova organização política, enquanto que, aos “espíritos revolucionários” do século XIX, caberia consolidar e conservar essas mesmas instituições. Dessa forma, a classe burguesa, de revolucionária no passado, passou a ser conservadora, e a classe operária, recolhendo a bandeira abandonada pela burguesia, surgiu como a nova classe revolucionária. Temos, nesse processo, a contradição, que se encontra por toda parte e lugar:

> Na verdade, depois do jacobinismo, o mundo já não era mais o mesmo; ou seja, continuava o entusiasmo pela ciência que caracterizou o Iluminismo, mas sem o seu entusiasmo político. O

> período da Restauração, que segue após a queda de Napoleão até 1848, representa, com a volta dos antigos poderes, uma reação à organização do Estado com base na soberania popular. Existem agora duas formas de despotismo a serem combatidas: o despotismo de um só e o despotismo da maioria, sendo o segundo mais ameaçador que o primeiro. [...] Se, na Revolução, a soberania popular serviu para subverter a ordem, agora, o seu direito se restringe a manter a ordem, submetendo a minoria revolucionária à vontade da maioria conservadora (LEONEL, 1994, p. 148 - 149).

Assim, se, no século XVIII, o lema burguês de liberdade era indicativo de que os homens nasciam naturalmente livres e a luta em nome da igualdade revelava que as relações feudais impediam a igualdade entre os homens, levantava-se também o princípio da falta de tolerância, indicando que o poder religioso e político impediam tal prática social. No século XIX, o pensamento liberal foi forçosamente revisto pelo fato de que os princípios de liberdade e igualdade traziam novos problemas a serem enfrentados pelo conjunto dos homens.

Em sua formação intelectual, Comte recebeu influências de pensadores que ainda eram revolucionários no século XVIII, como Condorcet (1743-1784). O filósofo se interessou pela frenologia do biólogo Gall (1758-1828), da mesma maneira que se preocupou com a questão da ordem. Também se interessou por outro biólogo naturalista chamado Bichat (1771-1802). Segundo Verdenal (1981, p. 225), a divisa da sociologia em estática e dinâmica “não é de origem física, mas tomada à biologia [...]. Estática e dinâmica prolongam em sociologia a clivagem anatomia-fisiologia que Comte deve sobretudo a Bichat”. Além disso, foi discípulo de Saint-Simon (1760-1825) do qual, em 1817, tornou-se secretário. A respeito de Saint-Simon, Comte declarou, em carta de 1818:

> Pela cooperação e amizade com um desses homens que vêem longe nos domínios da filosofia política, aprendi uma multidão de coisas, que em vão procuraria nos livros; e no meio ano durante o qual estive associado a ele, meu espírito fez maiores progressos do que faria em três anos, se eu estivesse sozinho; o trabalho desses meses

> desenvolveu minha concepção das ciências políticas e, indiretamente, tornou mais sólidas minhas idéias sobre as demais ciências (COMTE, 1983, p. VIII).

Apesar da importante participação de Saint-Simon na vida teórica de Comte, houve um desentendimento entre ambos, devido ao conteúdo da obra de Comte, *Plano de trabalhos necessários à reorganização da sociedade*, do qual Saint-Simon discordou. Contudo o amor pela liberdade e o ódio ao velho regime continuava a uni-los.

A partir dessa relação, Comte apropriou-se do conhecimento científico oferecido pela física e pela matemática de sua época, base intelectual que o ajudou a entender o rumo que a sociedade européia estava tomando.

Comte fez a leitura da sociedade francesa e julgou que, mesmo tendo uma base industrial e estando, portanto, em seu grau máximo de desenvolvimento, convivia com homens que ainda não haviam se adaptado ao novo sistema por apresentar idéias e pensamentos desorganizados.

Assim, segundo ele, para que ocorresse a consolidação da sociedade emergente, para que tivesse fim a anarquia intelectual, seria necessária uma reforma intelectual, em que todos (individualmente) passassem por uma evolução, pela marcha progressiva da inteligência humana.

O *Curso de filosofia positiva*[4], obra de Augusto Comte escrita entre os anos de 1830-1842, viria, segundo Comte, auxiliar nesse encaminhamento:

---

[4] Nos textos de Comte (1983), publicados na coleção Os pensadores, localizamos o tema educação nas seguintes obras:

a) *CURSO DE FILOSOFIA POSITIVA* na Primeira Lição, item VIII – Reorganização dos métodos de educação, p. 15. Na Segunda Lição, item XI – Determinação do plano de uma educação racional, p. 37 - 38.

b) *DISCURSO SOBRE O ESPÍRITO POSITIVO* na Segunda Parte, item IX – As escolas políticas atuais são impotentes para conciliar a ordem e o progresso, p. 66 – 68. Na Terceira Parte, item XVIII – A educação universal se destina essencialmente aos proletários, p. 82 - 83. Item XIX – Programa social dos proletários: a educação normal e o trabalho regular, p. 86. Item XXIV – A importância da astronomia na educação popular, p. 93. (Comte, 1983).

> Estudando, assim, o desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade, desde seu primeiro vôo mais simples até nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental, a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida, quer na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, quer na base de verificações históricas resultantes dum exame atento do passado (COMTE, 1983, p. 3 - 4).

No *Curso de filosofia positiva*, Comte defendeu a tese de que os homens, antes de chegarem ao estado atual do pensamento científico, evoluíram naturalmente, num processo linear da inteligência, ou seja, o conhecimento humano passou por três estados históricos diferentes: o teológico ou fictício; o metafísico ou abstrato e o positivo[5].

1.2 CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE AUGUSTO COMTE

A investigação acerca da concepção de história de Augusto Comte foi realizada durante a análise das obras anteriormente referidas: *Curso de filosofia positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo* e *Catecismo positivista*. Nesse estudo, verificou-se que Comte, ao restringir o conhecimento da sociedade aos fenômenos, destinou à história, como ciência, o conhecimento apenas do empírico, do experimental. Dessa forma, o estudo histórico para ser ciência deveria, como a Física Social, restringir-se a descobrir as regras que governam a sucessão e a coexistência dos fenômenos.

Através do estudo fundamentado no método positivo, Comte, preocupado em conhecer a evolução da sociedade, chegou à “lei dos três estados”. Nesta tese central, ele expressou sua Concepção de História de que “assim como o espírito

[5] Com esta observação sobre a concepção evolutiva expressa por Comte acerca da sociedade e do pensamento humano, oferecemos os primeiros elementos de sua teoria da história, da qual nos dedicaremos no item 1.3.

humano passou do estado teológico para o metafísico e desse para o científico", o movimento da história se deu de forma progressiva na ordenação social, de forma que a humanidade deveria passar, invariavelmente, de uma fase histórica a outra, ou seja, a marcha progressiva do espírito humano, considerada em seu conjunto, é o ponto de partida da história. É isso que encontramos escrito no *Catecismo positivista*:

> Segundo o enunciado que conheceis, essa marcha consiste [...] na passagem necessária de toda concepção teórica por três estados sucessivos: o primeiro, teológico, ou fictício; o segundo, metafísico, ou abstrato; o terceiro, positivo, ou real. O primeiro é sempre provisório, o segundo puramente transitório, e o terceiro, o único definitivo. Este último difere, sobretudo, dos outros dois pela sua substituição característica do relativo e absoluto, quando o estudo das leis toma, enfim, o lugar da pesquisa das causas. Entre os dois primeiros não existe, no fundo, outra diferença teórica a não ser a redução das divindades primitivas a simples entidades. Mas semelhante transformação, tirando das ficções sobrenaturais toda forte consciência, sobretudo social, e mesmo mental, a metafísica permanece sempre puro dissolvente da teologia, sem nunca poder organizar seu próprio domínio (COMTE, 1983, p. 208).

Para Comte (1989, p. 145 -146), o exame atento do passado mostra que, na história da civilização, a humanidade passou, como o espírito humano, por três grandes épocas ou estados de civilização:

> A primeira é a época teológica e militar. Nesse estado da sociedade, todas as idéias teóricas, tanto gerais como particulares, são de ordem puramente sobrenatural [...]. Do mesmo modo, todas as relações sociais, quer particulares, quer gerais, são franca e completamente militares. A sociedade tem como objetivo de atividade, única e permanente, a conquista. De indústria há apenas o indispensável para a existência da espécie humana. A escravidão pura e simples dos produtores é a principal instituição.

O segundo estado foi denominado de metafísico e legista, sendo caracterizado como um estado transitório, intermediário e bastardo. Para ilustrar esse período, Comte (1983, p. 146) analisa em que estágio a sociedade de sua época se encontrava:

> [...] a sociedade não é mais francamente militar, nem é ainda francamente industrial, quer nos seus elementos, quer no seu conjunto. A indústria é a princípio cuidada e protegida como meio militar. Mais tarde, sua importância aumenta, e a guerra acaba por ser concebida, por sua vez, sistematicamente, como meio de favorecer a indústria, o que constitui o último estado desse regime intermediário.

Após a segunda época teve, conseqüentemente, a última época: a científica e industrial. De acordo com a teoria positiva, as idéias teóricas particulares, quando chegarem neste estágio, tornar-se-ão positivas, logo as idéias gerais tendem também a se tornarem. Assim explicou Comte (1983, p. 147):

> No temporal, a indústria tornou-se preponderante. Todas as relações particulares estabeleceram-se pouco a pouco em bases industriais. A sociedade, tomada coletivamente, tende a organizar-se do mesmo modo, dando-se-lhe como objetivo de atividade, única e permanente, a produção. Numa palavra, esta última época já se realizou quanto aos elementos, e está prestes a começar quanto ao conjunto. Seu ponto de partida direto data da introdução das ciências positivas na Europa pelos árabes, e da emancipação das comunas, isto é, por volta do século XI.

A mudança social se processou dentro dessa ordem cronológica e natural, condição indispensável para o progresso linear das sociedades. Sendo assim, os acontecimentos ocorridos fora da ordem são, segundo Comte, uma anomalia social, podendo somente serem corrigidos pela doutrina positiva.

Este, portanto, foi o objetivo central do *Curso de filosofia positiva*, fundar a Física Social, uma filosofia positiva que, ao alcançar o estado positivo, seria capaz de substituir a filosofia teológica e a filosofia metafísica. Neste projeto, Comte desenvolveu duas categorias fundamentais, segundo seu entendimento, para interpretar a evolução da sociedade: a estática e a dinâmica, dois ramos da Física Social, ou seja, da Sociologia, que foram assim caracterizadas:

Estática: responsável pelo estudo das condições constantes da sociedade, devendo ter um consenso social, com a mínima ligação, para formar a família, a sociedade. Numa definição objetiva, é o estudo da ordem harmônica.

Dinâmica: abrangeria as etapas percorridas pelas sociedades, estando, assim, incumbida da investigação das leis de seu progressivo desenvolvimento, estudando as leis do progresso. O problema que envolve a dinâmica é uma única lei a que trata da evolução: a lei dos três estados, já exposta neste trabalho.

Como a física social não teve o mesmo grau de perfeição dos ramos da filosofia natural, seria preciso estabelecer ao conjunto dos fenômenos sociais, uma coordenação sistemática de seus estados. Era preciso considerar *o* estado estático e o estado dinâmico de cada fenômeno estudado, como a teoria positiva da ordem e do progresso do organismo social. O estudo desses estados seria de responsabilidade da Sociologia estática e da Sociologia dinâmica, respectivamente[6].

Segundo a teoria positiva, o progresso social seria mero deslocamento, um mero aperfeiçoamento de estruturas que são perenes e imutáveis. Neste quadro, a Sociologia foi chamada a descobrir por quais leis a sociedade é governada com o objetivo de poder controlá-la. Para isso, aos homens caberia apenas ficar à espera de que a sociedade chegasse ao estado positivo, pois nada poderiam fazer a não ser aguardar o desenvolvimento natural, respeitando a ordem, o tempo.

---

[6] "Comte (1798 - 1957) é saudado como o 'fundador da sociologia'. Foi ele, é verdade, quem inventou a palavra. Mas constituirá sua obra um desses 'cortes epistemológicos' a partir do qual se pode datar o nascimento de uma disciplina ou de uma maneira radicalmente original de pensar os fatos sociais? Há certamente revoluções científicas (Kuhn), mas pode-se duvidar que existam, na história das ciências sociais, tais descontinuidades. Em todo caso, a insistência em apontar Comte como fundador da sociologia não pode deixar de levantar suspeita. Colocando-se na descendência de Comte, não estariam os sociólogos se recusando, acima de tudo, a se considerar filhos das Luzes e da tradição contratualista? De fato, os debates sobre o 'corte' são pesquisas de paternidades: invocar Comte como grande ancestral significa antes de tudo recusar a filiação Hobbes–Locke–Rousseau" (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 68 – 69).

Este processo é conhecido como “relativismo” [7], ele o adota quando inicia a elaboração de sua filosofia positiva. Sergio Tiski (1995, p. 73) afirma que, ao aderir ao relativismo, “foi a primeira grande decisão positiva de A. Comte no sentido de montar sua filosofia. Ele não será jamais abandonado e perpassará as obras de A. Comte até o final de sua vida”.

De acordo com Comte, portanto, para estudar a história de forma científica, é necessário reconhecer como radicalmente aplicável, pela sua natureza, a quaisquer fenômenos, o estado estático e o estado dinâmico dos objetos de estudo positivo, considerando-os separadamente, mas sempre com vista a uma exata coordenação sistemática.

Nessa perspectiva, o historiador busca os fenômenos responsáveis pela ordem entre as diversas condições de existência das sociedades humanas; e vê, igualmente, que o estudo do progresso nada mais é que a dinâmica (evolução) da vida coletiva. Assim, chega-se ao conhecimento da cronologia, provisoriamente destinada a ser sucessiva.

Isso se traduziria, por exemplo, em aulas nas quais o professor, junto ao livro didático, apresentaria a história como evolução da humanidade e, no desdobramento da temática, mostraria o processo cronológico dos estágios evolutivos (estado dinâmico) e sua ordenação natural (estado estático). Explicada dessa forma, a história não se processaria em movimento contraditório e conflituoso pelo qual os homens em sociedade transformam a natureza em condições que lhe

[7] Segundo essa tese de que tudo é relativo, o estudo se limita ao resultado que é fornecido com a “experiência, abandonando voluntariamente as tentativas de encontrar as ‘naturezas íntimas’, as ‘causas’, ‘seres imateriais’, ‘deuses’, ‘Deus’” (TISKI, 1995, p. 86).

são dadas, num tempo e espaço determinados; mas subentende-se que a história das sociedades estava traçada no percurso evolutivo da humanidade.

Nestes termos, as relações sociais não são abordadas como objetivo produzido a partir da forma social de garantir a vida; as lutas não são mencionadas. Essa explicação da história pauta-se na perspectiva positiva, em que os homens são abordados somente como peças da história, e mais, com a função de aguardar as coisas acontecerem por si só, pois eles nada podem fazer para mudar seu “destino”.

Estamos falando, portanto, de uma história explicada a partir do princípio moral, um ensino voltado para “ordenar” a sociedade que se faz em condições conflituosas. Ensinar a honrar a Pátria e a Humanidade, a importância do amor ao próximo, da subordinação do espírito subjetivo e privado ao espírito objetivo e público, do cumprimento do dever cívico, da ação cooperativa é tarefa principalmente da história apolítica, porque ela mostra que, em momentos de anomalia social, nada mais é preciso para corrigir o caminho do que a solidariedade e a submissão de todos aos sentimentos de altruísmo.

Ensinar história a partir desse caráter idílico é deixar de abordar o passado dos homens enquanto movimento histórico, ação que contribui para neutralizar a explicação das mudanças ocorridas na forma de pensar, agir e viver que se processam a partir de tendências e possibilidades de preservação, reformulação ou mudança radical da estrutura organizativa das relações fundamentadas no trabalho. E mais, essas possibilidades constituem um movimento não linear, evolutivo ou progressivo, nem circular ou repetitivo, mas contraditório.

Diante da evidência de que a doutrina positivista, no intuito de dominar toda a existência humana, empenhou-se em descobrir o “como” e nunca o “porquê” dos

acontecimentos, coube à história, nesses princípios comtianos, apenas “constatar” e nunca “explicar” os fatos, afastando, desse modo, qualquer pesquisa acerca das causas primeiras.

Reafirmamos, assim, a idéia de que à história coube apenas, no estudo da evolução social, registrar a “sucessão” e a “similitude” dos fenômenos e sua ordem cronológica. Enfim, pode-se afirmar que, para Comte, a história é:

1. O estudo sucessivo dos acontecimentos para chegar a uma idéia geral de sua evolução;
2. Tal ordem cronológica ou sucessão de acontecimentos encontram sua origem na natureza das coisas, do universo, sendo que os homens não têm interferência nesse processo evolutivo;
3. Pelo saber histórico, elaborado a partir de regras de cientificidade, pode-se chegar ao conhecimento desses estágios pelos quais passou a humanidade;
4. Para a Física Social (Sociologia), a história teria um valor importante, uma vez que mostraria como as sociedades evoluíram naturalmente até chegar ao estado atual;
5. Foi mediante o estudo da história, nesses moldes aplicados, que, segundo Comte, o homem conseguiu conhecer os estágios pelos quais ele passou: o Estado Teológico, no qual a humanidade compreende a realidade sendo comandada pela ação direta de entidades sobrenaturais; o Estado Metafísico, quando as entidades sobrenaturais são substituídas por abstrações, e o Estado Positivo, quando a humanidade investiga a realidade por meio da razão e da observação;

6. Na ordem das idades históricas, estes estágios compreendem: Estado Teológico = Idade Antiga; Estado Metafísico = Idade Média e Estado Positivo = Idade Moderna e Contemporânea;
7. A concepção de história de Comte se localiza centralmente ao descrever a lei dos três estados. É esta a cronologia histórica percorrida pelo homem e pela humanidade.

Como são estágios naturais que percorrerão a humanidade, a mobilidade histórica se dá da seguinte maneira:

- Uma evolução necessária pela qual todas as sociedades devem passar, sendo que todas deverão conduzir-se, naturalmente, para o progresso. Não há, portanto, idéia de ruptura ou revolução, trata-se de um caminho linear para o progresso.

- A humanidade está predestinada a percorrer essa evolução pela qual todas as sociedades devem passar. Mas, para chegar até o último estágio, a ordem é essencial, por isso a ação do indivíduo deve ser controlada. Para Comte, era preciso tentar inibir os pensamentos individuais que pudessem representar uma ameaça ao progresso, submeter o pensar à moral. O pensamento deveria se ocupar da ciência - classificar para melhor conhecer e controlar - e da moral - respeito à hierarquia social e à ordem coletiva.

- É na procura desse princípio moralizante que Comte chega à idéia de representantes da sociedade. As classes mais indicadas para moralizar a sociedade seriam a classe do proletariado, considerado, pelo autor, representante do “bom senso”, e a classe dos industriais.

• Para que a ordem se mantenha, Comte conta com os seguintes elementos: a Família, a Pátria e a Igreja, nos quais o afeto familiar, o sentimento cívico e a fé positiva farão reinar a solidariedade e indicarão os caminhos necessários para o desenvolvimento natural do progresso.

• Verifica-se que, para Comte, a humanidade é constituída por indivíduos livres, que trazem em seu interior o individualismo e o desejo de autonomia, fatores que podem dificultar o desenvolvimento para o progresso, daí a necessidade de eliminar o indivíduo e inseri-lo na família, na religião, submetê-los ao conjunto social.

• Por outro lado, os indivíduos que contribuem para o curso natural do desenvolvimento do progresso deveriam ser exaltados e coroados com glórias da humanidade. Seriam os homens de bem (heróis).

• Dessa forma, apenas esses homens que contribuíram para o desenvolvimento do progresso da sociedade e da humanidade apareceriam, na história a ser contada, como únicas figuras a serem lembradas.

• Os pontos mais altos da hierarquia social devem ser ocupados por aqueles que melhor encarnam o espírito positivo, isto é, aqueles que, reunindo qualidades como fatores hereditários (a raça), fatores ambientais (meio físico e social) e fator histórico (resultado acumulado das sucessões históricas), destacam-se na sociedade, colocando-se à frente dos demais e fazendo-se seus líderes, seus sábios, seus legisladores, seus arautos. Serão estes mesmos personagens que figurarão na Galeria dos Heróis da historiografia positivista.

1.3 COMTE EDUCADOR: A DOUTRINA DA EDUCAÇÃO UNIVERSAL E A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE

Apesar de Comte ser pouco mencionado entre os teóricos da educação, Roque Spencer Maciel de Barros[8], em seu livro *Ensaios sobre Educação,* tomando como referência a obra *La Doctrine de l´education universelle dans la philosophie d´Auguste Comte,* do professor Paul Arbousse-Bastide, publicada em 1957, afirma que, através do tema educativo, é possível entender a evolução do pensamento comtiano que tem por objetivo, no seu entender, a regeneração da humanidade.

Segundo Barros (1971, p. 130) “a idéia educativa, enquanto ‘aperfeiçoamento da ação pela melhora do agente’ está presente nos trabalhos de Comte desde a juventude”. Nesse sentido, o centro de seu pensamento está na idéia de “educação universal”. Universal, pois deve abranger todas as classes sociais e todos os ramos do conhecimento humano, desde a Matemática à Moral. Para Comte, a universalidade da educação intelectual e moral é condição essencial à reorganização social. A doutrina educacional de Comte é inseparável do conjunto de sua obra, especialmente da lei dos três estados e da classificação das ciências.

Comte, para classificar as ciências, preliminarmente, desenvolveu um estudo no qual defendeu a teoria de que a natureza é composta tanto por fenômenos naturais como por sociais, regidos por uma ordem, seguindo necessariamente uma lei imutável. Partindo do pressuposto da existência de ordem e leis imutáveis, o autor faz uma classificação das ciências, dividindo-as em abstratas e concretas.

> É preciso distinguir em relação a todas as ordens de fenômenos, dois

[8] Roque Spencer Maciel de Barros (1927 - 1999) foi um importante educador e estudioso da história da educação no Brasil. Escreveu diversos trabalhos sobre o positivismo no Brasil, entre os quais se destaca o estudo sobre o pensamento de Luis Pereira Barretto (1840 - 1923), intitulado *A evolução do pensamento de Pereira Barretto*. De filiação liberal, foi um ferrenho opositor do pensamento marxista.

> gêneros de ciências naturais: umas abstratas, gerais, tendo por objeto a descoberta de leis que regem as diversas classes de fenômenos e que consideram todos os casos possíveis de conceber; outras, concretas, particulares, descritivas, designadas algumas vezes sob o nome de ciências naturais propriamente ditas, e que consistem na aplicação dessas leis à história efetiva dos diferentes seres existentes. As primeiras são, pois, fundamentais, sendo a elas que neste curso nossos estudos se limitarão. As outras, seja qual for sua importância, são de fato apenas secundárias e não devem, por conseguinte, fazer parte dum trabalho cuja extensão extrema nos obriga a reduzir ao mínimo seu desenvolvimento possível (COMTE, 1983, p. 25).

Mediante a investigação dos fenômenos, Comte formulou quatro propriedades fundamentais para o estudo da Filosofia Positiva. A primeira propriedade se referia à compreensão das leis lógicas do espírito humano. Assim como existem, na natureza, leis naturais; na sociedade, também existem as leis lógicas que a regem. O único verdadeiro meio racional de desvendar tais leis é através do estudo da Filosofia Positiva, considerando que as ciências já foram por outros caminhos e, no entanto, nenhum resultado plausível se obteve.

A segunda propriedade se referia à reforma da Educação pela via da Filosofia Positiva. A educação, especialmente a teológica, a metafísica e a literária, precisa ser substituída por uma educação positiva. A educação européia é imperfeita em toda e qualquer instância social; é necessário que se exija um conjunto de concepções positivas sobre todas as grandes classes de fenômenos naturais. É tal conjunto que deve se estender, de agora em diante, em escala mais ou menos extensa, até mesmo entre as massas populares.

Assim, na reorganização da educação, a Filosofia Positiva, segundo Comte, deveria contribuiria para o progresso das diversas ciências positivas, constituindo, portanto, a terceira propriedade fundamental. Esta filosofia tem destaque no mundo científico

por mostrar especial importância nas soluções de questões que envolvem várias ciências.

A quarta propriedade aponta a Filosofia Positiva como única base sólida para a reorganização social, pondo fim, ao estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas. É o que indica Comte no excerto a seguir:

> [...] a filosofia positiva é a única destinada a prevalecer, conforme o curso ordinário das coisas. Só ela, desde uma longa série de séculos, constantemente progrediu, enquanto suas adversárias estiveram constantemente em decadência (COMTE, 1983, p. 18).

Comte comparou e concluiu que, até então, o desenvolvimento da sociedade não havia chegado à sua perfeição, não se encontrando na sua plenitude. Porém, diante da necessidade do espírito humano em formar teorias a partir das observações e da descoberta de sua verdadeira origem, se as gerações tenderem a se aprimorar, deixando seu estado primitivo de pensar, contemplar os fenômenos, para chegarem ao estado positivo de observar os fatos, de formular teorias reais, todas as sociedades alcançariam o estado final de evolução.

> Num estado de coisas tão incoerente, é evidentemente impossível estabelecer alguma classificação racional. Como chegar a dispor, num sistema único, concepções tão profundamente contraditórias? É uma dificuldade contra a qual fracassaram necessariamente todos os classificadores, sem que algum deles a tenha sentido distintamente (COMTE, 1983, p. 22).

Assim, enquanto algumas concepções chegavam à etapa positiva, outras ainda permaneciam no estágio teológico ou metafísico. Desse modo, essas concepções contraditórias nunca chegariam a compor um sistema único, a não ser quando todas as concepções principais se tornarem positivas.

A filosofia positiva, interessada em descobrir as leis dos fenômenos, só concretizou seu ideal porque o espírito humano já havia passado da infância, ultrapassando, os trabalhos penosos do estado primitivo.

> A razão humana está agora suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas, sem ter em vista algum fim estranho, capaz de agir fortemente sobre a imaginação, como aquele que se propunham os astrólogos e alquimistas (COMTE, 1983, p. 6).

A partir da exposição dos estudos de Comte sobre a ciência de seu tempo, explicaremos como Comte classificou as ciências, baseando-se no princípio da generalidade decrescente e da complexidade crescente. A classificação começa pelas ciências que se ocupam dos fenômenos mais simples, mais gerais, mais abstratos e mais afastados da humanidade: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia (denominada, por Comte, fisiologia) e a sociologia. A última ciência se ocuparia dos fenômenos mais particulares, mais complicados, mais concretos e mais diretamente ligados ao homem. À medida que as ciências se aproximam do homem, tomam-se mais complexas e menos gerais.

Todas as ciências, segundo Comte, deveriam utilizar um método único, porém não significa que todas devessem proceder diante de uma investigação do mesmo modo, mas, sim, que todas, necessariamente, precisariam fazer uso da filosofia positiva. As cinco primeiras ciências já estavam, segundo ele, na etapa positiva e já utilizavam o método positivo em suas pesquisas.

A unificação de um método para todas as ciências esteve relacionada à criação da Sociologia. E foi o que Comte pretendeu no *Curso de filosofia positiva*, mostrando

que faltava constituir apenas a ciência dos fenômenos sociais (Sociologia)[9]. No "Curso", estabeleceu a classificação dos fenômenos, que correspondeu a sua ordem histórica de acesso ao estágio positivo, e a filosofia social (Sociologia) apareceu no final da hierarquia das ciências como coroação do conjunto do saber.

Desse modo, estão classificados os fenômenos astronômicos em primeiro lugar, considerados os mais simples e independentes de todos; em seguida, os fenômenos físicos; mais tarde, os fenômenos químicos e, enfim, nos nossos dias, os fenômenos fisiológicos. Uma quinta categoria criada por Comte corresponde aos fenômenos sociais, sendo este último o mais complexo e, portanto, o único que, por caminhar lentamente, ainda não chegou à perfeição.

Segundo Comte, quando essa condição estiver concretizada, seu sistema filosófico estará consolidado, pois nenhum fenômeno observável poderia deixar de entrar numa das cinco grandes categorias: astronômicas, físicas, químicas, fisiológicas e sociais, idéia que se observa na seguinte passagem*:*

> Eis a grande mas, evidentemente, única lacuna que se trata de preencher para constituir a filosofia positiva. Já agora que o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a *física social.* Tal é hoje, em várias direções capitais, a maior e mais urgente necessidade de nossa inteligência. Tal é, ouso dizer, o primeiro objetivo deste curso, sua meta especial (COMTE,1983, p. 9).

A Sociologia foi assim caracterizada como uma ciência que se ocuparia da explicação da sociedade, utilizando, para este objetivo, o método positivo. Esta ciência da sociedade humana seria o caminho para alcançar a totalidade do saber,

---

[9] Muito embora já tenhamos apresentado, na nota 6 da página 28, uma posição divergente quanto ao fato de ser Comte o fundador da Sociologia, como estamos expondo seu pensamento a partir de sua própria obra, continua a aparecer a menção a Comte como fundador da Sociologia, pois era assim que ele próprio se denominava. O aprofundamento dessa polêmica foge aos objetivos deste trabalho.

uma vez que as ciências estão relacionadas à humanidade. A sociologia seria, então, uma parte essencial da psicologia, toda a economia, a ética e a filosofia da história.

O “fundador da Sociologia” afirmou a falta de uma ciência adequada para fornecer à sociedade uma base intelectual indispensável à sua reorganização e, indispensável também, para que se estabelecesse a ordem. Para organizar intelectualmente e moralmente a sociedade, seria preciso unir a ordem ao progresso. Essa filosofia deve ser entendida como científica e lógica, a evolução máxima dos estados anteriores em que a ordem é necessária para solucionar as dificuldades morais.

A classificação das ciências foi completada por Comte na segunda fase de seu desenvolvimento intelectual quando ele voltou seus interesses à instituição da Religião da Humanidade. Esta nova ciência, a Moral, ocupou o topo do esquema ascendente de classificação das ciências. A Moral, segundo Comte, ocupar-se-ia do conhecimento, do amadurecimento e do aperfeiçoamento da natureza humana para a aceitação dos princípios naturais que a determinam.

Comte dividiu esta ciência em teórica e prática. A Moral teórica se ocuparia do conhecimento e a Moral prática da educação. Comte encarregou a educação à moral prática, pois somente ela é capaz de “adequar” o indivíduo à sociedade. Por isso, era indispensável que a educação fosse universal, abrangendo todas as classes da sociedade e todos os ramos do conhecimento humano.

O filósofo francês completou sua teoria, afirmando ser necessário:

> [...] separar os trabalhos teóricos da reorganização social, adequada à época atual, dos trabalhos práticos; isto é, deve-se conceber e executar os que se relacionam com o espírito da nova ordem social, com o sistema de idéias gerais que lhe deve corresponder,

> isoladamente dos que têm por objetivo o sistema de relações sociais e o modo administrativo que delas deve resultar. Nada se pode fazer de essencial e de sólido, quanto à parte prática, enquanto a parte teórica não estiver estabelecida ou, pelo menos, bem adiantada (COMTE apud MORAES FILHO, 1983, p. 64 - 65).

Só a Moral poderia superar a anarquia moderna, portanto, era fundamental fazê-la presente em todas as ações, tanto social como individual e ao indivíduo praticante da ação moral não comportaria jamais outra recompensa, senão a satisfação de efetuá-la e o reconhecimento que proporcionaria diante do conjunto da sociedade. Uma vez alcançada esta unidade o homem encontrar-se-ia com a felicidade, por ter passado por um verdadeiro aperfeiçoamento pessoal e social.

A sociologia havia revelado o sujeito universal. A moral, ligada à biologia e à sociologia, revelou o sujeito individual, órgão e agente do sujeito universal. Dessa forma, “a moral teórica desemboca numa nova síntese, a moral prática, que não é uma pura e simples aplicação da moral teórica, mas o ponto de intersecção entre a teoria e a prática” (BARROS, 1971, p. 134).

Comte defendeu que a filosofia positiva, apoiada na moral, era a única capaz de estabelecer regras de comportamento, hábitos e sentimentos segundo a ordem universal, favorável à felicidade individual:

> É, pois, sobretudo em nome da moral que é preciso, de agora em diante, trabalhar ardentemente para constituir enfim a ascendência universal do espírito positivo, substituindo assim um sistema decaído que, já impotente, já perturbado, exigiria cada vez mais a compreensão mental como condição permanente da ordem moral. A nova filosofia é a única a poder estabelecer hoje, a propósito de nossos diversos deveres, convicções profundas e ativas, verdadeiramente suscetíveis de sustentar com energia o choque das paixões. Conforme à teoria positiva da Humanidade, irrecusáveis demonstrações apoiadas sobre a imensa experiência que agora possui nossa espécie, determinarão exatamente a influência real, direta ou indireta, privada ou pública, adequada a cada ato, a cada hábito e a cada tendência ou sentimento, de onde resultarão naturalmente, como tantos inevitáveis corolários, as regras da

> conduta, quer gerais, quer especiais, mais conformes à ordem universal e que, por conseguinte, deverão se dar ordinariamente como as mais favoráveis à felicidade individual (COMTE, 1983, p. 75).

Comte, em relação à educação, defendeu a necessidade de uma reforma geral no seu sistema:

> Já os bons espíritos reconhecem unanimemente a necessidade de substituir nossa educação européia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação *positiva*, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna. Tentativas variadas se multiplicaram progressivamente desde há um século, particularmente nestes últimos tempos, para propagar e aumentar incessantemente a instrução positiva, e às quais hoje os diversos governos europeus sempre se associam com empenho, quando eles não tomaram a iniciativa. Tentativas que testemunham suficientemente que, em todas as partes, desenvolve-se o sentimento espontâneo dessa necessidade. Mas, a despeito de secundar tanto quanto possível essas úteis empresas, não se deve dissimular que, no estado presente de nossas idéias, não são de modo algum suscetíveis de atingir seu fim principal, a saber, a regeneração fundamental da educação geral (COMTE, 1983, p. 15).

Na primeira metade do século XIX, momento de grande agitação política[10], a "escola positiva" visou substituir a anarquia por um movimento intelectual. A pretensão do positivismo em destinar uma educação universal teria como objetivo acabar com a desordem, uma vez que esta educação se constituiria no único veículo para tal fim. Caberia, então, aos usuários deste tipo de educação, manter a ordem material, tanto interior como exterior, e, além disso, uma vez concretizada esta proposta, manter-se-ia uma certa ordem política em meio a uma profunda desordem moral.

[10] Um único exemplo poderia ilustrar essa afirmação: o ano de 1848, ano da revolução proletária na França e em outros lugares da Europa. Neste ano, também, foram publicados o *Manifesto do Partido Comunista*, de K. Marx e F. Engels e, de Comte, o *Discours sur l'ensemble du positivismo*, obras que, por caminhos opostos, de transformação social, procuraram explicar aquele momento histórico.

Essa aspiração do fundador da filosofia positiva resultou na obra *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo*, publicada em 1848[11]. No mesmo ano, foi fundada a "Sociedade Positiva de Paris", com expressivas intenções políticas. O manifesto de fundação, datado de 8 de março, foi transcrito por Lelita O. Benoit e registra o seguinte:

> Estou fundando, sob a divisa característica Ordem e Progresso, uma sociedade política destinada a preencher, com relação à segunda parte, essencialmente orgânica, da grande revolução, um ofício equivalente àquele que tão utilmente exerceu a sociedade dos Jacobinos na sua primeira parte, necessariamente crítica [...]. Sua ação será mais puramente consultiva, sem nenhuma mistura de intervenção temporal, já que está apoiada na nova doutrina geral, cujos partidários são ainda pouco numerosos para obter alguma influência social que não seja aquela que poderá emanar de uma livre apreciação pública da sabedoria de seus julgamentos e de seus conselhos (COMTE, apud BENOIT, 1999, p. 375 - 376).

Fundamentando-se nos estudos sobre a evolução humana e na marcha natural da sociedade, Comte elaborou o *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo* para expressar suas considerações acerca da vida política. Apesar de ser a França o principal alvo político, Comte teve, no entanto, como ambição fornecer preceitos políticos para todas os países que se industrializavam.

Diante das revoluções operárias na França, após as jornadas de 1848, Comte escreveu essa obra, buscando teorizar como se poderia pôr fim à revolução e orientar a sociedade em direção da ordem e do progresso. O autor acreditava, portanto, que sua ciência positiva apresentava condições para o estabelecimento da ordem pública e privada.

---

[11] Comte escreveu também, um ano antes (1844), o *Discurso sobre o espírito positivo*. Nessa obra, além de analisar o estado teológico, o metafísico e o positivo, estudou as relações entre a ciência e a arte, entre a ciência e a teologia.

Com base nessa crença, apresentou, no “Discurso” de 1848, a síntese de suas principais idéias sobre o positivismo, considerado, por ele, como um conjunto de teorias acerca da organização política da sociedade. Foi assim que o positivismo – enquanto uma doutrina que defendeu o progresso da sociedade por meio da ordem – na visão do filósofo francês, ganhou sua razão de ser. À medida que o curso natural dos acontecimentos caracterizava a grande crise moderna, a reorganização política se apresentava, cada vez mais, como necessariamente impossível sem a reconstrução prévia das opiniões e dos costumes. Por isso, Comte afirma:

> Para apreciar suficientemente essa reação indispensável, é preciso conceber essa ordem exterior como abarcando, além do mundo propriamente dito, o conjunto de nossos fenômenos que, apesar de serem os mais modificáveis de todos, também se sujeitam a leis naturais invariáveis, principal objetivo de nossas contemplações positivas (COMTE, 1983, p. 108).

Buscando a formação do positivismo, Comte explicou, no *Sistema de filosofia positiva*, que a realização gradual dessa ampla elaboração filosófica faria, espontaneamente, surgir uma nova autoridade moral, mas, ao mesmo tempo, a ascendência dessa filosofia tornaria o conflito intelectual.

> [...] mais grave e mais rápido por causa do florescimento decisivo dos conhecimentos positivos, tomou caráter progressivamente mais retrógrado, de um lado, e revolucionário, de outro, conforme a impossibilidade, cada vez mais sentida, de conciliar dois regimes tão opostos. Tal é antes de tudo o caráter da situação atual, em que a antiga dominação da teologia, se fosse suscetível de restauração, constituiria diretamente uma profunda degradação intelectual e, por conseguinte, moral, ajustando, unicamente mediante nossos desejos e nossas conveniências, todas as nossas opiniões sobre a verdade exterior (COMTE, 1983, p.106).

Assim, para que o positivismo se afirmasse, seria necessário substituir o fundamento teológico da submissão por outro inteiramente positivo, situação que ainda estava

por acontecer efetivando-se, à medida que a nova moral se tornasse a base da conduta dos indivíduos.

Fundamentado na idéia de “evolução da humanidade e na marcha natural da sociedade”, sua concepção teórica afirmava, na primeira parte da obra em questão, que o processo de transição, no período das Revoluções, ocorreria porque “estava na natureza das coisas que a crise tivesse assim começado, o que foi útil, a fim de que o antigo sistema sofresse a reforma suficiente para permitir de processo directo a formação de um sistema novo” (COMTE, 1983, p. 29).

Portanto, conforme o autor, a desorganização da sociedade, expressão da agitação social, centrada principalmente na França, foi necessária para conduzi-la ao estado definitivo da espécie humana, esse movimento foi, portanto, o caminho do desenvolvimento natural. No entanto, já era hora de pôr fim à desorganização social, neste sentido, definiu, no “Discurso”, os fundamentos teóricos do positivismo, considerando que teria:

> [...] esboçado plenamente o verdadeiro caráter da doutrina regeneradora, sucessivamente apreciada sob todos os aspectos principais, passando, conforme um encadeamento sempre natural, primeiro, de sua fundação filosófica à sua destinação política, daí à sua eficácia popular, em seguida, à sua influência feminina, terminando em sua aptidão estética (COMTE, 1983, p. 99).

Os fundamentos da ciência positiva seriam o “guia” geral da nova política, que não se sustentaria no regimento teológico nem no metafísico, mas puramente no científico e que daria a teoria diretamente relativa às leis dos fenômenos, destinadas a fornecer previsões reais, porque:

> [...] o espírito positivo pode vir a ser cada vez mais teórico e tender a conquistar paulatinamente todo o domínio especulativo, sem nunca

> perder a aptidão prática inerente à sua origem [...]. Desde seu primeiro florescimento matemático e astronômico, mostrou sua tendência a sistematizar o conjunto de nossas concepções, segundo a extensão contínua de seu princípio fundamental. Esse novo princípio filosófico, depois de ter por muito tempo modificado cada vez mais o princípio teológico e metafísico, esforça-se evidentemente, desde Descartes a Bacon, por substituí-lo irrevogavelmente (COMTE, 1983, 102).

Ao ter, segundo Comte, tomado, gradualmente, posse de todos os estudos preliminares, liberados do antigo regime, faltava completar o estudo final dos fenômenos sociais. Para tanto, a coordenação positiva deveria tornar-se moral e colher, no sentimento, o verdadeiro espírito de universalidade. Somente assim, afastaria todas as pretensões teológicas, realizando, melhor do que o antigo regime, a destinação decisiva da humanidade.

Esses são os fundamentos da doutrina de Comte ligados à política, e é por meio da promoção do sentimento moral que a ação positiva se tornaria universal, pois, sem isso, nenhuma sistematização política seria possível, exatamente porque, sem perceber o advento gradual das novas bases morais, por falta de uma teoria suficientemente real e completa que revelasse a tendência definitiva da situação moderna, a ação política seria inviável. Dessa maneira, através da ciência, explicar-se-ia que “a felicidade privada e o bem público dependem mais do coração do que do espírito”.

Sua base teórica sobre a organização política da sociedade encontra-se escrita nos princípios da doutrina positiva, caracterizando uma ordem traduzida como uma “nova autoridade moral”. Nesse sentido, a missão fundamental do positivismo seria “generalizar a ciência real e sistematizar a arte social”, uma vez que:

> Sob todos esses aspectos, a evolução fundamental da humanidade é necessariamente espontânea, e a exata apreciação de sua marcha natural é a única a nos fornecer a base geral de uma sábia

> intervenção. Mas as modificações sistemáticas, que aí podemos introduzir, possuem, entretanto, extrema importância para muito diminuir os desvios parciais, os atrasos funestos e as graves incoerências, próprias a um vôo tão complexo, se permanecesse inteiramente abandonado a si próprio (COMTE, 1983, p. 101).

Para ele, só a filosofia positiva poderia completar o trabalho de domínio político. O ofício da filosofia positiva consistiria em coordenar as partes da existência humana com o fim de conduzir à completa unidade social. Porém, se a filosofia tentasse influenciar diretamente a vida ativa, “usurparia viciosamente a missão necessária da política o único arbítrio legítimo de toda a evolução prática”. (COMTE, 1983, p. 101).

Comte, ao descrever “o espírito fundamental do positivismo”, resgatou os estágios da evolução da inteligência humana, a fim de mostrar que a humanidade deveria submeter suas vontades e seus pensamentos a uma moral positiva. Nesse sentido, afirmou:

> A sistematização teológica proveio espontaneamente da vida afetiva, devendo igualmente a esta origem sua predominância inicial e sua dissolução final. Dominou, por muito tempo, as principais especulações, sobretudo durante a idade politéica, quando o raciocínio restringia ainda muito pouco o primitivo império da imaginação e do sentimento (COMTE, 1983, p. 101).

No entanto, houve uma cisão natural, graças a seu crescimento contínuo que veio dissolver radicalmente esta construção inicial, uma vez que:

> O espírito metafísico é radicalmente incompatível com o ponto de vista social [...] este espírito transitório nunca foi capaz de realmente construir algo. Sua dominação excepcional comportava somente um destino revolucionário para secundar a evolução preliminar da humanidade, decompondo pouco a pouco o regime teológico que depois de ter dirigido sozinho o crescimento inicial, haveria de converter-se, sob todos os aspectos, em retrógrado de modo irrevogável (COMTE, 1983, p. 102).

Comte formulou sua doutrina positiva na busca de aptidões que sistematizassem as existências práticas, que fossem capazes de regularizar as ações espontâneas e

construir um sentimento universal. Estabeleceu teorias diretamente relacionadas às leis dos fenômenos e destinadas a fornecer previsões, teorias, consideradas por ele como as únicas capazes de regular as ações espontâneas. A análise da evolução humana conduziu o pensador a proclamar que a unidade humana só poderia resultar de uma justa preponderância do sentimento sobre a razão e até mesmo sobre a atividade.

Dessa forma, entende-se porque Comte indica que o positivismo deve ser conduzido mais pela moral do que pela intelectualidade ao tratar das questões sociais, devendo subordinar o espírito ao coração, uma vez que:

> [...] a natureza própria de cada um deles ou que se compare suas energias respectivas, pode-se claramente reconhecer que a inteligência somente comporta de fato o destino durável à sociabilidade. Quando, em vez de se constituir dignamente como seu principal ministro, aspira à dominação, nunca chega a realizar essas orgulhosas pretensões, o que só pode desembocar numa anarquia desastrosa (COMTE, 1983, p. 104).

Preocupado com a possibilidade de freqüente anarquia social, Comte empenhou-se na tarefa de definir os papéis sociais de cada grupo, classe, gênero, instituições que compõem a sociedade. Cada grupo, segundo o filósofo francês, deveria assumir seu lugar no organismo social e fazer reinar a harmonia contínua fundamentada na superioridade universal do sentimento, que inspira a vontade de fazer o bem.

O redimensionamento das idéias de Comte ocorreu num momento de grande conflito na sociedade européia. Nesse contexto, ele afirmou que a educação exige um conjunto de concepções positivas sobre todas as classes de fenômenos naturais:

> É tal conjunto que deve converter-se, de agora em diante, em escala mais ou menos extensa, até mesmo entre as massas populares, na base permanente de todas as combinações humanas, base que, numa palavra, deve constituir o espírito geral de nossos descendentes (COMTE, 1983, p. 16).

Foi assim que, na primeira etapa de seu pensamento[12], Comte acreditava que caberia aos sábios a direção espiritual da sociedade, sendo que deveriam ser educados na Escola da Humanidade. Nesse sentido, o *Curso de filosofia positiva* foi um "verdadeiro tratado de pedagogia prática para uso das altas inteligências, desejosas de se consagrar à regeneração social" (Barros, 1971, p. 130). Comte pretendeu, com esse curso, criar uma educação prévia baseada no problema da física social e da regeneração humana, a que todos os sábios deveriam se submeter.

A partir de 1848, e, principalmente após seu encontro com Clotilde de Vaux[13], Comte dedicou-se mais à Religião da Humanidade, iniciando, assim, a segunda etapa de seu pensamento, a fase da ordem e do coração. Até então, o autor acreditava na supremacia da inteligência e no papel dos sábios e insistia muito mais nos problemas dinâmicos do que nos estáticos, mais no "progresso" do que na "ordem". Entretanto, mudanças começaram acontecer nessa segunda fase de desenvolvimento do pensamento do fundador da filosofia positiva: primeiramente, Comte rompeu com os sábios, por considerá-los incapazes de assumir a educação; a ordem passou ao primeiro plano e a estática prevaleceu sobre a dinâmica.

Foi no referido período que o autor se ocupou do proletariado, quando afirmou ser

---

[12] Como o objetivo dessa dissertação não voltou ao estudo detalhado da vida de Augusto Comte, dividimos a vida desse filósofo em duas etapas. Porém Sergio Tiski (1995, p. 23), um estudioso sobre a religião em Comte, fez uma periodização acerca da vida religiosa de Comte em quatro períodos: "O primeiro período, católico, se estende de 1798 até em torno de 1812. O segundo, de 1812 até 1817, é antimonárquico e anticlerical [...]. A conversão ao relativismo, de fins de maio de 1817, foi a fronteira entre este período e o seguinte. O terceiro, de 1817 até 1848, no qual a negação, a rejeição, transfere-se para o sobrenaturalismo. Durante este período, religião, teologia e sobrenaturalismo são sinônimos a serem rejeitados, superados. Mas também, a partir deste período, A. Comte revaloriza o aspecto sócio-político cumprido (e a ser cumprido ainda) pelo sobrenaturalismo (e passa também a uma posição de 'paciência histórica 'em relação ao monarquismo); ele já propõe neste período um novo poder espiritual, só que irreligioso, antireligioso e antiteológico, isto é, antisobrenaturalista, ou, o que significa o mesmo, 'terrestre e positivo'. No final deste período foi sobretudo importante a sua conversão moral, a sua conversão à supremacia do sentimento (do amor), a partir da qual o seu poder espiritual torna-se também 'poder espiritual'. O quarto período, 'religioso', vai de 1848 até 1857, no qual o seu poder espiritual se torna também poder religioso, período em que ele funda a sua religião, um teísmo ou deísmo imanentista".

[13] Comte, nas correspondências que trocava com Clotilde de Vaux, expôs seu amor por ela. Este relacionamento, com duração de apenas um ano, foi interrompido quando Clotilde morreu. Alguns autores afirmam, categoricamente, que este amor inspirou Comte a fundar a Religião da Humanidade.

esta classe representante do “bom senso”, por não estar contaminada pela educação que os “sábios especialistas” vivenciaram. Comte acreditava que a escola positiva prepararia os proletários para profissões que lhes eram cabíveis, conduzindo-os, assim, à aptidão para uma vida real. Entretanto, o intuito maior do positivismo foi assegurar ao proletariado uma educação positiva, o que constituía a verdadeira política da escola positiva. Esse projeto garantiria uma maior afinidade das classes “inferiores” com a filosofia positiva, encontrando, nessa, o apoio mental e social de que precisavam.

Antes de Comte instituir a moral como a sétima ciência, a educação universal limitou-se à minoridade do indivíduo, não englobando todas as fases da vida. Só mais tarde, ele identificou a moral prática e a educação, tornando o processo pedagógico “universal”, abrangendo, enfim, a totalidade da existência humana.

A doutrina da educação universal em Comte não engloba, em nenhum momento, referências ao ensino superior, no sentido de que este passasse a fazer parte do seu plano educativo[14].

De acordo com Paul Arbusse-Bastide (1957, p. 610),

> [...] On chercherait en vain, dans le système éducatif de Comte, la préoccupation d’un enseignement supérieur proprement dit. Seule l’*École positive*, prope à la transition organique paurrait s’en approcher. Encore est-elle principalement destinée ‘à la régénération de classe médicale’ [...].

A “educação positiva”, como concebida por Comte, dispensaria, pela sua própria qualidade, a necessidade de qualquer educação complementar, especialmente o

[14] De acordo com Paul Arbousse-Bastide, desde 1822 Comte já anunciava a elaboração de um tratado de educação que se denominava *Traité de l’education universelle*. Mas, nessa época, o referido tratado não veio à luz. Mais tarde, um texto com esse título passou a fazer parte do tomo II do *Systeme de morale positive*. Ver ARBUSSE-BASTIDE, Paul. *La Doctrine de l´education universelle dans la philosophie d´Auguste Comte*, p. 601.

ensino superior. Entendia que qualquer especialização ou aperfeiçoamento técnico seria obtido por meio da prática.

Esta afirmação, por si só, fornece algumas pistas importantes para que se possa entender a resistência de Comte à universidade. Em primeiro lugar, ela sugere a presença de uma crítica contundaz ao ensino universitário existente na França até a Revolução Francesa: ensino escolástico que, na sua opinião, não preparava para a vida prática. Em segundo lugar, pode-se perceber que as críticas de Comte às carências e erros do ensino superior francês não encerravam em si uma grande novidade, muito menos se limitava à França, mas, se estendia a toda educação européia, como ele mesmo afirmou[15]. Era necessário adaptar essa educação, própria das fases teológico-metafísicas, à nova etapa de desenvolvimento social – o estado positivo.

É importante lembrarmos, também, que, quando Comte desenvolveu essas reflexões, já não existia nenhuma universidade na França, de acordo com as informações fornecidas por Darcy Ribeiro (1982, p. 52):

> O ensino superior francês após a revolução, e por um período de cem anos (1793 - 1896), não passou de um sistema de escolas superiores autárquicas – que não atendiam ao nome de universidade- organizadas como um serviço público, assim como o ensino primário, o secundário e o normal. [...] Seu núcleo básico ficou constituído pelas escolas autônomas de direito, medicina, farmácia, letras e ciências. Separadamente foram estruturadas a Escola Politécnica, voltada à formação dos quadros técnicos, e a Escola Normal Superior, encarregada de criar os educadores destinados a atuar como difusores, em toda a nação, da nova cultura erudita de base científica.

Comte foi formado na *Escola Politécnica* e a considerava exemplo de instituição científica. Alguns autores atribuem às dificuldades que Comte teve de ingressar

---

[15] A esse respeito ver a citação da p. 41 deste presente capítulo .

nessa escola como professor, a razão das resistências que ele encontrou em relação à universidade. No entanto, como vimos, essa escola não era uma instituição universitária, mas uma escola isolada voltada à formação de engenheiros. É certo que Comte se sentiu perseguido pelos professores da Politécnica, as quais ele denominava de metafísicos, e que os denunciou publicamente por escrito[16]. Mas essa frustração pessoal não parece suficiente para explicar sua animosidade em relação à universidade.

Essa atitude só pode ser compreendida tendo-se presente o conjunto da teoria educativa de Comte, já exposto neste trabalho, especialmente o fato dessa teoria não se limitar à educação formal, mas abranger todo o ciclo da vida humana.

Além disto, para instalação do estado positivo, a universidade medieval seria, para Comte, um modelo retrógrado, não adequado às necessidades do momento histórico vivido pela Europa.

[16] Ver a esse respeito: COMTE, Auguste: Appel au ublic occidental. In: COMTE, Auguste. *Correspondance générale et confessions 1846 – 1848*, tome IV. Paris: École de hautes études au sciences sociales, 1973, p. 281 - 284.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PENETRAÇÃO E DA DIFUSÃO DO POSITIVISMO NO BRASIL

O enfoque deste capítulo foi direcionado ao contexto histórico da pesquisa, tendo como objetivo o estudo da penetração e da difusão do positivismo no Brasil na segunda metade do século XIX. Entendemos que a fundamentação em alguns pressupostos teórico-metodológicos seria indispensável para analisarmos a relação entre a divulgação de novas idéias no Brasil e o período brasileiro em que foram aceitas.

As posturas acerca dessa relação vão desde a afirmação do absoluto subjetivismo na produção das idéias até a afirmação de uma total e mecânica subordinação das idéias e de seus produtores ao momento histórico em que vivem e produzem. Mas há posições menos extremadas e que permitem a compreensão dessa relação, como as que descreveremos a seguir.

Para Marilena Chauí (1992, p. 61), é um equívoco:

> [...] estabelecer uma relação causal direta entre acontecimentos sócio-políticos e a constituição dos conhecimentos filosóficos, científicos e técnicos ou a criação artística. Relação entre eles, sem dúvida existe. Mas não é linear nem causal: idéias e criações podem estar em avanço ou em atraso com relação aos acontecimentos sócio-políticos e econômicos, não porque pensadores e artistas sejam criaturas fora do espaço e do tempo, mas porque tudo depende da maneira como enfrentam questões, colocadas por sua época indo além ou ficando aquém delas. Em resumo, a relação entre uma obra e seu tempo não é a do mero reflexo intelectual de realidade sociais dadas [...].

Mas embora as idéias não sejam um mero reflexo do seu tempo, elas não podem ser compreendidas sem que se identifiquem os dados objetivos do contexto em que foram produzidas, as contradições concretas do processo histórico que interpretam.

> [...] São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc, mas os homens reais, actuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. [...] (MARX ; ENGELS, s.d, p. 25).

Um outro postulado é o de que, se quisermos conhecer uma época histórica, não devemos perguntar aos homens dessa época o que ela representou, mas analisá-la objetivamente.

> [...] A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados; mas não resultou daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são *na realidade*, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente. Resultam portanto da forma como actuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade (MARX ; ENGELS, s.d, p. 24 - 25).

Emília Viotti da Costa (1977, p. 107), procurando evitar as atitudes extremadas que mencionamos no início deste capítulo, sugere ao historiador um adequado procedimento metodológico:

> A alternativa diante da qual se vê o historiador ─ tomar o subjetivo pelo objetivo, ou sobrepor um 'objetivo a priori' ao subjetivo ─ é superada na análise que visa a identificar as estruturas através da documentação e criticar os testemunhos, remetendo-os à estrutura.

Nesse processo, Gramsci (1978, p. 189) explica os princípios metodológicos apropriados à pesquisa histórica quando esta aborda o estudo de uma estrutura. Existe a pesquisa que prioriza os movimentos orgânicos. Neste caso, estuda-se um determinado período histórico sem se distanciar da estrutura, ou seja, da totalidade que o compõe. Existe também a pesquisa que valoriza os fenômenos de conjuntura, neste caso, os estudos se apresentam como ocasionais, quase acidentais, dependendo, portanto, dos movimentos orgânicos:

> O erro em que se cai muitas vezes nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: consegue-se assim expor como imediatamente atuantes causas que são, pelo contrário, atuantes mediatamente, ou afirmar que as causas imediatas são apenas as causas eficientes; no primeiro caso tem-se um excesso 'economicismo' ou de doutrinarismo pedante; no segundo, um excesso 'ideologismo'; no primeiro caso hipervalorizam-se as causas mecânicas, no segundo exalta-se o elemento voluntarista e individual (GRAMSCI, 1978, p. 189).

2.1 O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS ANUNCIAM A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA FASE PARA O PAÍS

O Brasil colonial teve sua estrutura econômica marcada, desde o início, pela condição de dependência em relação a Portugal. Após o período de exploração pura e simples do pau-brasil, houve a ocupação efetiva do território brasileirono período de 1530 – 1640, como afirma Caio Prado Júnior (1967, p. 27). Com a ocupação do território, iniciou-se a agricultura, com seus diversos ciclos: a cultura de cana-de-açúcar, do algodão, da borracha, entre outras culturas destinadas à exportação, até chegar ao ciclo do café na segunda metade do século XIX. Essa agricultura desenvolveu-se com

as seguintes características: economia exportadora, com base na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo.

O fim do período colonial, com a Independência em 1822, não trouxe grandes transformações ao perfil econômico do Brasil, que permaneceu como uma economia agrário-exportadora, monocultora, tendo por base o latifúndio e o trabalho escravo como já descrito acima.

A grande reviravolta, no setor econômico, aconteceu quando se iniciou o ciclo do café no ano de 1826:

> Do ponto de vista da atividade agrícola, nota-se, na segunda metade do século, embora seja ainda perceptível na metade inicial, o contraste entre as duas lavouras, a tradicional, fundada no açúcar, em que imperam ainda as relações coloniais de produção, e a nova, fundada no café, em que aquelas relações, surgindo no começo, vão gradativamente sendo substituídas por outras. Este é um dos motivos fundamentais da cisão na classe dominante, a dos proprietários territoriais. Há outros tipos de atividade agrícola, menos importantes, que giram, ora em torno dos modelos açucareiros, tal a do algodão maranhense, ora em torno dos modelos cafeeiros. Atividades rurais, como a pastoril sulina, gravitam para o modelo a agricultura do café. O fato principal, entretanto, é que o café proporciona, pelos saldos na balança de comércio externo, os recursos para aparelhamento do País, e só isso lhe confere desde logo destacada importância, supremacia quase absoluta sobre outras formas de produção (SODRÉ, 1988, p. 180 - 181).

Percebemos que a maioria dos historiadores destacam a década de 1870 como um marco nas transformações que começaram a desenvolver-se com as exportações do café. Para mostrarmos que transformações sofreu o Brasil a partir dessa data, tomaremos por base a interpretação materialista da história de Caio Prado Júnior, que, segundo apreciação de Mota (1980, p. 23), é “possivelmente o historiador mais significativo do Brasil”.

Prado Júnior explica que temos que retomar aos acontecimentos históricos da segunda metade do século XIX para entendermos porque a década de 1870 ficou caracterizada como um marco na história econômica do Brasil. O autor destaca, portanto, que o ano de 1850, foi o momento de maior transformação econômica, mudança essa resultante da emancipação política e econômica de Portugal, cujo fator predominante foi a proibição do trafico negreiro[1]: "[...] A lei promulgada em 4 de setembro de 1850, seguida de outras providências e de enérgica atitude do ministro Eusébio de Queirós, estancou por completo, em menos de dois anos, o tráfico africano" (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 79).

O Brasil entra num período de crises financeiras ocorridas no setor agro-exportador, devido à apropriação da renda nacional pelo exterior e diante da desorganização da vida econômica do Brasil com as tentativas de acabar com o tráfico negreiro. Essa realidade, em que se encontrava o Brasil, levou a um abalo na economia e se prolongou até o ano de 1864.

Nas exportações brasileiras, o açúcar, principal produto durante o Primeiro Reinado, era vendido a preços baixos por causa da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba. O café passou, então, a ser o principal produto de exportação. Tomando a dianteira no período Regencial, lideraria por muito tempo, seguido, de longe, por outros produtos tropicais, como algodão, couro e pele, tabaco, cacau, mate, borracha e o próprio açúcar.

[1] Após oito anos de proibição do comércio de mão-de-obra escrava, o Dr. Manuel Ribeiro da Rocha, jurista brasileiro licenciado em Coimbra, publicou um livro condenando o tráfico e a escravidão perpétua. Ele defendeu que se fizesse exigir no Brasil a "substituição da escravatura negra [...] por um sistema de trabalho contratado, segundo o qual os escravos trazidos da África se tornariam automaticamente livres depois de trabalhar para o seu senhor durante um período previamente combinado" (PINTO, 1987, p. 141).

Assim, com a cultura do café, o Brasil conquistou efetivamente os mercados internacionais. Como seu desenvolvimento econômico não parava de crescer, este produto passou a monopolizar o centro exportador.

Mas o crescimento nas exportações de café sofreu um momento de instabilidade diante das promessas de acabar com o trabalho escravo, causando uma agitação entre os produtores de café justo no período em que a produção dessa cultura vivia seus dias de entusiasmo e glória. A ameaça de acabar com a mão-de-obra escrava foi decorrente da iminente interrupção do tráfico negreiro. Vejamos como a notícia repercutiu no Brasil:

> A decadência da escravidão, representada concretamente pela ininterrupta redução da massa escrava e a crise crônica de mão-de-obra, punha o país constantemente na iminência do colapso de seu sistema produtivo. O alarma despertado pelo assunto foi sempre aliás considerável, e isto se refletia em largas agitações políticas no Parlamento, na imprensa, nas acirradas polêmicas da época. Não faltava quem visse na abolição da escravidão o têrmo da economia da grande lavoura; considerava-se que não seria possível ajustar a ela o trabalho livre e assalariado. Sobretudo do imigrante europeu (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 201).

As estimativas de perda de prestígio dessa agricultura, porém, não estavam corretas, e os grandes produtores de café, conhecidos como “barões do café”, mesmo tendo passado por um momento de insegurança, por acreditarem que com a abolição do tráfico negreiro a economia cafeeira não mais se desenvolveria, após esse período de adaptação, puderam perceber que os lucros melhorariam. Isso aconteceu porque perceberam que, deixando de empregar dinheiro na compra dos escravos, bem como na manutenção dos mesmos, ficariam livres dos empréstimos.

> Os grandes lavradores já não precisarão, como no passado, inverter a maior parte de seus recursos em escravos, recorrendo para isto muitas

> vezes a créditos onerosos; e grandes disponibilidades de capital até então fixos se tornam circulantes e desembaraçados para outras aplicações além do pagamento do trabalho agrícola (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 194).

Foi possível, também, após o ano de 1850, uma expansão das forças produtivas brasileiras, favorecendo novos empreendimentos para o Brasil:

> O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dêle 62 emprêsas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro. Boa parte dêstes empreendimentos e outros semelhantes que aparecem pela mesma época não representa mais que especulação estimulada pela súbita libertação dos capitais dantes invertidos no tráfico africano, bem como pela inflação de crédito e emissões de papel-moeda que então se verificam. E como também foi notado, esta especulação terminará no grave desastre das crises financeiras de 1857 e 1864 [...] (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 192 - 193).

O Brasil passou, assim, por uma transformação no campo econômico e social. Mas tais mudanças só acontecem quando “amadurecem e produzem todos os frutos que modificariam tão profundamente as condições do país” (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 192). Segundo o autor, as transformações ocorridas não estiveram unicamente pautadas na abolição do tráfico negreiro, – apesar de ter sido um elemento indispensável para as transformações – , foram sim indicadas pelas condições objetivas oferecidas pela economia mundial.

As mudanças econômicas da década de 1870 foram centralizadas nas nascentes indústrias manufatureiras[2], nos empreendimentos comercias e industriais (estradas de ferro, aparelhamento portuário, obras urbanas, etc). Mas, apesar desses novos investimentos nas indústrias e na expansão do comércio, a agricultura continuou na disputa econômica, sendo o "carro chefe" da economia brasileira.

O Brasil ofereceu oportunidades de rápida ascensão para aqueles que se aproveitaram dessas atividades econômicas. Segundo Prado Júnior (1966, p. 80), esse foi um período em que "as fortunas se fazem num abrir e fechar de olhos", momento em que foi constituída a "nova classe endinheirada". De um lado concentravam-se os comerciantes, detentores de capital móvel, de outro, os proprietários rurais responsáveis pela maior parte da riqueza do país.

Entre os anos de 1870 a 1880, a mão-de-obra barata, advinda do sistema escravista, foi um ótimo fator que contribuiu para o crescimento econômico brasileiro, caracterizando o auge da prosperidade nacional. Isso deveu-se à remodelação da velha estrutura colonial, que mudou a forma de organização do trabalho, que deixou de ser escrava e passou a ser pautada no trabalho livre.

Houve também a remodelação na cultura de exportação, que passou da cultura de açúcar para a cultura de café, ocupando o primeiro lugar nas exportações. Mas a base agro-exportadora, conquistada pelo Brasil, não foi substituída por outro investimento, permanecendo a economia brasileira dependente da grande lavoura produtora de gêneros de exportação.

---

[2] A localização dos centros têxteis obedeceu a dois critérios fundamentais: densidade demográfica, que facilitou o emprego de mão-de-obra, e a instalação dos mercados numa área central, bem como a proximidade dos fornecedores de algodão (PRADO JÚNIOR, 1967, p. 197).

Como vimos, a segunda metade do século XIX foi um período rico em transformações econômicas, em que novas forças produtivas impulsionaram o Brasil a conquistar seu espaço no mundo capitalista contemporâneo. Sobre essa fase de mudanças, Cartolano (1999, p. 113) nos informa que, juntamente ao momento de crescimento da economia, o Brasil permitiu a entrada de novas idéias que chegavam da Europa na década de 1870, idéias essas advindas do movimento da Revolução Francesa e do cientificismo, cuja maior expressão foi o filósofo francês Augusto Comte por acreditar no poder da ciência[3].

As novas idéias difundiram-se no Brasil por meio de contatos pessoais e de alguns livros que penetravam no país. Os principais propagandistas eram os estudantes que viajavam para o exterior, completando seus estudos em Portugal ou na França. É o que veremos no item a seguir desta dissertação, nele assinalamos a emergência de algumas tendências no Brasil e suas formas particularizadas de interpretação da realidade.

2.2 NOVOS TEMPOS, NOVAS IDÉIAS: A PENETRAÇÃO DO POSITIVISMO, DO EVOLUCIONISMO E DO DARWINISMO

Vimos, no item anterior deste estudo, que a década de 1870 foi um marco importante na disseminação de novas idéias no Brasil. Entenderemos, agora, a efetivação de tais idéias, qual sua importância na história do nosso país. Como ocorreu a penetração do positivismo, do evolucionismo e do darwinismo no Brasil e que espaço tais tendências

[3] Segundo (HOLANDA, 1978, p. 119), a crença dos positivistas era no poder das idéias.

conquistaram. Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 43), referindo-se a esse período da história brasileira, afirma o seguinte:

> A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo. No entanto, a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizados de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências teóricas distintas. Dessa forma, se a noção de evolução social funcionava como um paradigma de época, acima das especificidades das diferentes escolas, não implicou uma única visão da época, ou uma só interpretação.

Para nós, o que importa destacar é que essas teorias foram assimiladas pelos "intelectuais brasileiros" da segunda metade do século XIX, como teorias que poderiam não só explicar o Brasil e seus problemas – trabalho escravo, miscigenação, analfabetismo, capacidade produtiva, entre outros –, mas também indicar caminhos, apontar para o ideal de país que se pretendia construir. É evidente que, quando essas doutrinas foram divulgadas no Brasil, já encontraram o liberalismo extremamente influente. Esta corrente de pensamento difundiu-se no país desde os fins do século XVIII e início do XIX.

> As idéias liberais têm longa tradição no país, dotando suas primeiras manifestações dos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, fase anterior à Independência: período heróico das reivindicações liberais, em que as idéias de soberania do povo e de liberdade em todas as manifestações (liberdade de comércio, liberdade de manifestação do pensamento, etc.), a igualdade de todos perante a lei e o princípio de governo representativo aparecem como reivindicações comuns à maioria dos revolucionários (COSTA, 1977, p. 109).

Os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade brasileira da época fizeram uma assimilação adaptada dessas idéias nas diferentes conjunturas históricas. Vejamos, agora, como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo fizeram sua penetração no país[4].

Explica Lins (1967, p. 17– 18) que o positivismo foi anunciado publicamente no Brasil em 1844, por Justiniano da Silva Gomes, sob a forma de tese intitulada *Plano e método de um curso de fisiologia*, na qual abordou a lei dos três estados e o método positivo. Essa tese foi apresentada para pleitear uma cátedra na *Faculdade de Medicina da Bahia*, sendo defendida no dia cinco de setembro de 1844. Com esse trabalho de pesquisa, Justiniano da Silva Gomes conquistou o título de lente e substituto da cadeira de Fisiologia na referida instituição.

O positivismo apareceu no cenário brasileiro, segundo a tese de Lins (1967), dois anos após a publicação do último volume do *Curso de filosofia positiva* em 1842. Sobre a presença dos ensinamentos de Augusto Comte no Brasil, Lins (1967, p. 18) complementa que: “é interessante assinalar que a primeira manifestação de sua doutrina no Brasil se tenha registrado no campo biológico e não, como até aqui se supunha, no domínio matemático”. Diante dessas informações é que esse autor considera Justiniano da Silva Gomes “o primeiro positivista brasileiro”.

Segundo pesquisa realizada por Roque Spencer Maciel de Barros (1959, p. 118) sobre a década da penetração do positivismo no Brasil, essa doutrina passou a conquistar simpatizantes no país desde 1850. O autor destaca que a *Escola Militar*, no Rio de

[4] Em relação ao liberalismo existe toda uma polêmica entre os intelectuais brasileiros, de adequação ou não, dessa corrente teórica à realidade brasileira. Sobre este tema ver: SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*.

Janeiro, foi o centro de onde começaria sua irradiação, seja por meio da tese de Miguel Joaquim Pereira de Sá, em 1850, fundamentada no *Curso de filosofia positiva*, seja pela presença de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), quando, em novembro de 1873, foi aprovado no concurso para professor dessa instituição. Explica Barros que, como o positivismo tratava de problemas voltados à matemática e à física, essa doutrina científica foi acolhida para instruir os militares, chamados por esse autor de "bacharéis de farda". Nesse sentido, Barros (1959, p. 119) admite que: "não é o Comte filósofo da história, da vida social e política, que atrai os espíritos, nesse primeiro momento".

Apesar desse professor não ignorar as pesquisas realizadas no campo da matemática, atribui destaque especial aos estudiosos da filosofia social de Comte. Informa que foi a partir da década de 1860 que o positivismo, efetivamente, adquiriu prestígio com as obras reveladoras do pensamento social de Augusto Comte. Desse modo, mesmo tendo admitido que Comte ficou conhecido primeiramente, no Brasil, como teórico das ciências físicas e matemáticas, pelos trabalhos realizados nesse campo de pesquisa, Barros afirma ser Pereira Barretto[5] "o legítimo introdutor do Positivismo no Brasil":

> Desde 1857 o então jovem estudante fluminense em Bruxelas se convertera de corpo e alma para o positivismo, conquistando ainda para a doutrina as adesões de Francisco Antônio Brandão Junior e de Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça, que teriam, depois, um papel a desempenhar na história das idéias no Brasil (BARROS, 1959, p. 119).

[5] Apesar de termos encontrado em outras referências o nome Barretto grafado com apenas uma consoante t, optamos pela referência de Barros, em *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, por ter sido ele um pesquisador eminente de Pereira Barretto.

O professor Roque Spencer Maciel de Barros foi um pesquisador que se dedicou, entre outros temas, ao estudo da obra de Luís Pereira Barretto. Explica Lins (1967, p. 5) que ele relacionou, “com heróica paciência”, os artigos desse positivista, desenvolvendo um estudo detalhado, resultado de sua tese de doutorado apresentada em 1955 à cadeira de História e Filosofia da Educação da *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras* da Universidade de São Paulo. Essa tese deu origem ao livro *A evolução do pensamento de Pereira Barreto e o seu significado pedagógico*, “um trabalho digno dos grandes centros universitários da Europa e América”, afirma Lins.

As teses de Pereira Barretto, juntamente com os trabalhos de Brandão Junior podem comprovar que, na década de 1860, foi significativo o entendimento do pensamento sociológico de Augusto Comte. Em 1865, Brandão Junior preocupou-se com o problema da escravidão no Brasil, sugerindo meios para resolvê-lo, utilizando para tal tarefa a lei geral da evolução humana formulada por Comte. Já, Pereira Barretto enfrentava questões no seu campo de atuação profissional. Produziu a intitulada *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral*, que versava sobre as origens sociais das doenças, especialmente epidêmicas, e o papel eminentemente social do médico. A tese de Pereira Barretto foi apresentada à *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* em 1865, onde, mais tarde, várias outras teses positivistas formam defendidas.

Dois anos após o sucesso dos trabalhos de Brandão Junior e de Pereira Barretto no *Instituo Politécnico do Rio de Janeiro*, Benjamin Constant apresentou um trabalho[6] de destaque, voltado ao campo matemático de Comte. A presença de Constant também se

[6] Esse trabalho recebeu o título de *Teoria das quantidades negativas*, foi apresentado ao *Instituto Politécnico* em dezembro de 1867 e publicado em 1868 pela Tip. do Mercantil.

fez sentir no *Instituto dos Meninos Cegos* como diretor. A influência positivista ocorreu, nessa instituição, quando Constant redigiu um relatório pautado na concepção positiva, propondo uma reforma no *Instituto dos Meninos Cegos.* Essa atitude revelou sua afinidade com a teoria comtiana da educação.

Foi na década de 1870 que o positivismo ganhou uma destacável presença na história do Brasil. Essa influência é atribuída tanto às publicações positivistas de Pereira Barretto, no campo da filosofia, quanto à atuação dos futuros apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, na divulgação da doutrina da humanidade.

Faz-se necessário mencionarmos que os lugares de penetração, no Brasil, de tendências como a positivista foram os *Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, locais de pesquisas conhecidos como os representantes dos estudos historiográficos da elite oligárquica, que valorizava os "feitos dos heróis da raça branca" (MOTA, 1980, p. 28). O positivismo conseguiu, no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) do Rio de Janeiro[7], um grande destaque. Podemos perceber o porque da aceitação por meio da exposição da função do Instituto que é "lembrar para comemorar, documentar para bem festejar" (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Os representantes positivistas dos IHGBs, geralmente, eram os bacharéis em direito, medicina, engenharia civil, entre outros profissionais que fundamentavam suas teorias, de certa forma, na concepção comtiana. Esses homens de ciência fizeram história nesses centros de pesquisa, devido às pesquisas que desenvolviam, as quais

[7] Essa instituição foi fundada em 1839. Após, tivemos o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Pernambucano, fundado no dia 28 de janeiro de 1862 e o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de São Paulo. O financiamento veio do Imperador e dos seus sócios, caracterizando-se, assim, "mais como sociedades da corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial" (SCHWARCZ, 1993, p. 100).

despertavam interesse entre aqueles que desejavam uma resposta para as teorias raciais que haviam penetrado no Brasil.

Explica Schwarcz (1993) que, juntamente com a difusão desses sistemas de idéias, tomaram impulso os diferentes centros de pesquisa e ensino sendo decretada a criação de museus nacionais, que adotaram os novos parâmetros europeus de investigação e os modelos evolucionistas e darwinistas de análise. A ciência, que até então era feita por viajantes estrangeiros, passou, na década de 1870, a ser direcionada por estes "homens de ciência", que entraram em evidência nos anos noventa, momento em que ficou caracterizado como a "era brasileira dos museus". Definiremos, agora, em que consistem essas doutrinas de idéias, a que temas destinavam suas discussões.

Bosi (1995) classificou o positivismo como uma ideologia[8] político-social que foi transplantada da Europa para o Brasil num momento em que assolava a crise na formação social brasileira. O contexto era a abolição da escravidão africana e a libertação dos nascituros[9], movimentos que significaram dois cortes decisivos na história da reprodução da força-de-trabalho.

A implantação da ideologia positivista no Brasil foi uma tentativa defensiva, a idéia era buscar soluções nos países conhecidos como civilizados para o problema do fim da mão-de-obra escrava e, como se fosse possível, adequar a realidade de outros países a contextos díspares.

---

[8] Sobre o uso, pelo autor da categoria ideologia, entendemos que todo esforço que os homens, classes ou grupos sociais de um determinado tempo fazem na tentativa de explicar o funcionamento da sociedade, os seus valores ou, mais ambiciosamente, o sentido da vida, caracteriza-se como ideologia. Na implantação de ideologias, é grande o poder de difusão religiosa, costumes, língua e governo. Porém as idéias são poucas.

[9] Em 1852, foi constituída a *Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilizações dos Indígenas*, cujo objetivo foi "combater o nascimento de escravos, visto que a usa importação foi extinta" (PINTO, 1987, p. 199).

Formaram-se, assim, três grupos articuladores de idéias: o dos fazendeiros de café paulista, que se organizaram para criar um partido republicano, propondo a substituição do braço negro pelo do migrante europeu e exigindo, para isso, subsídios do Estado para importar a nova força de trabalho. O segundo grupo formado por intelectuais e profissionais liberais que defendiam a abolição. Esta postura somente foi possível considerando que a "[...] maioria desses militantes abolicionistas provinha do Nordeste onde, a partir da venda de escravos para o Sudeste, a situação do trabalho assalariado ganhava contornos próprios que dispensariam, em curto prazo, a manutenção do escravismo" (BOSI, 1995, 289). A terceira solução foi proposta pelo positivismo comandado por Laffitte; este grupo defendia a abolição, mas sem indenizações. A posição assumida por Laffitte atacou o grupo comtiano ortodoxo que, em contrapartida, apresentou a proposta "abolicionista radical". Este grupo era composto pela ala positivista constituída por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Tomaram o seguinte posicionamento:

> Teixeira Mendes e Miguel Lemos rompem com a matriz francesa, em protesto contra a atitude tolerante de Laffitte para com um membro do Apostolado que ainda mantinha escravos em sua propriedade. E publicam em 1882 uma coletânea de textos abolicionistas de Comte, dedicando-a ao herói da rebelião negra do Haiti, Tussaint L' Ouverture. (BOSI, 1995, p. 290).

Dessas três intervenções, as defesas do primeiro e do terceiro grupo, fundamentadas em organizações partidárias coesas, resultaram no *Partido Republicano Paulista* e no *Partido Republicano Rio Grandense*, respectivamente. Podemos afirmar que o positivismo empenhou-se no desenvolvimento de um trabalho social junto à província do Rio Grande do Sul. A campanha esteve voltada ao combate do liberalismo

democrático e progressista de Joaquim Nabuco e de seus companheiros de jornada abolicionista. O discurso de Nabuco, defensor do “novo liberalismo”, como ele mesmo afirmava, propôs a liberação total dos cativos, condição para que se criasse um Brasil democrático, fundado na cidadania plena e no livre contrato de trabalho.

Reforçamos que, do mesmo modo como existiu um grupo de intelectuais que fundamentaram suas teorias nos ensinamentos filosóficos de Comte e que foram reconhecidos nos diversos centros de pesquisas, também houve o grupo ortodoxo que assumiu uma postura teórica totalmente distinta. Voltado à ciência positiva, o objetivo maior deste grupo era a instituição da “Religião da Humanidade”, para isso formaram o Apostolado, no qual Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram os representantes mais destacados.

No Brasil, a partir da década de 1870, afirma Miguel Lemos que as idéias ortodoxas ganharam dimensões em todas as classes sociais, desde o mais humilde trabalhador até entre os profissionais de formação superior. Diferente dos ortodoxos, Lemos completa que havia as idéias dos “homens de ciência” que afirmavam ser positivistas, mas dispensavam a teoria comtiana da religião. “Em certo instante chegaram a formar a aristocracia do pensamento brasileiro, a nossa *intelligentzia*” e passaram até a serem aceitos como os “conselheiros prediletos de alguns governantes” (HOLANDA, 1978, p. 118).

Esses positivistas também influenciaram a vida política e social dos jovens que foram envolvidos pela crença no “poder das idéias”. Mas, segundo Holanda, o grupo, ao recriar “a realidade conforme seu gosto e arbítrio”, não prosperou por não ser positivo.

> [...] seu instinto essencialmente negador vedou-lhe continuamente a possibilidade de inspirarem qualquer sentido construtivo, *positivo,* aos nossos negócios públicos. As virtudes que ostentavam – probidade, sinceridade, desinteresse pessoal – não eram forças com que lutassem contra políticos – mas ativos e menos escrupulosos. De Benjamin Constant Botelho de Magalhães, honrado por muitos com o título de Fundador de nossa República, sabe-se que nunca votou, senão no último ano da monarquia. É isso mesmo, *porque desejou servir a um amigo da família*, o Conselheiro Andrade Pinto, que se apresentava candidato à senatoria. Costumava dizer que tinha nojo de nossa política. E um dos seus íntimos refere-nos, sobre sua atitude às vésperas de inaugurar-se o novo regime que, naquele tempo, decerto, nem sequer lia os jornais, tal a aversão que lhe inspirava nossa coisa pública. E assim prossegue: "era-lhe indiferente que governasse Pedro ou Martinho, liberal ou conservador. Todos, na opinião dele, não prestavam para nada. E eu muitas vezes estranhava essa indiferença e o pouco caso de Benjamin pelas nossas coisas políticas, que em geral são tão favoritas de todo brasileiro de alguma educação; e procurava explicar o fato estranho, dizendo comigo mesmo, que ele era um espírito tão superior, que não se ocupava com essas coisas pequeninas, e nem tempo tinha, porque pouco lhe sobrava para seus estudos sérios de matemáticas a que sempre se dedicou com ardor e paixão" (HOLANDA, 1978, p. 118).

Explica Barros (1959, p. 145) que, ao lado do positivismo, eram divulgadas, no Brasil, outras filosofias populares do século XIX. "No Rio de Janeiro, por exemplo, o dr. Augusto César de Miranda Azevedo, em 1875, realizava uma série de conferências populares sobre o darwinismo [...]".

Tendências como a citada acima e o evolucionismo serão as próximas a serem discutidas. Ambas foram formuladas por cientistas que enfrentaram o desafio de pensar a origem do homem. A primeira delas teve Charles Darwin como representante, ele apresentou uma teoria fundamentada na origem das espécies. Num primeiro momento, esta teoria foi estudada no campo estritamente biológico e o resultado foi de que existiriam várias espécies humanas, sem ter, no entanto, heranças e aptidões diversas devido ao tempo histórico que as separam. Esta explicação deu origem ao seu livro *A*

origem das espécies, em 1859, e enquadrou-o no pólo de cientista poligenista. Num segundo momento de sua teoria, Darwin estabeleceu uma nova relação com a natureza, centralizando suas investigações no campo social, o qual foi denominado “darwinismo social” ou teoria das raças. Schwarcz (1993, p. 58) afirma que, para o Darwinismo, a miscigenação era entendida como um erro por “compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social”. Foi assim que o darwinismo conseguiu formar uma geração social-darwinista de antropólogos, pedagogos, historiadores, sociólogos, entre muitos outros.

Segundo informação de Lins (1967, p. 62), Herbert Spencer foi um “sectário apaixonado do darwinismo”, já Heacke, no último congresso de naturalistas alemães, exigiu que o darwinismo fosse ensino obrigatório nas escolas do Estado. Contrapondo-se a este pedido, o professor de anatomia patológica da *Universidade de Berlim* afirmou que o darwinismo não passava de “simples hipótese científica, e pediu ao grupo de darwinista, mais calma e mais reserva filosófica”. Nessa polêmica, Silvio Romero apressou-se em declarar sua posição dizendo que não poderia “constituir as suas teorias sociais sobre as bases hipotéticas do darwinismo, ligando assim a sorte do seu sistema à sorte de uma doutrina que ainda pode naufragar” (LINS, 1967, p. 62).

Se, de um lado, tivemos Charles Darwin com a teoria poligenista, de outro, houve os cientistas monogenistas, como Quatrefage e Agassiz, que conceberam a idéia evolucionista, em que as espécies humanas fazem parte de uma hierarquia em função de seus diferentes níveis mentais e morais, resultando, portanto, na teoria de que o homem é originário de uma fonte única, o Éden. Diante dessa interpretação, a

humanidade passa por gradações, partindo do mais perfeito, entendido como a proximidade do Éden, ao menos perfeito entendido como a degeneração.

Tanto a teoria darwinista quanto a evolucionista tiveram seu momento de apogeu no período de 1870 até 1930. Segundo Schwarcz (1993, p. 64), a função dessas doutrinas era mais “conformar as nações” do que “informar sobre as diferenças culturais”, ambas discutiram temas essenciais barasileiros quando se pretendia modificar o futuro do país. Arendt (1973 apud SCHWARCZ, 1993) afirma que essas teorias podem ter sido “as únicas, a negar o postulado sobre o qual a organização dos povos então se assentava: o princípio da igualdade e da solidariedade de todos os povos, garantidos em última instância pela idéia de que a humanidade era una”.

Como já introduzimos anteriormente a temática de que o Brasil deveria passar por uma miscigenação, a teoria darwinista se posicionou contrária a tal pretensão porque para os autores darwinistas sociais o “progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’, livres de um processo de miscigenação” (SCHWARCZ, 1993, p. 61). Mas a postura evolucionista defendeu tal projeto racial, afirmando ser preciso embranquecer a população brasileira:

> A miscigenação transformava-se, desse modo, em um grande divisor entre as concepções monogenistas das escolas etnológicas e as interpretações poligenistas presentes sobretudo na antropologia da época. Para esta última, era por meio das conseqüências nefastas advindas das mistura de raças e de certo ‘abastardamento dessas populações’ que se poderia comprovar a falácia do argumento monogenista (SCHWARCZ, 1993, p. 64).

Transformado este tema na grande polêmica dos fins do século XIX, os “homens de ciência“ tiveram seus lugares garantidos nos Institutos Históricos e nos Museus

Etnográficos, nas escolas de direito e de medicina. Na realização dos debates entre as diferentes idéias, estavam as revistas científicas, a grande via de comunicação entre os estabelecimentos de pesquisas acima mencionados. Nessas instituições, as teorias eram recebidas, analisadas e respondidas, tendo a chance de serem reconhecidas socialmente. Observemos a análise feita por Schwarcz (1993, p. 65) sobre esses locais de pesquisa:

> Apesar de diversos em suas características internas, distintos em sua atuação, esses estabelecimentos mostraram-se apropriados para a compreensão das diferentes interpretações aqui produzidas e dos próprios pensadores que, no mais das vezes, dialogavam entre si, reconhecendo e destacando seus pares. A análise de diferentes instituições de saber dos fins do século XIX, entendidas enquanto instâncias específicas de seleção e consagração intelectual, propiciará um amplo panorama das elites ilustradas nacionais da época, bem como a recuperação da lógica de recriação desses modelos raciais.

Encontramos, na teoria evolucionista, interpretação idêntica a dos positivistas que também defenderam a evolução da humanidade, tendo esta que, necessariamente, passar pela lei dos “três estados” para assim chegar ao progresso, ao último patamar de evolução do homem, o estado positivo.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS: A REPÚBLICA SUBSTITUI A MONARQUIA

O Brasil, na segunda metade do século XIX, vivia num cenário de perturbação política e de desequilíbrio econômico e financeiro. Novos grupos sociais começavam a se movimentar pela mudança do regime político. A administração de D. Pedro II encontrava-se insustentável e o poder monárquico abalado, circunstância esta que

determinou, necessariamente, o desaparecimento desse regime político. Os problemas sociais e políticos agravavam-se cada vez mais, tornando difícil controlar a situação de descontentamento. Seu fim poderia até ter sido retardado, mas certamente a monarquia já havia esgotado todas as suas potencialidades históricas no país.

Com a vitória brasileira na Guerra do Paraguai[10], que não trouxe vantagem econômica alguma para o Brasil, acentuou-se o declínio do Império e, conseqüentemente, o fortalecimento do ideal republicano. Em 1870, a tese de um governo republicano passou a ser defendida de forma sistemática, a partir da fundação do *Partido Republicano*[11]:

> Apenas os estudantes, os bacharéis novatos, ou cadetes filósofos da Escola Militar eram republicanos. O partido recrutava seus adeptos sobretudo na classe dos letrados. Os republicanos eram principalmente gente das cidades e vilas e não gente do campo. Dentro do grupo de ideólogos da República e de amadores **ronflants**, destaca-se apenas um pequeno contingente, solidamente alicerçado numa base filosófica: os positivistas. Estes tinham, entretanto, um campo limitado de atuação; sua influência era escassa, uma influência de crentes e não de credo: apenas alguns dos elementos prestigiosos na organização da república eram positivistas (COSTA, 1977, p. 263).

Na citação acima, quando a autora faz menção aos positivistas, ela refere-se ao grupo envolvido com o estudo somente dos ensinamentos científicos de Comte, podendo ser estes tanto os pesquisadores, principalmente dos *Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros* e dos *Museus Etnográficos*, como o destacado professor da *Escola Militar* Benjamin Constant, que fundamentou seus estudos em algumas idéias positivistas, divulgando, assim, uma nova maneira científica de pensar. Completando esta

---

[10] Em primeiro de março de 1870, termina a guerra do Paraguai, com a morte de Solano Lopez.
[11] Em 1873, foi fundado o *Partido Republicano Paulista*, realizaram para esta ocasião uma convenção em Itu onde compareceram nomes como: Francisco Glicério, Bernardino de Campos, Prudente de Morais e Campos Sales (PINTO, 1987, p. 209).

informação sobre a atuação dos positivistas no movimento republicano, existiu uma outra tendência no Brasil, conhecida como os positivistas ortodoxos. João Cruz Costa (1956, p. 13) afirma que este outro grupo também teve um “prestígio político efêmero e ocasional”. O mesmo aconteceu no setor religioso, pela imposição de princípios e obrigações fortes demais para com os sócios do *Apostolado Positivista*. Assim, a partir de 1891, dez anos após ter sido fundado o *Centro Positivista Brasileiro* ou *Igreja Positivista do Brasil*, o entusiasmo pelo positivismo entrou em declínio.

No entanto, Costa (1977, p. 268) esclarece que, embora tenha sido restrita a influência do *Apostolado Positivista* na Sociedade Brasileira:

> [...] as idéias positivistas tiveram uma grande divulgação. Não há dúvida que a geração da República e a que a sucedeu foram ambas profundamente marcadas por essa doutrina, não pelo que ela tem de religião mas pelo que se poderia chamar de concepção positivista da vida. Havia na época muitos positivistas mais ou menos heterodoxos como Silva Jardim ou Benjamin Constant. Outros, embora não pudessem sequer ser considerados positivistas, revelavam nas suas opiniões sobre a educação, política ou história, influências do pensamento de Augusto Comte.

Caio Prado Júnior (1966, p. 192 - 193) também destaca a importância política do positivismo na República através da atuação do professor Benjamin Constant (1836 – 1891) na *Escola Mi*litar, um positivista convicto que, durante suas aulas de matemática, fazia uso de suas idéias e no exercício de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1890 e 1891. O autor, além de entender que a filosofia positiva foi “o único corpo de idéias mais ou menos completo e coerente que existiu no Brasil na segunda metade do século passado”, afirma ainda que “a doutrina de Comte encontrou no Brasil uma acolhida que não teve em seu próprio país de origem e, embora o

número de positivistas ortodoxos tenha sido sempre muito reduzido, a sua influência foi considerável".

Pelo significado histórico da figura de Benjamin Constant no movimento republicano, nos deteremos um pouco mais no relato de sua biografia e de sua atuação política.

Benjamin Constant matriculou-se, primeiramente, em 1852, na Escola Militar após ser aprovado no exame de admissão preliminar. Mesmo não sendo seu desejo seguir a carreira de militar, acabou assentando praça em abril do mesmo ano, no Primeiro Regimento de Cavalaria, conciliando, dessa forma, os estudos e o auxílio à família com o salário que recebia. Concluiu, em 1854, o Curso de Infantaria na *Escola Militar*. Em 1859, matriculou-se na *Escola Central,* cursou, nesta instituição química, mineralogia e geologia. Em 1860, ao ser promovido a primeiro-tenente e bacharelar-se em Ciências Físicas e Matemáticas, pediu licença do serviço militar para estudar Engenharia Civil também na *Escola Central*, curso que abandonaria em 1862.

> Ao contrário daqueles que preferiam as Escolas de Direito, nas quais inexistiam leis exigindo idade mínima para a promoção de advogados (em geral filhos das grandes famílias proprietárias), para Benjamin Constant a Escola Militar foi a única via de acesso possível, não só à carreira do magistério. Embora condenasse e tornassem públicas as suas críticas à existência do patronato (favorecimento dos interesses patronais, no caso do Monarca soberano e de seus ministros) nos exames gerais (concursos), o seu desejo era ingressar no magistério oficial através deles. Dos seis concursos que prestou e foi aprovado, (1859, 1860, 1861, 1862 – duas vezes – e 1873) conseguiu ser nomeado, mas sem caráter vitalício, no último deles como repetidor de Matemática no curso superior da Escola Militar; somente em março de 1889, às vésperas da República, tornar-se-ia Catedrático vitalício dessa escola (CARTOLANO, 1999, p. 112 - 113).

Cardoso (apud COSTA, 1967, p. 139 -140) esclarece que o grupo de alunos de Benjamin Constant da *Escola Militar* ficou conhecido como uma:

> Geração que se formou sob o influxo de Benjamin Constant, com idéias nitidamente democráticas e concorreu para a queda do regime monárquico e implantou a república inspirada nos princípios de Augusto Comte. Na Escola Militar, e logo depois na Escola Central, os representantes da nascente pequena burguesia procurariam, na segunda metade do século, educação e instrução que lhes permitissem construir uma nova elite, de espírito talvez um pouco diferente daquele que era representado por bacharéis em leis, de Coimbra, de Recife ou de São Paulo, onde recebia formação superior grande parte dos filhos das famílias do patriciado rural.

Interligada à campanha republicana esteve a campanha abolicionista, com repercussão em todo o Brasil, movimento que contribuiu para que a monarquia perdesse sua base de sustentação, desmoralizando as autoridades imperiais: o fim de seu poder estava muito próximo.

O cenário de libertação dos escravos, após a guerra do Paraguai, esteve favorável. Prado Júnior (1966, p. 83) explica que, com a proibição do tráfico negreiro[12], a mão-de-obra escrava foi encarecida:

> Nestas condições, apenas podiam suportar o elevado custo dos escravos, determinadas culturas altamente lucrativas, como o café, que, localizado nas províncias do Sul (Rio e S. Paulo), atravessava uma fase de considerável expansão. Daí um deslocamento de escravos para estas regiões, em prejuízo das demais zonas do país.

---

[12] A primeira tentativa de proibição de traficar negros no Brasil foi da Inglaterra, que, assim como o Brasil, produzia açúcar e sofria com a concorrência, saindo em desvantagens por não ter o emprego de mão-de-obra escrava. Assim, em 1817, são elaboradas medidas conjuntas das autoridades luso-brasileiras e inglesas para a repressão do tráfico ilícito, em geral realizado pelos portugueses. Como o tratado inglês não teve sucesso, o governo da Inglaterra fez promulgar, em oito de agosto o "**Bill Aberdeen**, que sujeitava os navios brasileiros, traficantes de escravos, ao alto tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal do Vice-Almirantado dentro dos domínios britânicos" (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 78). Para que se fizesse cumprir a lei de proibição do tráfico negreiro, após 1850, os cruzeiros ingleses tiveram ordem de perseguirem os navios contrabandistas até dentro das águas e portos brasileiros, e sujeitá-los ao processo e penas do **Bill Aberdeen** de 1845. No ano de 1850, foi promulgada a lei Eusébio de Queiroz que estabeleceu novas medidas de proibição de importação de escravos.

No dia vinte e oito de setembro de 1871, foi promulgada a *Lei do Ventre Livre* que declarou livre todos os negros nascidos desta data em diante[13]. Como as forças políticas e sociais do Brasil entenderam que não poderiam mais sacrificar a servidão ao "interesse de uma só cultura, o café", as alforrias aconteciam em massa, somente os escravocratas resistiam a esse interesse nacional. O sul do Brasil foi a única região que tentou manter a situação, mas "a alavanca abolicionista, arrastando consigo o resto do país, determinou uma tal instabilidade e insegurança do trabalho servil que os escravos abandonavam as fazendas em massa, não havendo quem os retivesse" (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 83).

Outro ponto negativo para o período monárquico ficou a cargo do enfraquecimento da relação entre Governo e Igreja, que já estava gravemente abalada, acentuada ainda mais em 1872, quando os bispos de Olinda e Belém foram intransigentes quanto à união entre Igreja e Estado, desacatando, assim, as ordens do imperador, que, por sua vez, mandou prender os bispos, condenando-os a trabalhos forçados. Apesar da anistia decretada em 1875, as relações Igreja-Império se deterioram, e o clero passou a apoiar a causa da República.

> [...] O ideal federativo e o ideal republicano correspondiam, no campo da política, às cisões sucessivas que separavam grupos numerosos da classe dominante da solução monárquica, que fora por ela adotada para configurar a Independência (SODRÉ, 1988, p. 180).

O ideal republicano contagiou os militares por intermédio de Benjamin Constant. A situação do II Reinado já não se encontrava favorável, muitos oficiais acusavam D. Pedro II de pouco se importar com os militares. Em 1883, o tenente-coronel Sena

[13] "É criado o estabelecimento de S. Pedro de Alcântara (Piauí) para receber os libertos" (PINTO, 1987, p. 207).

Madureira atacou, em artigo de jornal, um projeto de lei de interesse do Exército. O governo proibiu os militares de se manifestarem por intermédio da imprensa e sem ordem do ministro da Guerra e puniu os infratores. Como conseqüência, ocorreram protestos gerais. Deodoro da Fonseca, comandante no Rio Grande do Sul, foi ao Rio de Janeiro. Diante da recusa do governo em cancelar as punições, assinou violento manifesto em defesa do Exército, escrito por Rui Barbosa. Diante dos protestos, o governo cancelou as punições, saindo os republicanos fortalecidos.

Com a expansão do café, outros grupos sociais, como os industriais e os barões do café, também desejavam a queda do Império. Entendiam que a monarquia retardava e atrapalhava a modernização exigida por eles.

O número de revoltosos contra o poder monárquico cresceu significativamente. Após 1880, já havia mais de cento e oitenta clubes republicanos no país, que, com o apoio dos militares, organizaram uma conspiração para proclamar a República no dia vinte de novembro de 1889. Com o boato da prisão de Benjamin Constant e do Marechal Deodoro, o ato foi antecipado para o dia quatorze, o líder republicano Deodoro assumiu o comando das tropas e, no dia quinze, ocupou o quartel-general no Rio de Janeiro.

De acordo com Costa, Deodoro da Fonseca, com o movimento do dia quinze de novembro, pretendia apenas a derrubada do Ministério, não tendo, inicialmente, nenhum intuito republicano, nem mesmo visava destronar o Imperador:

> Desencadeada a crise, os republicanos aproveitaram do ambiente de hostilidade existente no exército em relação ao governo e assediaram Deodoro, concitando-o a proclamar a República. Em 10 ou 11 de novembro Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Glicério e outros líderes do movimento republicano reuniram-se em sua casa com o objetivo de forçá-lo a proclamar a República. Deodoro

> hesitou até o último instante e foi a pressão dos elementos republicanos que decidiu, à última hora, o movimento (COSTA, 1977, p. 265).

A Benjamin Constant, foi atribuído o mérito da República pelos positivistas. Este grupo afirmava que o movimento do dia quinze de novembro de 1889 teria sido organizado por ele, que contava com o apoio dos jovens oficiais, conduzidos depois para a implantação da República no Brasil. Benjamin Constant era prestigiado e admirado por sua índole moral e intelectual em todo o país e, principalmente, entre a oficialidade da época, de cuja maioria foi professor na Escola Militar do ano de 1873 até 1889, quando foi transferido para a *Escola Superior de Guerra*, em conseqüência do desdobramento dos cursos militares. Observemos, a seguir, no depoimento do General Tasso Fragoso, como era a atuação profissional de Benjamin Constant:

> O nosso mestre nunca se utilizou de suas aulas para fazer propaganda política; limitava-se nelas aos seus deveres de lente. Penetrava na sala, em que seus discípulos o aguardavam, sereno e impecável no traje; sentava-se, pedia um livro, abria-o, quiçá como simples testemunho de modéstia, e começava a preleção sem nunca mais olhar para ele (FRAGOSO, apud LINS, 1967, p. 318).

No dia dezesseis de novembro de 1889, quando o *Diário Oficial* brasileiro informou que estava proclamada a República e que havia um Governo Provisório, não houve reação alguma da população brasileira, muito menos grandes manifestações populares de apoio. O povo encontrava-se alheio aos acontecimentos.

O Governo Provisório passou a ser presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que organizou o novo regime e governou por meio de decretos-lei até o momento em que

fosse promulgada a nova Constituição, uma vez que a Constituição de 1824[14] foi desconsiderada. Mal se proclamou a República e, no dia dezesseis de novembro de 1889, Deodoro baniu a família imperial, a qual deixou o Brasil na madrugada do dia seguinte. Este Governo Provisório tomou as seguintes medidas: escolheu a República Federativa como regime político; transformou as províncias em Estados; dissolveu as Assembléias Provinciais e Câmaras Municipais; nomeou governadores para os Estados e intendentes para os municípios; instituiu a bandeira republicana, que permanece até hoje; ofereceu cidadania brasileira aos estrangeiros aqui residentes (a grande naturalização); convocou a Assembléia Constituinte; declarou a separação entre Igreja e Estado; instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios e reformou o Código Penal.

Deodoro, logo que iniciou seu governo, enfrentou agitações das próprias correntes republicanas, que passaram a manifestar divergências e aspirações particulares, formando um forte grupo de oposição ao seu governo, o que acabou levando a sua renúncia no dia 23 de novembro de 1891. Foi substituído no cargo de presidente pelo seu vice-presidente, o Marechal Floriano Peixoto

Em toda luta de grupos políticos, como não poderia ser diferente, travam-se os debates divergentes. Nesse cenário, contamos com os republicanos, parte responsável pela derrubada do Império e os monarquistas, os vencidos, os quais vieram se juntar aos republicanos desiludidos com o governo de Deodoro, aumentando o rol dos descontentes, reação esta que colaborou para que o prestígio do Império passasse a ser resgatado.

---

[14]A Constituição de 1824 foi promulgada a 25 de março e foi denominada de Carta Outorgada, porque foi promulgada por Dom Pedro I sem que fosse discutida e nem votada pela Assembléia Constituinte, dissolvida pelo Imperador em 1823.

De acordo com a situação política partidária, no início da República estieve, de um lado, a propaganda dos vencedores, declarando que, nos últimos meses de 1889, a idéia republicana havia recebido numerosas adesões. Em contrapartida, os vencidos – monarquistas –, na sua versão, afirmavam que a Proclamação da República não passara de uma fraude, prova disso, seriam as divergências e contradições que se manifestavam entre os próprios republicanos.

Isto porque a queda do poder monárquico era o que unia os fazendeiros de café, os representantes das áreas mais dinâmicas e produtivas, como a incipiente indústria, e os profissionais liberais, mas cada grupo com suas aspirações particulares. Sobre a versão dos monarquistas, Costa (1977, p. 249) afirma o seguinte:

> Os adeptos do regime deposto continuavam a dar a sua interpretação dos fatos e a ela aderiram em breve os desiludidos da República. Os livros, panfletos, manifestos e protestos divulgados pela imprensa 'sebastianista' registraram a versão monarquista, segundo a qual a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fora fruto da indisciplina das classes armadas que contavam com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Tinha sido um grande equívoco.

De acordo com Costa (1977), grupos sociais como o proletariado urbano e os industriais que, em 1889, apenas se esboçavam, ganharam importância e passaram a ter maior participação política. Tais grupos revelavam as mudanças que se operavam na estrutura econômica e social do Brasil desde a Proclamação da República.

Com a Proclamação da República, tivemos novos representantes da classe média, além dos artesãos e trabalhadores especializados e profissionais liberais. Houve um número significativo de pequenos e médios empresários industriais e jovens burocratas

que engrossaram as aglomerações urbanas em busca do diploma de bacharel em direito ou medicina. A *Escola Militar*[15], a *Escola Central*[16] e as escolas técnicas eram procuradas por aqueles que não possuíam recursos suficientes para enfrentar estudos longos e caros.

A partir deste momento da dissertação, apresentaremos a atuação dos positivistas antes e depois a proclamação da República, no intuito de delinear alguns elementos que tornarão mais explícita a posição de Miguel Lemos em relação à universidade.

Os positivistas foram classificados por Antônio Paim em dois grupos distintos, mediante a adoção do critério referente ao tipo de assimilação que tinham feito da doutrina comtiana: positivistas ilustrados e positivistas ortodoxos. Os "positivistas ilustrados" ganharam destaque enquanto difusores da ciência. Por intermédio deles a doutrina positiva passou a ser conhecida como a ciência do século. Desse grupo de Positivistas Ilustrados, destacaram-se nomes como Luís Pereira Barretto (1840-1923), Alberto Sales[17] (1857-1904), Pedro Lessa[18] (1859-1921) e, contemporaneamente, Ivan Lins (1904-1975). Estes pensadores estavam diretamente ligados à divulgação pedagógica da obra de Comte e voltados para a formação da consciência política[19].

---

[15] A formação da oficialidade do Exército e da Marinha era oferecida pela *Escola Militar*. Em 1837, com a reforma dessa instituição, a formação aconteceu, respectivamente, na *Escola Militar* e na *Escola Naval*.

[16] Primeiramente a formação dos militares-engenheiros se fazia na *Escola Central*, em 1874 foi chamada de *Escola Politécnica* (*Escola Nacional de Engenharia* e, atualmente, *Escola de Engenharia da UFRJ*).

[17] Alberto Sales nasceu em São Paulo, formou-se em direito depois de uma tentativa frustrada de estudar engenharia nos Estados Unidos. Foi jornalista e teórico do Partido Republicano Paulista. Após proclamada a República, foi deputado federal, além de ter dedicado-se ao magistério.

[18] Pedro Lessa bacharelou-se em direito em 1883 e, logo no ano seguinte, defendeu tese de doutorado. Ingressou no corpo docente da Faculdade em 1888, promovido a catedrático em 1891. Ocupou cargo de deputado, dedicou-se ao magistério e à advocacia. Em 1907, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal, função que exerceu até sua morte, em 1921. (PAIM, 1981, p. 8, v. 5).

[19] "Os positivistas ilustrados tinham, entretanto, uma ampla base comum com a pregação do Apostolado e com os desenvolvimentos de que deu Júlio de Castilhos. Consistia esta na suposição de que o interesse nacional se estabeleceria mediante a aplicação de conhecimentos científicos e não como resultado da livre disputa entre os interesses particulares" (PAIM, 1981, p. 4, v. 5).

A favor da propagação do positivismo no Rio de Janeiro[20], estavam os livros e as idéias científicas, filosóficas e literárias trazidas da França pelos membros de influência na vida política e cultural do país: parlamentares, banqueiros, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas.

Luís Pereira Barretto[21] divulgou a ciência positiva, dando início a uma nova etapa para a evolução das idéias do positivismo. Ele estava vinculado ao grupo heterodoxo de Littré e procurava, na filosofia positiva, mais um método do que propriamente uma doutrina, sua preocupação estava voltada para os problemas políticos e sociais e não para a Religião da Humanidade.

Diferentemente da posição de Pereira Barretto, surgiu um grupo[22] de pensadores – os positivistas ortodoxos – vinculados aos aspectos mais religiosos do pensamento de Augusto Comte. O grupo estava muito mais interessado em restaurar a ordem social, na tentativa de estabelecer, por meios morais e não por meios legais, um despotismo da sociedade sobre o indivíduo, apoiando-se no papel unificador da religião positiva.

Esse grupo doutrinário foi organizado por homens que, desiludidos com o ecletismo littreísta com o qual tiveram contato, voltaram-se para o conhecimento da Religião da Humanidade. Do grupo, destacaram-se nomes como o de Miguel Lemos[23] (1854-1917)

---

[20] O Rio de Janeiro foi onde se concentravam as maiores preocupações intelectuais e políticas do Brasil.

[21] Luís Pereira Barretto nasceu em Rezende, Estado do Rio de Janeiro estudou na Bélgica, formando-se em medicina em 1864. Foi convidado a fazer parte do corpo docente da Universidade de Bruxelas, mas preferiu voltar para o Brasil. Filho do Comendador Fabiano Barretto, pertencia a uma das muitas ilustres famílias mineiras que emigraram para o Vale do Paraíba no início da grande lavoura cafeeira.

[22] Este grupo, liderado por Miguel Lemos, criticou, em 1900, na segunda edição da *Circular Anual* do *Apostolado Positivista*, a obra *As três filosofias,* escrita por Pereira Barretto. Miguel Lemos "se refere com grande desdém a êsse trabalho, dizendo que se compunha de uma manta de retalhos, escandalosamente pilhados aqui e ali" (LINS, 1967, p. 56).

[23] Miguel Lemos era filho de um oficial da marinha.

e Teixeira Mendes[24] (1855-1927), que assumiram uma postura ortodoxa[25] da propaganda consolidada pelo *Apostolado Positivista* no Brasil e que ganhou grandes dimensões no Rio de Janeiro. Observemos a declaração de Teixeira Mendes a respeito de sua filiação à *Associação Positivista* do Rio de Janeiro:

> Em fins de 1874 se consumara a ruína das minhas crenças teológicas. Para esse resultado concorreram motivos diversos que seria inútil especificar aqui, bastando-me assinalar dois pontos. Em primeiro lugar, foi o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas, o fator preponderante de minha emancipação intelectual. [...] Por esse tempo, o estudo da mecânica geral conduzia Miguel Lemos a meditar o *Sistema de Filosofia Positiva* e a tomar-se de uma admiração não maior por Aquele que devia ser o nosso comum pai espiritual, e o consagrador de nossa indissolúvel amizade (COSTA, 1967, p. 164).

Os positivistas fundavam jornais, revistas, faziam conferências no intuito de desenvolver a filosofia da ciência comtiana, foram colaboradores em uma revista mensal intitulada *A idéia* entre outras três publicações periódicas: *A Crônica do Império* (folheto quinzenal), e *A Crença* e *O Rebate*[26] (publicações semanais). Após Miguel Lemos ser empossado no cargo de Presidente do *Apostolado Positivista,* em função da sua dedicação ao sacerdócio, pode contar com o apoio da imprensa, *Gazeta de Notícias,* para divulgar a doutrina de Comte.

Os integrantes ortodoxos do Apostolado estavam mais preocupados em seguir os ensinamentos morais do Apostolado, por isso delimitavam envolvimentos políticos. Entendiam que as leis científicas do progresso cumprir-se-iam fatalmente, por isso dedicar-se-iam apenas à divulgação da Religião da Humanidade.

---

[24] Teixeira Mendes nasceu num ambiente de família abastada; seu pai foi engenheiro pela *Escola Central de Paris*.

[25] O grupo ortodoxo da Religião da Humanidade ficou conhecido por seguir rigorosamente os valores tradicionais da ciência positiva.

[26] O fundador positivista desse jornal carioca foi o maranhense Benedito Leite. Seus artigos sobre matemática, física e química são todos voltados ao prisma do positivismo (LINS, 1967, p. 276).

Diante do quadro político do Brasil, em que o país encaminhava-se para a instalação da República, segundo a interpretação dos positivistas, este acontecimento ocorreria em virtude da "evolução histórica". Afirmando, no entanto, que esta república deveria ser ditatorial, pois só assim poderiam ser estabelecidos a ordem e o progresso sem perturbações sociais.

Percebendo que a monarquia seria eliminada, já cogitavam, para que seu objetivo fosse cumprido, implantar a república ditatorial[27] que, de acordo com a explicação positivista, não seria uma tirania, mas um governo que conciliasse o predomínio político da força material à preocupação exclusiva do bem público.

Assim, a partir de 1881, quando a propaganda do *Apostolado Positivista* ou *Igreja Positivista* se sistematizou no Brasil, Miguel Lemos pediu ao Presidente do Diretório do Partido Republicano[28] que os reconhecesse "como um grupo republicano como outro qualquer, de modo que os membros do Apostolado pudessem comparecer e deliberar nas convocações gerais do partido" (LEMOS, 1981, p. 27). Entretanto, como fazia questão de deixar muito claro, Lemos afirmava que o *Apostolado Positivista* não havia aderido a este partido porque os métodos e a doutrina de ambos eram divergentes: "temos o nosso sistema político, a nossa disciplina, e até a nossa hierarquia, tudo isto fundado em doutrinas inteiramente diferentes das adotadas pela maioria do partido republicano" (LEMOS, 1981, p. 62).

---

[27] "O apostolado contribuiu para fazer circular a idéia da ditadura republicana. Mas quem lhe deu "feição acabada", tendo em vista as circunstâncias brasileiras, foi Júlio de Castilhos (1860/1903). Essas duas vertentes, na verdade, iriam confluir para a estruturação do autoritarismo doutrinário, fenômeno em ascensão no período republicano" (PAIM, 1981, p.3, v. 5).

[28] Segundo as explicações de Miguel Lemos, esta atitude foi tomada mediante um regulamento do diretório de que só poderiam fazer parte das reuniões gerais do partido republicano aquelas pessoas arroladas nos diversos clubes republicanos da corte e Niterói, e como nenhum dos membros se encontrava inscrito nesses núcleos Miguel Lemos oficializou o pedido.

Os positivistas, assim como os republicanos, tinham o intuito de eliminar a monarquia. A adesão do Apostolado a esse grupo político esteve voltads à pretensão de que, quando implantassem a República, poderiam trabalhar ao lado do grupo, inserindo suas idéias e métodos. Podemos citar algumas medidas políticas reclamadas pelo positivismo: registro civil de nascimento; casamento civil; secularização dos cemitérios; a separação completa do poder espiritual do temporal. Mas estes desejos eram uma tentativa sem resposta, sem sucesso. Existia um antagonismo entre as idéias republicanas e o grupo positivista ortodoxo. Havia, sim, a defesa da República pelo Apostolado, mas em direções opostas dos republicanos ligados aos partidos.

Foi neste sentido que a *Igreja Positivista* condenou o republicanismo democrático existente, afirmando ser necessário implantar uma república ditatorial[29], segundo o entendimento de Laffitte, com um governo que tivesse poder absoluto nas Assembléias e a "concentração da ação diretiva governamental em mãos de uma só pessoa" (PAIM, 1981, p. 8, v.1).

De acordo com a opinião dos positivistas, a República estava sendo construída nos mesmos moldes do "regime parlamentar, com os mesmos homens, substituindo apenas a dinastia imperante por um presidente eletivo e temporário" (PAIM,1981, p. 29, v.2).

Neste cenário, os adeptos de Comte e admiradores do Marechal Deodoro, diante da realidade de quinze de novembro, aconselharam Deodoro a se aproveitar da "espontaneidade" da situação para tornar-se chefe da República, vendo, na figura do "Marechal de Ferro", a possibilidade de conseguirem o desejado "ditador central".

[29]A república ditatorial, com a qual sonhavam os positivistas, estava centrada numa forma de governo que deveria se adaptar ao estado mental e moral da nação, isto significa dizer que o regime republicano defendido pelos positivistas, deveria ser sistematizado de acordo com as prescrições da moral e da política científica (vida industrial).

> Mas, num meio como o nosso, em que os intelectuais estão afastados do povo, em que este se encontra amorfo, iletrado, presa fácil dos aventureiros – a 'ditadura republicana e científica' pregada pelos apóstolos positivistas não encontrava possibilidade de vingar. Compreende-se, pois que era fácil converter à República, 'prendendo-os pelos interesses materiais' os mesmos homens que haviam dirigido a monarquia, os únicos capazes aliás, graças à experiência dos negócios do Estado, de dirigir o novo regime. Pouco a pouco eles acabariam tomando conta do poder. O passado, atirado pela janela, já o dizia Voltaire, entra de novo, e muito rapidamente, pela porta (COSTA,1956, p. 17 - 18).

Em 1881, o *Apostolado Positivista* contava com cinqüenta e três membros efetivos, o que na época era um número significativo para uma agremiação dessa natureza. Mas a reação contra as idéias deste grupo foi, paulatinamente, revelando-se na tribuna parlamentar, nos jornais presidenciais e nas revistas intituladas católicas, até que, em 1897, o conflito se agravou com base na acusação de conivência dos positivistas no atentado de cinco de novembro[30] daquele ano.

Segundo Costa (1956), esta acusação de propaganda positivista a favor de uma República Ditatorial não fazia sentido, uma vez que os positivistas seguiam, serenos, a linha traçada por Augusto Comte, e a atenção dos fundadores do Apostolado estava voltada principalmente para a religião. Logo, era necessário transformar as preocupações políticas em preocupações religiosas, a fim de afastar os fiéis da agitação revolucionária.

---

[30] Este atentado político foi uma seqüência do movimento de 15 de novembro de 1889. Os monarquistas, inconformados com a perda do poder após a Proclamação da República, levaram adiante a agitação que assolou a cidade do Rio de Janeiro, "depredando jornais e chegando até, como no caso do Gentil de Castro e do Marechal Bitencourt, ao assassinato. O sangue que não correra em 15 de novembro, estava agora a se derramar, como previra Deodoro" (COSTA, 1956, p. 15). A declarada imposição aos positivistas deriva do fato de Benjamin Constant ter corrompido o espírito dos militares e também por desejarem, os positivistas, suprimir as crenças católicas, enfim por manifestarem a instauração da ditadura republicana. "A propaganda a favor de uma República Ditatorial, como a que era feita pelos adeptos de Comte, não podia inspirar simpatia aos políticos liberais da tradição monarquista que se haviam apoderado da jovem República" (COSTA, 1956, p. 19).

Para finalizar este inconveniente incidente político, Teixeira Mendes, em seu trabalho intitulado *As greves, a ordem republicana e a reorganização social*, declarou que a primeira condição da existência social, como queria Comte, é a fraternidade e, portanto, "a eliminação de qualquer violência nas relações humanas". Tal afirmação, porém, não significa dizer que os positivistas desistiram de suas intervenções públicas[31]:

> Apesar de estarem principalmente voltados para o aspecto religioso da doutrina de Augusto Comte, os positivistas do pequeno grupo do Rio de Janeiro nunca deixaram de 'intervir' nos assuntos relacionados com a política e a administração republicanas. Todos os anos, as Circulares assinalam uma ou mais destas 'intervenções'. [...] Mas como sempre, a exposição do fato que Teixeira Mendes visava era precedida de uma larga dissertação doutrinária (COSTA, 1956, p. 67 - 68).

Os projetos positivistas estiveram presentes na República e foram aprovados com a ajuda de políticos positivistas. Demétrio Ribeiro[32], por exemplo, não mediu esforços para defender as idéias do Apostolado no Ministério. Nos seus dois meses de atuação como Ministro da Agricultura, conseguiu consolidar a separação da Igreja do Estado e o decreto instituindo as festas nacionais. Após esta liberdade religiosa, não tardou para que instituíssem o casamento civil e a secularização dos cemitérios. Foi declarado pela República, para efeitos legais, que só reconhecia como válido o casamento civil, já a secularização dos campos mortuários foi incompleta porque o governo proibiu os cemitérios particulares, apesar da indicação contrária de Demétrio Ribeiro.

---

[31] No intuito de esclarecer que a ditadura republicana não é despotismo, Teixeira Mendes publica um artigo em um dos diários do Rio de Janeiro com o título *As liberdades civis e a ditadura municipal*. (Teixeira Mendes. *Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil*, 23º ano, 1903, p. 30).

[32] Demétrio Ribeiro foi republicano, atuou como Ministro da Agricultura, mas, segundo Gonçalves (1963, p. 31), ele renunciou ao cargo porque divergia de algumas medidas tomadas pelo governo provisório. Foi simpatizante do positivismo e amigo de Miguel Lemos desde o tempo em que foram alunos da *Escola Politécnica.* O Apostolado, através de Demétrio Ribeiro, logrou encaminhar e ver aprovados diversos projetos, como o desenho da Bandeira Nacional. Miguel Lemos afirmou que ele " era filho exclusivo de nossa propaganda e chegava ao poder com o programa na mão. Todavia o maior prestígio pertencia ao Dr. Benjamin Constant e deste dependia o desfecho de tão memorável tentativa" (PAIM, 1981, p. 40, v. 2).

A contribuição de Benjamin Constant[33], durante a República, foi na área de Educação, como Ministro da Instrução em 1890 e 1891. Mas, segundo Lemos, seu projeto de reforma didática para as escolas militares, apesar de ser baseado na filosofia positiva, era inoportuno:

> O pensamento dominante de tais reformas consistia em introduzir no ensino oficial as cadeiras de biologia, sociologia e moral, de modo a completar assim a série científica. Seduzindo por esta miragem positivista, resultado de uma assimilação imperfeita da nossa doutrina, Benjamin Constant não via a incoerência em que incorria procurando estabelecer o ensino oficial do positivismo antes da fase oportuna determinada por Augusto Comte, e sem reparar que para tal tentâmen nem sequer existiam professores competentes, condição esta tão importante, que o nosso Mestre dizia que a fundação das escolas positivistas deveria ser adiada até que surgissem filósofos capazes de realizar o programa enciclopédico (LEMOS, apud PAIM, 1981, p. 58, v. 2).

Benjamin Constant apoiou o projeto da bandeira nacional e assim que a ele foi apresentado, propôs a aprovação do desenho feito por Décio Vilares aos colegas de governo. Ivan Lins traz-nos a informação de que, exaltando a influência do positivismo na organização da República, o Presidente reeleito do Instituto dos Advogados de São Paulo afirmou que o grupo positivista conseguiu destacada posição no Brasil ao impor a autoridade que alcançou na Proclamação da República.

> 'A República Brasileira, desde o seu princípio, submetendo-se ao seu fundador, declarou-se *positivista.* E como contestar esta verdade? O *positivismo* não cessou de afirmar desde então o seu alto poderio no governo do Brasil: e, para que todos bem o sentissem, fez inscrever na bandeira nacional o conhecido lema da seita: *Ordem e Progresso.* Afirmou-o ainda, depois, na Constituição de 24 de fevereiro de 1891, instituindo o *presidencialismo,* dispensando a *religião,* e fazendo do

[33] Depois de proclamada a República, Benjamin Constant assumiu o Ministério da Guerra, mas, com a criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, este novo ministério foi confiado a ele. Segundo Cartolano (1994, p. 58), a criação deste ministério não aconteceu porque era uma necessidade, como alegou o administrativo, foi sim um "meio ardiloso e delicado" para retirá-lo desta função. A atuação de Benjamin Constant como Ministro da Instrução Pública ocorreu durante os anos de 1890 e 1891, interrompida por sua morte. "E tal era o desprestígio da educação e tão claros os fins políticos envolvidos na criação da nova Pasta que ela foi extinta em 26 de dezembro de 1892, onze meses após a morte de Benjamin Constant" (CARTOLANO, 1994, p. 58).

> simples compromisso o substituto do juramento. Afirmou – ainda, a golpes de decretos ditatoriais, em vários ramos da administração, como, por exemplo, no ensino superior, excluído sempre Deus' (ALMEIDA, 1895[34], apud LINS, 1967, p. 156 -157).

A República presenciou, também, a atuação dos positivistas nas Assembléias Constituintes e no Senado, provocando intervenções parlamentares em muitos dos temas sociais do período. Foram vários os assuntos publicados em circulares, panfletos, revistas e outros espaços de que dispunham os positivistas para divulgar a posição de sua sociedade.

Desde a posse do Deodoro até o ano de 1930, tivemos no Brasil um período conhecido como Primeira República ou República Velha. A economia brasileira, durante a Primeira República, continuou fundamentada na agricultura de exportação. A produção de café predominou de 1900 até 1930 e o açúcar, economia que dominou por tantos séculos o setor exportador, perdeu seu posto para o café, voltando-se para o mercado interno. Estando a base agrária economicamente à frente, o processo industrial demorou a consolidar seu espaço, mas mesmo ocupando lugar secundário neste cenário, o emprego significativo do número de estabelecimentos industriais fez a diferença na economia brasileira, que pode contar com o surgimento de um número expressivo de trabalhadores urbanos, que vendiam de quatorze até dezesseis horas diárias de trabalho para os industriais, em troca de um salário de subsistência.

Assim como a Primeira República conheceu seu "dias de glória", no começo do século XX, com uma economia próspera e com uma política estabilizada, a década de 1920 foi marcada pelas crises políticas sucessivas que levaram à crise esse primeiro período

[34]ALMEIDA, João Mendes. *O direito e o Positivismo.* São Paulo: Tipografia da Papelaria Guarani. 1895.

republicano. O ano de 1917 ficou conhecido pelos movimentos operários, cujos grupos destacados foram os anarquistas e os socialistas, movimentos praticamente restritos ao Rio de Janeiro e São Paulo. Deram origem a sindicatos e partidos políticos, o principal deles foi o Partido Comunista Brasileiro – PCB – que teve como objetivo organizar a luta dos trabalhadores.

A principal reação política ficou a cargo dos militares, sobretudo dos tenentes. Apesar de, depois de proclamada a República, ter havido um certo distanciamento do exército da política, o ingresso de muitos representantes da classe média na vida militar, fez com que, ao se formarem tenentes, constituíssem um grupo que se apresentava como porta-voz dos interesses mais gerais e populares. Este grupo identificava-se com as aspirações da classe média e mesmo do proletariado urbano. No dia cinco de julho de 1924, eclodiu a revolução tenentista, em São Paulo, chefiada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. De acordo com Cartolano (1994, p. 57), o Brasil criou um modelo político pautado, como ela explica, numa “relação de poder”:

> [...] apesar do desenvolvimento da economia, a organização social e política da primeira República (1889 – 1930) foi baseada no coronelismo e nas oligarquias regionais que tiveram no sistema de clientelismo e na ‘ética de favores’, o seu fundamento e a base do funcionamento de toda a relação de poder.

Em 1929, ocorreu a crise econômica, houve a desorganização do mercado mundial que se agravou com a notícia da queda da Bolsa de Nova Iorque, a conseqüência, aqui no Brasil, foi imediata, caindo a zero a cotação do café. Todos esses motivos levaram à Revolução de 30, que acabou por derrubar a fase da Primeira República, iniciando a Segunda República, também conhecida como o período getulista.

A Primeira República ou República Velha foi objeto de várias interpretações tanto por contemporâneos dos acontecimentos quanto por historiadores de outros períodos históricos. Emilia Viotti da Costa resgata alguns posicionamentos de autores dos quais faremos alusão: Oliveira Viana[35] e José Maria dos Santos.

> A obra de Oliveira Viana, **O Ocaso do Império** é sem dúvida uma das mais importantes publicadas nesse período[36]. Continua, sob certo aspecto, a tradição monárquica dos 'sebastianistas', acentuando uma vez o caráter eminentemente militar do 15 de Novembro, minimizando a importância do Partido Republicano e dos Positivistas. Ao escrevê-la, pretendia fazer uma história das idéias, 'definir de uma maneira precisa o papel exercido na queda da Monarquia pela idéia liberal, pela idéia abolicionista, pela idéia federativa, pela idéia republicana... e pelas fermentações morais que determinaram as chamadas 'questões militares', que constituem, na sua opinião, o fator primordial da proclamação da República [...] (COSTA, 1977, p. 260 - 261).

José Maria dos Santos, na obra *Política geral do Brasil,* publicada em 1930, " à semelhança de Olivera Viana, considerada a questão militar um ato de indisciplina e a proclamação da República um incidente lamentável" (COSTA, 1977, p. 260 - 266).

Para Viotti da Costa (1977, p. 266),

> Tanto Oliveira Viana quanto José Maria dos Santos não escondiam a admiração que tinham pelo regime monárquico e as restrições que faziam à República e às classes armadas. A interpretação que davam aos acontecimentos que culminaram com a proclamação da República estava visivelmente marcada por essa oposição.

Para ela, a proclamação da República,

---

[35] Oliveira Viana foi um estudioso da história do Brasil da época, considerado um dos expoentes da literatura. Seus estudos alcançaram rápido sucesso, conferindo-lhe grande prestígio.

[36] A autora refere-se às primeiras décadas do século XIX, período em que surgiram novos trabalho de interpretação do movimento republicano, entre eles o de Oliveira Viana e o de José Maria dos Santos.

> [...] resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que para a obtenção dos seus desígnios contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano conservava, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflito, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República (COSTA, 1977, p. 326).

Este capítulo pretendeu mostrar que houve mudanças significativas após a década de 1870. Tivemos a Abolição da Escravatura, que permitiu substituir o trabalho servil pelo trabalho livre, movimento que representou um grande avanço do período imperial para o republicano; a emergência das diversas tendências ideológicas, que foram decisivas na transformação política do Brasil ao possibilitar a formação do Partido Republicano, bem como a atuação do positivismo nas escolas militares, por intermédio de Benjamin Constant, e a influência dos intelectuais positivistas, como os advogados, engenheiros, médicos, nos *Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, que apresentaram uma nova maneira de conceber a sociedade brasileira e a influência das idéias positivistas do Apostolado durante a campanha republicana e durante o mandato do governo provisório. Este grupo ortodoxo conseguiu, por meio de políticos seguidores do Apostolado, que se instituísse o lema ordem e progresso da nossa bandeira nacional, a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil entre outros projetos. Vimos, também, que, embora tenha sido modificado o regime político, o Brasil ainda continuou a ser uma República agrário-exportadora, quadro que começou a se modificar a partir de 1930.

Estas informações são peças chaves para a comprovação da significativa participação dos positivistas na história política-social do Brasil, daí a importância em destacar este grupo em nossos estudos.

3 **MIGUEL LEMOS**: BRASIL SEM UNIVERSIDADES

Resgatar a atuação de Miguel Lemos, no contexto em que ele viveu, é uma etapa fundamental e necessária quando se deseja pesquisar a influência deste autor na história brasileira do século XIX. Realizamos, portanto, neste capítulo, uma pesquisa a respeito dos debates políticos e sociais de Miguel Lemos, especialmente sua posição acerca da criação de uma universidade no Brasil.

Valendo-se do estudo do autor e de suas relações com a sociedade de sua época, é que podemos entender seus projetos sociais. Atribui-se a Miguel Lemos, a autoria de várias circulares, panfletos e artigos em revistas[1] nos quais este positivista analisou vários temas sociais e políticos de seu período, como veremos no próximo item desta dissertação.

A divulgação da teoria positiva iniciou-se na *Gazeta de Notícias.* Este espaço foi conquistado na primeira conferência de Miguel Lemos para celebrar o centenário da morte de Turgot[2], em 20 de março de 1881. O redator chefe, Ferreira de Araújo, admirado com a dedicação do pequeno grupo positivista nos seus trabalhos sacerdotais, ofereceu sua folha jornalística a Miguel Lemos, dando-lhe oportunidade de abrir uma seção especial com o título *Centro Positivista*. A

---

[1] Miguel Lemos teve o apoio da imprensa escrita do século XIX para divulgar a doutrina de Comte, colaboração esta estreitamente ligada a uma revista mensal intitulada *A idéia.* Ele contou ainda com três outros periódicos: *O Rebate; A Crença* e *A Crônica do Império.*

[2] Roberto Turgot (1727 – 1781), economista francês, foi Ministro da Fazenda de Luis XVI, ocasião em que, baseando-se na doutrina dos fisiocratas, deu andamento a várias reformas de cunho liberal.

Gazeta de Notícias[3] esteve, assim, à disposição do grupo positivista para que Lemos[4] pudesse expor qualquer explicação da doutrina, retificar apreciações falsas e, sobretudo, intervir, oportunamente, na discussão dos problemas de interesse público, oferecendo soluções à sociedade. Este meio de comunicação, segundo Lemos, seria um veículo muito útil para realizar a tarefa do positivismo: propagar a nova religião, uma vez que era preciso atuar sobre a opinião comum da maioria dos indivíduos que não possuía o conhecimento da **marcha evolutiva** pela qual os homens necessariamente passam:

> Como V. Sa. o sabe, o Positivismo é um sistema completo de idéias que pretende coordenar a totalidade de nossa existência, intelectual, ativa e afetiva, resolvendo por fim o problema religioso, cuja solução as religiões anteriores apenas puderam esboçar[5] (LEMOS, 1981, p. 11).

Diante do exposto, não podemos perder de vista a vinculação social, bem como os interesses políticos que Lemos representou na sociedade brasileira. Para tanto, vejamos algumas informações da vida de Miguel Lemos e seu estreitamento com o *Apostolado Positivista*.

---

[3]A *Gazeta de Notícias* foi uma imprensa fluminense dos anos de 1890, considerada por Sodré (1966, p. 289), juntamente com o *Jornal do Comércio*, "os dois maiores jornais brasileiros". O autor afirma que o jornal ganhou muito em precisão das notícias, conseguindo "sobriedades raras" por ter o jornalista Ferreira de Araújo como redator-chefe.

[4] Miguel Lemos, juntamente com os membros da *Sociedade Positivista*, aceitou o convite do chefe da *Gazeta de Notícias* já enviando, com uma carta de agradecimento, uma série de três artigos redigidos por Raimundo Teixeira Mendes sobre a *Teoria Positiva do Calendário*: a propósito de uma pretendida reforma de Castro Lopes. Logo em seguida, Mendes também publicou seu discurso proferido na Festa Geral da Humanidade e um resumo das celebrações religiosas. Este trabalho resultou em um folheto intitulado *Culto Positivista do Brasil*: indicação sumária das primeiras celebrações religiosas no Rio de Janeiro, seguida do discurso proferido na Festa Geral da Humanidade.

[5] Esta citação foi retirada da Carta de aceite escrita por Lemos ao redator e chefe da *Gazeta de Notícias*, sendo esta publicada por Ferreira de Araújo.

3.1 MIGUEL LEMOS: UM “APÓSTOLO” DO POSITIVISMO NO BRASIL

Miguel Carlos Correa Lemos Junior nasceu em 1854[6], no dia 25 de novembro, em Niterói (RJ), filho do oficial de marinha Miguel Carlos Correa Lemos (brasileiro) e Josefa de Carvalho Lemos (uruguaia). Miguel Lemos nasceu no Brasil durante uma visita do casal a este país, uma vez que seus pais residiam na cidade de Montevidéu. Miguel Lemos foi batizado e registrado em Niterói, na matriz de São João.

Foi na cidade de Montevidéu que Lemos viveu durante os treze primeiros anos de sua vida, onde seus pais o educaram sob os princípios do catolicismo; sua instrução primária aconteceu na língua materna, e a instrução secundária iniciou-se num colégio inglês. A preocupação de seu pai foi ensinar-lhe que sua Pátria era o Brasil, desenvolvendo, em seu espírito, sentimentos cívicos em relação ao Brasil.

Em 1867, aos treze anos de idade, Miguel Lemos chegou ao Rio de Janeiro, a fim de terminar seus estudos secundários e preparar-se para prestar exame de admissão na *Escola Central*, conforme desejo seu e de seus pais. A princípio, foi morar com os amigos de seus pais, a família do Barão da Laguna, em Niterói, cidade onde nasceu. Estudou no Colégio *Santa Cruz* do Rio de Janeiro, onde “como aluno internato auxiliava os mestres, dando aulas aos alunos de turmas mais atrasadas” (LEMOS, 1967, p. 5) e, ao terminar o secundário em 1871,

---

[6] O ano de nascimento de Lemos coincide com o término da redação do último volume da obra principal de Comte: *O sistema de política positiva*.

prestou exame de admissão na *Escola Central*[7], atualmente *Faculdade de Engenharia* da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Em 1872, Lemos matriculou-se na *Escola Central e* passou a morar com a irmã casada, Josefina Lemos de Castro e Silva. Presume-se que, em 1873, Miguel Lemos iniciou seu namoro[8] com Albertina Olímpia Tôrres de Carvalho, sua futura esposa.

A história de Miguel Lemos no positivismo iniciou-se em fins de 1874, quando, aos vinte anos de idade, aconteceu a sua adesão à Filosofia Positiva. Nesse momento, encontrava-se "preocupado com problemas de mecânica, travava, acidentalmente, contato com o *Cours de Philosophie Positive*" (BARROS, 1959, p. 129).

Em 1875, ano em Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes se conheceram, trabalharam conjuntamente na tradução de uma edição portuguesa do livro *Geometria analytica* de Augusto Comte. Este ano seria o marco da grande amizade que os uniu até a morte de Miguel Lemos. Ainda neste ano, Lemos fundou o periódico intitulado *A Idéia*[9] e, em 1877, escreveu suas primeiras considerações sobre a filosofia positiva intitulada: *Pequenos Ensaios Positivistas.*

No início da adesão de Lemos à Filosofia Positiva, quando ele optou pela linha heterodoxa de Emile Littré, acontecia na imprensa "agitações filosóficas" sobre os ensinamentos de Comte. Neste período da opção teórica de Lemos, segundo seu

---

[7] Em 1874, a *Escola Central* passou a ser chamada de *Escola Politécnica*. Esta instituição era destinada à formação de militares-engenheiros, e resultou de um desdobramento da *Escola Militar*.

[8] A informação que encontramos em Lemos (1981, p.7) foi de que ficaram noivos durante nove anos, sendo que o casamento do casal ocorreu no dia dezenove de janeiro de 1882.

[9] Diante desta informação de que o periódico *A Idéia* teria sido fundado em 1875 por Miguel Lemos, Sodré (1966, p. 263 - 264) afirma que em 1878, em Pelotas – S. P. também foi fundado um jornal com o mesmo nome. E que alguns anos mais tarde, em maio de 1889, começou a circular, em São Paulo, o jornal também intitulado *A Idéia*, tendo pouco tempo de existência.

próprio depoimento, ele aceitava toda e qualquer informação sobre a vida e a obra de Augusto Comte.

Foi em primeiro de abril de 1875, momento em que a imprensa deturpava os preceitos do filósofo francês, que, no Brasil, foi fundada a primeira associação positivista sem caráter militante. O organizador dessa agremiação foi Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, grande entusiasta de Augusto Comte. O objetivo da associação voltou-se à fundação de uma biblioteca, que viria a ser o recurso utilizado para proferir cursos científicos. Os livros foram aqueles aconselhados por Comte e a aquisição se deu por meio de subsídios mensais doados pelos sócios fundadores. Foram eles: Antonio Carlos de Oliveira Guimarães (professor de matemática no Colégio Pedro II), Benjamin Constant (professor catedrático da Escola Politécnica), Alvaro Joaquim de Oliveira[10] (catedrático de Química da Escola Politécnica e engenheiro fiscal da Companhia *City*), Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça[11], Oscar de Araújo, Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. Essas pessoas já eram integrantes de dois grupos positivistas distintos, espontaneamente formados: o grupo littreísta carioca era considerado o mais ativo, atuando sobre a mocidade das escolas, além de escrever e discursar sobre o positivismo; o outro grupo, mais reservado, isolado, conhecido como comtiano, era formado por estudiosos das ciências que se limitavam "apenas a reconhecer a

[10] Alvaro de Oliveira, genro de Benjamin Constant.

[11] "Colega de Pereira Barreto na Universidade de Bruxelas, o Dr. Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça não se mantinha alheio ao movimento positivista. Depois de haver estampado, em 1875, no Rio de Janeiro, um *Relatório* sobre a estrada de ferro de Jundiaí, publicou, em São Paulo, em 1881, uma monografia de 115 páginas, inspirada no positivismo, com o título *Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Fetichismo,* em cujo prefácio ressalva a sua ortodoxia positivista. Sôbre êsse trabalho Argemiro Galvão publicou, em '*A Província de São Paulo'*, uma série de artigos" (LINS, 1967, p. 147).

filosofia científica[12] de Augusto Comte, sem nenhuma preocupação política ou social – era o grupo dos que aceitavam, ou diziam aceitar, sem discrepância essencial, a totalidade da obra do Mestre" (LEMOS, 1981, p. 7) .

Do primeiro contato de Lemos e Mendes como sócios da referida associação, encontraram-se novamente numa manifestação de idéias realizada em novembro de 1876. A cumplicidade entre os dois amigos ocorreu ao assinarem um artigo em que criticavam, "com a violência de revolucionários"[13] a falta de lisura do diretor da *Escola Central*[14], o Visconde do Rio Branco. Como sentença da Congregação da *Escola Central*, de onde eram alunos, foram excluídos de matrícula e exames por dois anos.

A associação dos positivistas é abalada com o falecimento prematuro de Oliveira de Guimarães, que ocorreu em 30 de janeiro de 1878. Com o acontecido, os membros positivistas perderam as esperanças do positivismo tornar-se aceito pela sociedade brasileira, por ter sido Oliveira de Guimarães, até então, o responsável pela organização da *Associação Positivista*, mantendo sob sua responsabilidade o recolhimento das mensalidades. Após sua morte, o número de sócios ficou reduzido a quatro, mesmo porque, em outubro de 1877, a associação já não contava mais com a presença de Miguel Lemos e Teixeira Mendes que haviam

---

[12] Após Lemos tomar posse do *Apostolado Positivista* em 1881, ele afirmou que esta primeira associação positivista, referida acima, só era conhecida como sistema científico. Formada por adeptos advindos do "[...] meio científico e, afora poucas exceções, todos de origem politécnica, o que é óbvio pois então o Positivismo só era conhecido como sistema científico, especialmente em sua base inorgânica. A partir, porém, do dia em que se encetou a exposição do positivismo completo, não só os adeptos começaram a vir das escolas médicas e jurídicas, mas até os conquistamos no meio puramente prático. É assim que o Centro Positivista Brasileiro compõe-se hoje de médicos, engenheiros, legistas, e de pessoas que se preparam a estas funções, de professores, empregados públicos, farmacêuticos, guarda-livros, agricultores e comerciantes" (LEMOS, 1981, p. 46).

[13] Esta frase de autoria de Miguel Lemos pode ser conferida em seu livro *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil,* 1981, p. 9.

[14]Como era recente a mudança de nomes de *Escola Central* para *Escola Politécnica*, encontramos, no documento *Obras Escolhidas* de Miguel Lemos (1967, p. 6), a referência de *Escola Central,* quando já havia ocorrido a transferência de denominação há dois anos.

partido para Paris. Como confessa Lemos, foi para Paris "sob influência pedantocrática[15] que me fazia persistir na idéia de adotar uma profissão diplomada". (LEMOS, 1981, p. 10). Teixeira Mendes esteve em Paris durante um ano, Miguel Lemos permaneceu por mais tempo, matriculando-se na *Escola de Medicina*, ocupando-se do estudo Matemática, o que era seu forte (GONÇALVES, 1963, p. 34).

No Rio de Janeiro, no dia 5 de setembro de 1878[16], data do vigésimo primeiro aniversário da morte de Augusto Comte, a associação organizada por Oliveira Guimarães sofreu uma transformação decisiva. Acentuando a ortodoxia da doutrina positivista com a adesão de novos membros, os fundadores tomaram o compromisso de propagar, pela imprensa periódica, o positivismo ortodoxo[17]. Assim, a "primitiva associação" passou a ser chamada *Sociedade Positivista* do Rio de Janeiro e vinculou-se à igreja francesa, a qual tinha na direção Pierre Laffitte[18]. O presidente nomeado foi Joaquim Ribeiro de Mendonça[19]. Esta mudança importou na exclusão de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, pois eles

---

[15]Segundo Holanda (1978, p. 116), ostentar um título de bacharel era uma tradição, que veio de Portugal para o Brasil. O autor afirma ter existido um "vício do bacharelismo" entre aqueles que desejavam ter uma profissão liberal, pois o "título de doutor" permitia à pessoa ser reconhecida com dignidade e prestígio, assim, "a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade".

[16]"A 5 de setembro de 1880, celebrou-se pela primeira vez no Brasil, o aniversário da morte de Augusto Comte, pronunciando nesse dia o Sr. Teixeira Mendes, que disso fora incumbido pelo Presidente da Sociedade Positivista, um discurso público no salão do Club Mozart [...]" (LEMOS, 1981, p. 16).

[17]Fazendo uma análise do trabalho realizado pelos adeptos do positivismo, Miguel Lemos (1981, p. 10) declarou que, em pouco mais de um ano desde a fundação da *Sociedade Positivista* no Rio de Janeiro, seus sócios pouco corresponderam ao objetivo demarcado, apenas conseguiram encomendar da Europa um certo número de obras da Biblioteca Positivista. A divulgação da Religião da Humanidade aconteceria, no entanto, com a adesão de Miguel Lemos à *Sociedade Positivista.* Logo que retornou ao Brasil, Lemos passou a celebrar reuniões regulares, isto porque, até então, os associados se reuniam duas vezes por ano: no dia da fundação da Sociedade e nos aniversários de morte de Augusto Comte.

[18]Como já mencionamos na introdução desta dissertação, segundo Paim (1981, p. 8, v. 2), Pierre Laffitte foi o chefe supremo da *Igreja Positivista*, foi reconhecido pela *Igreja Positivista de Paris* como herdeiro da ortodoxia comtiana.

[19]Joaquim Ribeiro de Mendonça foi iniciado ao positivismo pelo seu tio Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça que ,recentemente, havia retornado ao Brasil. Segundo Lins (1967, p. 52), Joaquim Ribeiro de Mendonça foi o primeiro Presidente da *Sociedade Positivista* do Rio de Janeiro que foi organizada pelo professor Antônio Carlos de Oliveira Guimarães.

eram os únicos membros da Sociedade recém-fundada que não aceitavam a obra religiosa de Augusto Comte.

Depois de dois anos em Paris, Miguel Lemos, movido por sua curiosidade, aproximou-se da casa onde morou Comte, adaptada para ser o centro de ação dos discípulos ortodoxos do filósofo francês[20] e, após assistir aproximadamente duas horas dos ensinamentos introdutórios de Pierre Laffitte sobre o *Curso de Filosofia Positiva*, reconheceu que as objeções de Emile Littré em relação a Comte não passavam de "miseráveis sofismas".

> Pouco depois de ter chegado à grande cidade, verifiquei por mim mesmo que aquele que nós julgávamos um chefe de escola, ardente, incansável em promover a regeneração universal ensinada pelo Mestre, não passava de um erudito seco, sem nenhuma ação social, isolado no seu gabinete, ocupando os ócios da velhice adiantada em renegar tudo quanto aprendera na convivência do grande Construtor. O famigerado pretenso chefe da escola positivista era apenas um investigador paciente de vocábulos, sem entusiasmo, sem fé, absorvido pelas minudências de uma erudição estéril. Esta desilusão do primeiro exame, lançara em meu espírito um gérmen de dúvidas, que crescendo à medida que adiantava em minhas investigações, acabou por decidir-me de todo a fazer um inquérito consciencioso sobre as críticas opostas pelo erudito ao complexo da doutrina do Mestre, e sobre as suas acusações contra a última fase dessa incomparável existência (LEMOS, 1981, p. 11).

Assim, em primeiro de fevereiro de 1879, decepcionado com Littré, Miguel Lemos converteu-se ao positivismo ortodoxo. Conversão esta eminentemente religiosa, fundamentada nos ensinamentos do *Catecismo Positivista* (1852) em que Comte

---

[20] Segundo depoimento de Teixeira Mendes, Miguel Lemos foi o único a ser capaz de "ter achado o Positivismo pelos seus esforços expontâneos" (GONÇALVES, 1963, p. 34).

pretendeu instituir a Religião da Humanidade[21]. Miguel Lemos descreveu com as seguintes palavras sua conversão religiosa:

> Faltava-me a conciliação do sentimento com a inteligência, quebrada pela insurreição do espírito moderno e fui achá-la justamente na religião que os fariseus da ciência me haviam ensinado a considerar uma exaltação de louco. Como o grande São Paulo, eu, o humilde estudante, ouvi o caminho de Damasco aquela voz de todos os redentores: *Filho meu, por que me persegues tu?* (LEMOS, 1981, p. 11).

Uma vez convertido à Religião da Humanidade, Lemos escreveu para Joaquim Ribeiro de Mendonça e comunicou-lhe que deixara de ser littreísta[22], tendo desejo de aderir ao grupo ortodoxo. Sua proposta foi acolhida pelos discípulos Benjamin Constant, Alvaro de Oliveira e Oscar de Araújo e, assim, Lemos foi aceito pelo presidente como membro da *Sociedade Positivista* do Rio de Janeiro.

Lemos, em Paris, percebendo que o Ocidente preparava-se para celebrar o tricentenário da morte de Luís de Camões, propôs a Laffitte que se desenvolvesse algum trabalho na *Igreja Positivista Parisiense*, oferecendo-se, em seguida, para realizar a tarefa de escrever uma apreciação de Camões e da nacionalidade portuguesa. Aceita a sugestão, Laffittte determinou que se comemorasse o tricentenário da morte de Camões a 10 de junho de 1880. Lemos, na mesma ocasião do pedido a Laffitte, também escreveu para Mendes no sentido de convencê-lo a celebrar uma “festa entre os brasileiros”. E aconteceu no Brasil uma

---

[21] O amor por Clotilde de Vaux, que faleceu em apenas um ano após conhecer Comte, inspirou-o a fundar uma nova religião. Suas idéias se encontram numa extensa obra em quatro volumes, publicados entre 1851 e 1854: *Política Positiva ou Tratado de Sociologia*. Além desta obra, Comte publicou o *Catecismo Positivista ou Exposição Sumária da Religião Universal*.

[22] Os adeptos do positivismo de Emile Littré recusavam os ensinamentos religiosos de Comte. Mas Littré, quando rompeu com os ensinamentos de Comte, tornando seu inimigo, não deixou de se dizer positivista.

celebração com três manifestações: uma sessão pública no *Teatro Ginásio* por Mendes, que fez uma apreciação histórica de Camões e de Portugal; um busto de Camões, pelo artista brasileiro Almeida Reis, e uma edição aprimorada de poesias líricas seletas de Camões. Já em Paris, Lemos, por encontrar-se enfermo, deixou de realizar sua conferência, seu trabalho intitulado *Luis de Camões* foi publicado em 1880.

Segundo Lemos (1968, p. 166), Camões, como um poeta português, representava a "evolução poética durante a longa transição moderna". De acordo com a análise de Augusto Comte, Camões, usando sua arte de poeta, foi um "regulador da sociedade" que se encontrava em crise social, embelezando a vida humana para melhorá-la, tal é este o verdadeiro destino da arte.

Miguel Lemos, desde então, destacou-se na *Sociedade Positivista* por ser dedicado à divulgação da doutrina. Em função disso, Laffitte, em 25 de novembro, promoveu Lemos ao grau de aspirante ao sacerdócio positivista e Joaquim Ribeiro de Mendonça[23] julgou ser seu dever passar-lhe a presidência. Mediante a aprovação dos membros da *Sociedade Positivista* no Rio de Janeiro e, em especial, de Pierre Laffitte, a transmissão da presidência foi realizada durante ato público em 11 de maio de 1881. Empossado, Miguel Lemos transformou a antiga *Sociedade Positivista* em *Centro Positivista* ou *Igreja Positivista do Brasil*[24], que,

[23]Este fato aconteceu porque, mesmo sendo seu dever ser um apóstolo da Sociedade, Joaquim Ribeiro não se dedicava exclusivamente ao seu cargo de presidente, pois estava mais envolvido com as funções especiais de agricultor do que com as atividades da Sociedade.

[24] Jorge Lagarrigue, médico, também a princípio littreísta, em seguida laffitista, para chegar enfim ao positivismo, foi o fundador da Igreja Positivista do Chile, sua pátria. Ele foi considerado o primeiro apóstolo da Religião da Humanidade, teve sua inspiração também em Paris, tendo na postura religiosa de Miguel Lemos o incentivo à conversão, como podemos observar nesta sua frase venerativa: "Diga a Miguel que ele foi meu Pai espiritual", estas são suas palavras encaminhada por Montenegro Cordeiro, membro do Centro Positivista no Rio de Janeiro (GONÇALVES, 1963, p. 35).

inspirada na mais rígida ortodoxia, pretendeu formular um programa político capaz de transformar a sociedade brasileira. Vejamos, com base no seguinte excerto, a justificativa de Lemos para mudar a denominação *Sociedade Positivista* para *Centro Positivista*:

> O grupo fluminense não continha, porém, todos os positivistas brasileiros. Tínhamos confrades espalhados por várias províncias do Brasil e cumpria abarcá-los a nova organização. Criei então a denominação de Centro Positivista Brasileiro ou Igreja Positivista Brasileira, para designar a totalidade dos crentes nesta parte da América, reunidos sob a minha direção (LEMOS, 1981, p. 21).

Apesar de Miguel Lemos ter tentado garantir sua independência pessoal desde o momento de sua posse, em maio de 1881, até o mês de dezembro do mesmo ano, os afazeres da propaganda absorviam todo o seu tempo. Assim, percebendo que não mais conseguiria manter sua função sacerdotal sem sacrificar a propaganda da doutrina, aceitou a proposta de alguns positivistas e pediu subsídio aos membros da Igreja. Este auxílio era garantido nas bases dogmáticas, nas quais Augusto Comte determinou para os fiéis a obrigação do sustento material de seus "chefes espirituais".

Dos 45 membros[25] existentes no *Centro Positivista Brasileiro*, Miguel Lemos não teve o apoio apenas de um sócio: Alvaro Joaquim de Oliveira. Este não se considerou no dever de contribuir com o subsídio, pois não concordava com a conduta ortodoxa de Miguel Lemos, de ter transformado a antiga agremiação em

---

[25]Em relação ao número de associados da *Igreja Positivista*, entre os anos de 1881 a 1888, encontramos informações divergentes nas fontes. Lemos (1981, p. 43) afirma que o *Centro Positivista Brasileiro*, em dezembro de 1881, contava com 45 membros e com exceção de Benjamin Constant, Joaquim Ribeiro de Mendonça e Brandão, temos uma segunda fonte que afirma que a *Igreja Positivista*, em 1881, contava com 53 membros efetivos e chegou a 59 em 1882. Reduziu-se sucessivamente, voltando a ter 53 subscritores em 1888 (PAIM, 1981, p. 6, v. 2).

um positivismo eminentemente religioso, fundamentado na mais rígida ortodoxia. Desse modo, tomou uma medida radical, desligou-se do grupo, realizando um intento que, como ele mesmo afirmou em uma carta dirigida a Miguel Lemos, desde algum tempo desejava. Diante desta decisão, Miguel Lemos respondeu a esta carta justificando o porquê da necessidade de receber este subsídio:

> [...] os fiéis devem sustentar o seu clero, este começa logo no seu grau de aspirante por desistir de toda e qualquer riqueza ou força temporal. Isto quer dizer que eu não posso ser, por exemplo, nem empregado público, nem professor ou sábio oficial, nada enfim que me coloque na dependência do poder civil, assim como também não posso viver do ensino, nem das letras[26]. E é justamente para colocar o clero nestas condições de independência e dignidade, que surgiu a necessidade de distribuir-lhe um livre subsídio (LEMOS, 1981, p. 42).

Após a resposta de Miguel Lemos a Alvaro de Oliveira, Benjamin Constant, depois de ter declarado que concordava com o conteúdo da circular que tratava do assunto do subsídio, reconsiderou sua resolução acompanhando seu particular amigo em sua retirada do *Centro Positivista*[27]. Estas foram suas considerações, feitas em carta, ao Diretor do positivismo no Brasil:

> Meu caro confrade. Os meus afazeres habituais que absorvem quase totalmente a minha atividade, o estado precário de minha saúde e a necessidade que reconheço cada vez mais, de empregar no estudo aprofundado do positivismo todo o tempo de

[26] São os seguintes os princípios da Base Moral, prescritos pela Religião da Humanidade e que, necessariamente, todos os membros deverão aceitar sem nenhuma restrição, caracterizando o que a seguir chamaremos de Estatutos da *Igreja e Apostolado do Brasil*: 1) Não ocupar cargos políticos, segundo definição de Augusto Comte; 2) Não exercer funções acadêmicas nas escolas superiores, Instituto Nacional e estabelecimentos congêneres, quer como membros de associações científicas ou literárias; 3) Não colaborar no jornalismo e não auferir lucros pecuniários de seus escritos; 4) Todas as publicações positivistas deverão conter assinatura do responsável pela publicação, assumindo, assim, todas as atribuições morais e legais. (LEMOS; MENDES, 1890, não paginado).

[27] Algum tempo depois, Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram acusados, pela imprensa, de discípulos ingratos de Benjamin Constant, a quem se atribuiu a entrada dos dois seguidores ao Positivismo. A respeito deste incidente, os dois apóstolos publicaram um folheto intitulado *A nossa iniciação ao positivismo*. Segundo Lemos, neste documento eles demonstraram "sem réplica possível que a influência do Dr. Benjamin Constant fora totalmente estranha a essa iniciação".

> que posso dispor, impedindo-me de tomar com meus dignos colegas, parte plenamente ativa nos trabalhos a que se dedicam, eram por si só motivos suficientes para determinarem a minha retirada do – Centro Positivista Brasileiro – afim de não continuar aí numa posição incompatível com o meu caráter (CONSTANT,1882 apud LEMOS, 1981, p. 77).

Benjamin Constant relaciona algumas questões em relação à cobrança do subsídio[28], afirmando serem questões de princípio eminentes ao Apostolado, e que, portanto, não tem a pretensão de ofender Miguel Lemos, mesmo porque diz admirá-lo:

> Resumirei nas seguintes observações a minha discordância em relação a esse ponto:
> 1º O aspirante ao sacerdócio não faz ainda parte do poder espiritual, tal como o positivismo o estabelece;
> 2º O seu subsídio, bem como o de cada membro do poder espiritual que no estado final é pago pelo tesouro público, no de transição deve sê-lo pelo subsídio sacerdotal;
> 3º As alterações no valor daquele subsídio, quando necessárias, como acontece no caso atual em que é ele realmente muito pequeno, devem ser feitas pelo chefe geral do poder espiritual e sob sua única responsabilidade (CONSTANT, 1882 apud LEMOS, 1981, p. 77).

No final da carta, Benjamin Constant declarou que sua indignação voltou-se à explicação dada por Miguel Lemos em relação ao cargo público ocupado por seu amigo Alvaro de Oliveira: ”Só contava com o seu apoio moral e material e não com o seu concurso intelectual e isso para não pô-lo em dificuldades, etc”.

---

[28] Segundo uma nota no artigo *Representação enviada ao Congresso Nacional:* propondo modificações no projeto de constituição apresentado ao governo, por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o subsídio positivista seria destinado ao desenvolvimento da *Igreja Positivista do Brasil* e ao custeio financeiro. A fonte deste subsídio, seria exclusivamente das contribuições voluntárias dos seus sócios, bem como daqueles que se julgarem aptos a auxiliá-los, por terem reconhecido a utilidade social dos trabalhos realizados pelo Apostolado e a *Igreja Positivista*. Não havia definição de quantia para esta cooperação, cada um podia contribuir mensalmente com quanto desejasse, o importante para essa agremiação era regularizar as contribuições de modo a torná-las mensais, por mais diminutas que fossem. Todos os anos, a Delegação Executiva publicava sob a forma de Circular dirigida aos contribuintes uma revista circunstanciada do movimento positivista, apresentando contas da aplicação da receita total.

> Esse tópico de sua carta me é também aplicável pois sou também empregado público. Não tomarei em consideração a interpretação ofensiva ao meu caráter que esta sua opinião pode ter, e isso porque está ela inteiramente fora de discussão por inaceitável.
> Direi somente que o fato de ser empregado público não me inibe de trabalhar em favor de uma doutrina como é o positivismo, uma vez que o faça como até aqui tenho feito e continuarei a fazê-lo com a digna conveniência que é também reclamada pela própria doutrina.
> Compreende que não posso nem devo aceitar essa situação especial em que, segundo sua opinião, devo ser considerado no Centro Positivista Brasileiro.
> Estas divergências quebraram a solidariedade que entre nós existia como membros daquela importante associação, tornando, bem a pesar meu, irrevogável a resolução de desligar-me dela, como por esta me desligo (CONSTANT, 1882 apud LEMOS, 1981, p. 78).

Outro motivo que pode ter levado Lemos a pedir o subsídio foi porque, a partir de então, passaria a constituir uma família. Tal afirmativa decorre da informação de que se casou com Albertina Olímpia Tôrres de Carvalho no dia 19 de janeiro de 1882, após nove anos de noivado. Foi à sua esposa que Lemos dedicou a tradução da obra *Catecismo Positivista*, editada entre os anos de 1890 e 1934: “A minha nobre e dedicada espôsa, a quem esta tradução deve especialmente valiosos auxílios e preciosos aperfeiçoamentos, como, em geral, lhe devem todos os meus trabalhos e cogitações” (LEMOS, 1967, p. 7)

Em 1883, outro acontecimento marca a história da doutrina comtiana no Brasil e, conseqüentemente, a vida de Miguel Lemos, quando a *Igreja Positivista* desligando-se da Igreja francesa, acabava com qualquer ligação com Pierre Laffitte, seu até então, “chefe supremo”. O episódio que levou Lemos a tomar esta atitude severa foi devido à aceitação de Laffitte de uma cátedra oferecida pelo governo francês. Lemos considerou tal ato uma heresia e, como protesto, queimou

os livros do antigo chefe. A propaganda da Religião da Humanidade, no Brasil, prosseguiu fielmente sob sua exclusiva responsabilidade.

Os Estatutos da *Igreja Positivista do Brasil* e/ou *Centro Positivista Brasileiro*, elaborados por Miguel Lemos, foram estruturados de acordo com os ensinos e preceitos de Augusto Comte, mas nem mesmo este fundador da *Sociedade Positivista* em Paris, de acordo com Lins (1967, p. 417), era tão rigoroso quanto Lemos. O autor observa que Comte jamais repreendeu, por exemplo, o Senador Vieillard por ocupar-se de atividades políticas apesar de ser aderente ao positivismo. Ainda nos informa Lins que na solenidade fundadora da Sociedade Positivista de Paris, em 8 de março de 1848, tornou claro Augusto Comte que só:

> '[...] os filósofos positivos, que quisessem votar sua vida inteira ao sacerdócio da Humanidade, é que deviam sistemàticamente renunciar a qualquer posição política pròpriamente dita, mesmo aquelas que fôssem propostas pela confiança direta de seus concidadãos. *É claro, entretanto – frisava Augusto Comte – que nenhuma renúncia semelhante poderia jamais ser imposta à maior parte dos membros da Sociedade Positivista, porquanto seria diretamente contrária ao objetivo geral dessa Associação – a universal preponderância da nova filosofia [...]'* (COMTE, apud LINS, 1967, p. 417).

Lins (1967, p. 418), inconformado com a atitude radical de Miguel Lemos, questiona, se todos os positivistas tivessem adotado os Estatutos da *Igreja Positivista*, se teria ocorrido a divulgação dos ensinamentos de Augusto Comte, como fez tão bem Benjamin Constant? E se Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro ou Borges de Medeiros não estivessem na política, os positivistas do Apostolado teriam assegurado a inclusão de seus princípios na *Constituição de 1891*?

Durante o primeiro ano de direção de Miguel Lemos no *Centro Positivista,* ele colocou como questão de urgência a aquisição de um local para as reuniões semanais, onde fosse possível estabelecer a biblioteca e centralizar a venda das publicações positivistas. E assim o fez, como ele mesmo relata: “Mandei vir de Paris uma grande remessa das publicações positivistas a fim de as pôr ao alcance do público por preços diminutos. A procura destas obras aumenta todos os dias de um modo considerável” (LEMOS, 1981, p. 23). Para conseguir a instalação própria, o diretor do Centro Positivista fez um apelo aos sócios, pedindo-lhes uma mensalidade extraordinária. Seu pedido teve retorno e assim passaram a desfrutar de um endereço à travessa do Ouvidor, n. 7. A partir de então, as reuniões passaram a ser realizadas às quartas-feiras, à noite.

Como havia percebido o chefe da *Gazeta de Noticias,* Ferreira de Araújo, o grupo positivista mostrava perseverança no alcance de seus objetivos. Com a conversão de Teixeira Mendes à ortodoxia comtiana, o grupo ganhou mais um disseminador dessa doutrina. Mendes iniciou um curso regular de exposição elementar do conjunto do positivismo, tomando como diretriz o *Catecismo Positivista*. Comenta Miguel Lemos que o curso, oferecido aos domingos em uma das salas do *Liceu de Artes e Ofícios*[29]*,* foi de grande eficácia para aumentar o círculo de ação da doutrina e determinar valiosas conversões. Juntamente à explicação da doutrina, Lemos considerou necessário expor a história da vida e dos trabalhos de Augusto Comte. O trabalho ficou a cargo de Miguel Lemos, que se sentiu no dever de

[29] O *Liceu* de Artes *e Ofício* foi criado por Bittencourt da Silva a 23 de novembro de 1856, na cidade do Rio de Janeiro. Sua inauguração deu-se em 1859 passando a fazer parte da estrutura do ensino profissionalizante do Brasil. Foi a primeira escola noturna que oferecia formação à classe popular. O fundador do *Liceu* visava que todos tivessem acesso à educação, para isso oferecia uma formação técnica (arquitetura, marcenaria), que acontecia nas oficinas, tendo como base da educação a disciplina rígida (treinamento do conhecimento prático, horários, obediência). Seu discurso era de que somente por meio do ensino das artes que o Brasil chegaria ao mesmo patamar de desenvolvimento das nações européias.

reparar o mal que havia causado, involuntariamente, à doutrina comtiana, quando repetia as mesmas "calúnias" de Littré sobre a decadência mental que este afirmava ter se apoderado de Comte na fase final da elaboração dos seis volumes da *Filosofia Positiva.* Para tal, Lemos realizou uma série de seis conferências[30], efetuadas na mesma sala do *Liceu de Artes e Ofícios*.

Na primeira conferência, Lemos discorreu sobre a primeira fase da vida pública, particular e das obras de Augusto Comte, expondo desde seu nascimento até a publicação do último volume da obra *Filosofia Positiva.* Explicou todos os projetos de Comte, como a instituição da filosofia científica, a importância, segundo os princípios comtiano, do *Sistema de Filosofia Positiva*, seus ideais para a instituição da Religião da Humanidade e sua concepção política. A impressão que tivemos do pequeno resumo de Lemos em relação ao conteúdo dessa primeira conferência foi a de que a grande ênfase esteve voltada para a defesa da vida conjugal de Comte. Isto porque Littré, após a morte de Comte, passou a "glorificar os depoimentos infames da ex-esposa de Comte: "Fui assim levado a fazer a história do fatal casamento, a bem caracterizar a origem e as traições conjugais, suscitadas pela ambição e desregramento de Mme. Comte, até a sua separação definitiva em 1842" (LEMOS, 1981, p. 25).

Na conferência seguinte, Lemos resumiu a segunda fase de Comte, seguindo os mesmos assuntos abordados na primeira. Falou, essencialmente, do

[30] O conteúdo dessas conferências foi resumido uma a uma por Miguel Lemos, porque elas não foram publicadas na íntegra. Após, o *Apostolado Positivista* publicou os resumos no livro *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*.

estabelecimento da Religião Positiva que, segundo Comte, tornar-se-ia universal, do amor de Comte por Clotilde de Vaux e das obras do fundador do positivismo.

Na terceira conferência, relatou a história do positivismo após a morte de Augusto Comte. Novamente Lemos voltou-se contra a campanha de oposição que Littré e a viúva de Comte desenvolviam. Neste sentido, mostrou a deslealdade com que Littré escreveu a biografia do filósofo francês; para isso, confrontou todos os trabalhos de Comte, desde o primeiro até o último, ressaltando as falsas e incoerentes acusações contra seu Mestre.

Na quarta conferência, Lemos fez um histórico das atitudes da Senhora Comte, destacando, inclusive, que ela reclamou “judicialmente a propriedade literária das obras de seu marido e pedia anulação do testamento como obra de um louco” (LEMOS, 1981, p. 26). A ação de Lemos, neste caso, foi reproduzir as expressões do advogado quando ele, em nome de sua cliente, alegou requerer os manuscritos de Augusto Comte para fazer nestes uma “limpeza sob a direção de Littré que julgaria o que devia ser destruído ou conservado” (LEMOS, 1981, p. 26).

Na penúltima conferência, Lemos fez a história do desenvolvimento do positivismo sob a direção de Pierre Laffitte, relatando sobre o culto, o ensino, a direção política, apresentou um resumo de todos os trabalhos de Laffitte, de seus companheiros e discípulos.

Na sexta e última conferência, reconstituiu a história e a organização do positivismo no Brasil, esboçando a propaganda positivista, ou seja, intervenções nas questões públicas: políticas, científicas, industriais e sociais.

Com a finalidade de divulgar os princípios comtianos, Miguel Lemos viajou para a cidade de São Paulo, tendo como missão apostólica que teve um duplo objetivo, o de fundar e o de organizar um novo núcleo com os elementos positivistas, propagando o positivismo por meio de conferências. Sua pretensão maior era constituir um grupo positivista, inicialmente com dois membros da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro que, na época, se encontravam estabelecidos na capital paulista, juntamente com alguns moços recentemente convertidos.

Em 1898, Miguel Lemos resolveu afastar-se da direção do *Apostolado Positivista,* uma vez que seu estado precário de saúde o impedia de desempenhar todas as funções que seu cargo exigia. Devido a "superioridade incontestável quanto à capacidade moral e sentimental"[31] de Teixeira Mendes[32], Lemos indicou-o para substituí-lo. Mas Miguel Lemos levou cinco anos para concretizar o seu desejo. Este período serviu para que se preparasse para deixar a direção do Apostolado.

Na carta de 18 de junho de 1898, direcionada a Godofredo José Furtado, Teixeira Mendes citou as razões pelas quais ele não deveria assumir a direção do *Apostolado Positivista*. A carta teve o caráter de apreciação da atuação de Miguel Lemos no *Apostolado*:

> 'Foi êle quem iniciou o culto histórico entre nós, com a sua apreciação de Camões. Depois de sua volta, deves estar lembrando das exposições que fêz em São Paulo e aqui, sôbre vários pontos, e especialmente acêrca da unidade da vida e da obra de nosso Mestre. Qual outro podia ser chefe entre nós? Os iniciadores são chefes sempre; porque só os díscolos e ingratos revoltam-se contra os que os salvaram, ou melhor, tentaram

[31] COSTA, Cruz. O afastamento de Miguel Lemos da direção do apostolado. In: _____. *O positivismo na república***.** p. 28.
[32] Em 1886 (6 janeiro), Teixeira Mendes é investido das funções de vice-diretor da Igreja e Apostolado por Miguel Lemos.

> salvá-los, de uma perdição que a sua maldade torna inevitável. A mais monstruosa ingratidão poderá, pois ser a única explicação das agressões de que, em qualquer tempo, o Miguel foi vítima, por parte dos que, no Brasil vieram ao Positivismo. Tudo quanto fica dito basta para mostrar que essa ingratidão constitui mesmo um dos mais graves atentados contra a Humanidade' (MENDES, 1898 apud LEMOS, 1967, p. 8 - 9).

João Cruz Costa (1956) também ressaltou em seu livro *O positivismo na República* a luta de Teixeira Mendes para que Miguel Lemos não abrisse mão da chefia do *Centro Positivista Brasileiro* e da *Igreja Positivista.* Vejamos, então, outro trecho desta mesma carta de Mendes a Godofredo Furtado citado por João Cruz Costa, no qual o autor destaca que Mendes, justificando-se, acrescentou que o melhor serviço que julgava prestar à propaganda do positivismo no Brasil era impedir que seu amigo deixasse tal cargo e, para isso, ele se opunha aos argumentos de Lemos, dizendo:

> [...] seria a única das suas resoluções a que eu jamais me submeteria. Porque, quaisquer que tivessem sido as provas de capacidade apresentadas pelo confrade a que ele quisesse passar a direção, se esse confrade aceitasse semelhante investidura, ofereceria com isso, segundo tudo o que sei do positivismo e tudo quanto aprendi dos antecedentes católicos, a demonstração irrefutável da inferioridade moral e mesmo mental de semelhante sucessor' (MENDES, 1898 apud COSTA, 1956, p. 30).

Agravando-se o estado de saúde de Miguel Lemos, em 11 de maio de 1903, ele passou a direção do *Centro Positivista Brasileiro e Igreja Positivista* ao Vice-diretor Teixeira Mendes, que já se incumbia do Apostolado, e recolheu-se à vida doméstica, falecendo, em Petrópolis, no dia 10 de agosto de 1917, às 23 horas.

Segundo Costa (1956, p. 31), com a morte de Lemos terminava a fase de apogeu do positivismo ortodoxo no Brasil.

No próximo item, procuraremos demonstrar que as ações e os esforços de Miguel Lemos para difundir o positivismo ortodoxo no Brasil não foi uma ação isolada, mas, sim, que era ele o líder de uma tendência do positivismo que, por diferentes meios, procurava interferir nas definições dos rumos que o Brasil deveria seguir.

3.2 O PROJETO DO APOSTOLADO POSITIVISTA PARA O BRASIL: LINHAS PROGRAMÁTICAS BÁSICAS

Com base nas várias circulares escritas pelo *Apostolado Positivista*[33], constatamos a influência do grupo ortodoxo na sociedade brasileira por meio de suas intervenções nas questões essenciais para o "novo" Brasil, que se delineava a partir da década de 1870, como na abolição da escravatura, no protesto contra a imigração chinesa, dizendo que este movimento seria uma nova forma de escravidão. Os positivistas também se manifestaram em relação a muitas outras questões: trabalho livre, República, proletariado, secularização dos cemitérios, questão da mulher, educação, criação de universidades, implantação da bandeira republicana com o lema comtiano "ordem e progresso". Como Miguel Lemos afirmou, o Brasil, entre todas as nações ibéricas, seria o país "mais propício ao triunfo da nova doutrina". Afirmou, ainda, que diferente da Europa, aqui se aceita,

[33] No período de 1881 – 1889, foram escritas noves circulares (BARROS, 1959, p. 131).

com extrema facilidade, tudo quanto se apregoa como novo. (LEMOS, 1981, p. 22).

Apesar de não participarem diretamente na política por não poderem pleitear cargos, a contribuição positivista se deu através de debates via publicações periódicas, circulares, conferências, cursos, entre outros meios, pelos quais apresentavam soluções para as polêmicas sociais, baseadas nos ensinamentos do filósofo Augusto Comte. Acreditavam que, só pela intervenção nos debates, a doutrina regeneradora poderia "eficazmente atuar sobre a realidade brasileira" (BARROS, 1959, p. 130).

Essas intervenções, na verdade, são reveladoras da visão que Miguel Lemos e o *Apostolado Positivista* tinham da realidade brasileira, realidade para a qual delinearam um "projeto" e procuraram dar execução.

O objetivo desse projeto foi exposto pela primeira vez em 1881, quando Miguel Lemos assumiu a direção do *Centro Positivista Brasileiro*: "desenvolver o culto; organizar o ensino; intervir oportunamente nos negócios públicos" (LEMOS, 1981, p. 21). Essas obrigações foram apresentadas para serem alcançadas pela agremiação[34].

Posteriormente, o projeto foi ampliado e detalhado por Teixeira Mendes. Para Barros (1959, p. 130), seu conteúdo poderia ser resumido em três artigos:

> Luta pela transformação política do país, de império em república; preparação para a completa separação entre o poder espiritual e

[34] Ver a primeira Circular Anual, publicada em 1881.

> o temporal, pela decretação do registro e do casamento civil e da secularização dos cemitérios. Completar a obra de emancipação dos escravos iniciada pela lei Paranhos.

A seguir, comentaremos as observações de Miguel Lemos e/ou Teixeira Mendes a respeito de alguns problemas nacionais que foram objeto de suas preocupações. Essas reflexões, sem dúvida, explicitarão melhor o projeto positivista.

Em relação à escravatura, o grupo positivista do Rio de Janeiro, que desde sua formação colocava-se como formador de opinião pública, mostrou-se também interessado em discutir este assunto polêmico da sociedade. Surgiu, no ano de 1881, a formação de um movimento abolicionista que rebatia a defesa de alguns fazendeiros-estadistas que diziam ter encontrado no colono chinês a melhor opção para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

No intuito de defender a imigração chinesa para o Brasil, o cônsul geral brasileiro em New-York, Salvador de Mendonça, veio para o Rio de Janeiro fazer uma conferência. No seu discurso, ele aconselhou um “novo sistema” à exploração sistemática do homem pelo homem, pedindo, portanto, sem hesitação, o sancionamento da escravidão dos chineses. “Fez a apologia da política dos Estados Unidos que consiste em destruir sistematicamente as raças pretendidas inferiores, de modo a estabelecer o exclusivo predomínio do branco” (LEMOS, 1981, p. 28). Foi em relação a esta conferência que o grupo ortodoxo de Miguel Lemos se posicionou imediatamente contrário, afirmando que a imigração chinesa seria um novo caminho para a escravatura no Brasil, e ainda defendeu a idéia de que esta prática se apresentava como um alvo do egoísmo agrícola encoberta por

sofismas inconsistentes[35]. Como protesto, ele redigiu uma carta[36], no mesmo dia da conferência, a qual foi publicada em todos os jornais da capital, produzindo um verdadeiro abalo na opinião pública.

Inaugurou-se, assim, no positivismo brasileiro, a tradição de protestar em nome da moral humana e da dignidade nacional, afirmando que esta atitude seguia os brilhantes exemplos que o próprio Augusto Comte e seus discípulos ingleses e franceses ensinaram. Este ensinamento estava alicerçado no princípio fundamental de que **a política deve ser subordinada à moral.**

No ano da abolição da escravatura, segundo os positivistas, suas intervenções junto à opinião pública foram decisivas para o movimento. O grupo publicou alguns artigos[37], afirmando que medidas paliativas não poderiam ser tomadas, era necessário decretar incondicionalmente a abolição. Suas principais defesas são relacionadas a seguir:

- A propaganda abolicionista, apresentando a teoria das raças segundo os ensinamentos de Comte, mostra que o homem africano é superior aos homens colonizadores no critério afetividade, comprovada pela doença africana que ganhou o nome de banzo. Os critérios em que o homem africano perde para estas “raças superiores”, como eles fazem questão de

[35] O trabalho da *Sociedade Positivista do Rio de Janeiro* não se limitou aos arredores do Brasil, o protesto ganhou dimensões junto à legação da China em Paris através de uma mensagem escrita por Teixeira Mendes assinada pelo representante da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, anexando a esta carta todos os documentos oficiais que comprovassem suas afirmações. Foi o chileno Jorge Lagarrigue que entregou pessoalmente a carta para o secretário da legação da China em Paris (LEMOS, 1981, p. 37).

[36] Esta carta pode ser encontrada na obra de Miguel Lemos: *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*,1981.

[37] Esses artigos foram intitulados de: *A liberdade espiritual e a organização do trabalho; Considerações histórico-filósoficas sobre o movimento abolicionista. Exame das idéias relativas a leis de organização do trabalho e locação de serviços; Programa das reformas políticas mais urgentes.* Todos essas circulares foram escritas por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, em 1888, sendo a distribuição gratuita.

assim denominar, são egoísmo, falta de humanismo, montante de bens e riquezas adquiridas explorando o trabalho alheio.

- Reprodução da distinção entre escravidão antiga da escravidão moderna;
- Direito à indenização pecuniária;

A abolição ocorreria diante das mudanças políticas efetivadas no Brasil e que contribuiriam para que o regime reconhecesse que o sistema escravo já havia chegado ao fim. Não tinha como manter esse interesse monárquico quando seu poder já se encontrava enfraquecido.

Mas como no ensinamento positivista, deve-se fazer apologia aos grandes homens que, fazem as coisas acontecerem de um momento para outro, transformando-os em figuras heroícas, como se fossem enviados por um poder divino, este foi o depoimento de Miguel Lemos em relação ao ato da Princesa Isabel no dia 10 de março de 1888: “Com efeito, estou convencido que com o imperador atual[38] nunca teríamos tido a abolição [...]. Porém no quinhão de glória que cabe à Regente por este passo capital, cumpre distinguir entre a monarquia e a princesa” (LEMOS, apud PAIM, 1981, p. 19, v. 2).

Miguel Lemos, em 1889, afirmava que o *Centro Positivista Brasileiro* honrava-se por seguir e praticar, com a máxima fidelidade, os preceitos filosóficos, políticos e morais da filosofia positivista. É por isso que Lemos não admitiu que Silveira Martins, senador pela Província do Rio Grande do Sul, num discurso em que se

[38] Na ausência do Imperador do Brasil, D. Pedro II, pai da Princesa Isabel, ela, como regente, decretou a Lei Áurea.

ocupou do positivismo – e que segundo Lemos, ele o fez de um modo inexato e desfavorável – , julgasse que os republicanos seguiam a filosofia de Augusto Comte. “Como pensar que positivismo compactuar-se-ia com a exploração da massa proletária, base produtiva da nação?” Os positivistas admitiram, no documento *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a república brasileira* (LEMOS; MENDES, 1890), que atuaram no partido republicano, mas no sentido de fazer com que grande número de filiados se divorciassem das velhas e gastas propostas do governo parlamentar e adotassem a política ditatorial.

Defendendo-se da acusação ofensiva feita por Silveira Martins, Lemos disse a este senador que ele não tinha idéia clara, nem exata do que seria a política de Comte: “considerar os republicanos brasileiros como discípulos de Augusto Comte vai um abismo, que só pode ser transposto por quem desconhece de todo o Positivismo” (LEMOS, 1889, p. 2). Quem conhece a doutrina sabe muito bem que o ideal político de Comte era transformar o regime parlamentar, isto é, governo de uma ou mais assembléias, em Ditadura Republicana, na qual quem iria governar seria um chefe ditatorial que se limitaria a manter a ordem material, garantindo a plena liberdade espiritual e moral. Declarou, ainda, ser necessário formular uma constituição a ser submetida ao livre exame do público. A função do regime ditatorial (composta pelos poderes: executivo, judiciário e legislativo) seria transmitir o poder a um sucessor livremente eleito pelo ditador, sob sanção da opinião pública convenientemente consultada.

> Precisamos adotar uma organização política que assentando numa completa liberdade espiritual, institua um governo

> responsável, alheio à retórica, às ficções teológicas e metafísicas, ao processo absurdo das maiorias, à corretagem política, e à exploração, enfim, da massa proletária, base produtora da nação, pelos advogados, bacharéis, cientistas e letrados de todos os jaezes, o que constitui o pior dos absolutismos, porque é o mais degradante de todos. Não nos deixemos levar pela cega imitação das instituições vigentes neste ou naquele país; lembremo-nos de que cada nacionalidade tem uma feição própria que resulta do conjunto de seus antecedentes do Brasil (LEMOS, 1854, apud PAIM, 1981, p. 52, v. 2).

Depois de proclamada a República, o Apostolado contribuiu para fazer circular a idéia de Ditadura Republicana[39]. No intuito de ser implantado tal regime é que se divulgou o documento já mencionado, *Bases de uma constituição política ditatorial e federativa para a república brasileira,* elaborado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes e de acordo com as indicações de Augusto Comte sobre a organização política.

Como observa Paim (1981, p. 55, v. 2), o conteúdo de tal trabalho se encontra consignado principalmente no quinto capítulo da *Política Positiva,* no artigo *Apelo aos Conservadores*; nos projetos constitucionais elaborados, sob a inspiração de Comte, de 1848 a 1850, pela Sociedade Positivista de Paris, nas circulares anuais e, finalmente, nas cartas escritas aos seus discípulos. No referido material, foi exposto como a ditadura combinaria com a liberdade; como um governo forte e estável consegue oferecer garantias à manutenção da ordem e do progresso. Com este documento, formulado em títulos, artigos e parágrafos, os autores pretenderam, ainda, desmistificar todos os preconceitos em relação à palavra ditadura, “fazendo-a sinônima de arbítrio e tirania”. De acordo com Paim (1981, p.

[39] Segundo Paim (1981, p. 3, v. 5), quem “deu feição acabada” à ditadura republicana foi Júlio de Castilhos (1860-1903).

8, v. 2), este trabalho não foi uma elaboração teórica amadurecida, pois “ao mesmo tempo em que se advoga a presença de um ditador, em cujas mãos estivessem concentrados todos os poderes, extinguindo-se o Legislativo e existindo apenas uma assembléia orçamentária, preconiza-se o mais exacerbado federalismo”[40]. A avaliação de Paim pode ter fundamento, uma vez que foi formada uma Comissão de vinte e um congressistas para examinar o referido projeto e mesmo o *Apostolado* contando com o apoio de dois representantes, o de Julio de Castilhos (representante positivista do Rio Grande do Sul) e de João Pinheiro da Silva (representante de Minas Gerais), o documento não foi apreciado. Isto fez com que os positivistas ensaiassem uma alteração do texto. Contaram, na reformulação do projeto, com o apoio particular do Deputado João Pinheiro da Silva. O resultado foi um novo documento intitulado: *Representação enviada ao Congresso Nacional*, (LEMOS; MENDES, 1935), propondo modificações no projeto de Constituição apresentado ao Governo. O mesmo foi apreciado, mas novamente não obteve êxito.

Em nome das leis naturais, o *Apostolado Positivista* organizou uma circular intitulada *O ensino público e o despotismo sanitário*[41] apresentando-se contrário ao sancionamento do projeto de lei que responsabilizava o governo de manter os hospitais, asilos, orfanatos, creches, escolas primárias, entre outros. Segundo argumento de Mendes (1910, p. 3), este projeto de lei, aprovado pelos governos,

---

[40] Tal como ensina a doutrina positivista, um estadista deve aceitar somente por fé os princípios políticos positivos, é o mesmo caso que estamos sujeitos quando consultarmos um médico confiando no seu profissionalismo, isto é, depositamos toda nossa fé no seu conhecimento, sem darmos ao trabalho, na maioria das vezes, de verificar, a procedência profissional do médico. Foi seguindo os ensinamentos comtianos que o organizador republicano do Rio-Grande do Sul, Júlio de Castilhos conduziu a política, por fé, e mesmo não sendo aprovado o projeto positivista no Congresso adota a fórmula “Federação; Unidade; Centralização; Desmembramento.”

[41] Quando Mendes (1910, p. 2) afirma que as leis sanitárias formuladas durante a República são despóticas, ele o faz segundo o argumento de que os políticos abusam do poder que momentaneamente estão ocupando e formulam “decretos tirânicos, sob o pretesto de higiene”.

serviria tão somente para "*uzurpar a função moral da Mulher*, imaginando até que está ao alcance deles substituir a Família por instituições, que não pássão de *moletas sociais*". No início do documento, o grupo da *Igreja e Apostolado Positivista* fez um apelo ao Presidente da República para que não aprovasse a legislação. Observemos o argumento:

> A sociedade não é, felísmente, uma massa uniforme e passiva, que os arbítrios dos órgãos, fatalmente efêmeros, do governo, posso modelar caprichózamente. A sociedade é um organismo vivo, regido por *leis naturais*, superiores a todas as vontades, pretendidas divinas ou humanas (MENDES, 1910, p. inicial).

O grupo positivista, na luta para impedir que a mulher fosse inserida no processo de industrialização, com intuito de que ela continuasse cumprindo seu papel familiar e o homem, ao mesmo tempo, continuasse sustentando-a bem como "a Família, - que é o elemento natural da sociedade, e, portanto fatal, - se dezenvolva cada vês milhór" (MENDES, 1910, p. 3), fez um apelo ao Presidente[42]:

> Eis porque julgamos dever agóra limitar-nos a dirigir este apelo ao atual Prezidente da República e ao atual Prefeito, para que espúrguem a legislação brazileira, não só do novo decréto, como dos demais atos que vizão organizar aqui o despotismo sanitário. Nesse intuito chamaremos, mais uma vês, a atenção do Público e dos reprezentantes do Governo, para as condições sociais que constitúem as fontes de tais rezoluções (MENDES, 1910, p. 3).

E como evitar o descompasso social entre o empregador e o empregado? Na tentativa de alcançar melhorias sociais, o proletariado, reivindicando seus direitos, está cada vez mais empenhado em incorporar-se na sociedade moderna. As

[42] O presidente que governou o Brasil no ano de publicação desse documento, 1910, foi Nilo Peçanha (1909 - 1910).

famílias proletárias lutam para conquistar a ascensão social, seja por meio da formação de um filho no ensino superior, seja pela emergência no comércio, logrando um lugar na classe burguesa. Assim, ocorre a formação de uma burguesia, ou mediante enriquecimento obtido nas funções industriais e militares ou mediante as posições adquiridas com os diplomas acadêmicos. Em decorrência da posição materialmente favorável, conquistam um espaço aumentando a estatística da classe dominante.

O documento de Miguel Lemos, que utilizaremos a seguir, é uma de suas últimas intervenções, cujo título é: *A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensinamentos de Augusto Comte,* publicado em 1917.

Uma das preocupações do positivismo, segundo Miguel Lemos, é a solução do problema social dos proletários. Portanto, melhorar a situação do trabalhador brasileiro tornou-se um dos projetos positivistas para o Brasil. Mas será que se resolveria a situação emancipando o escravo? Afirma Lemos que não, pois esta atitude, para se solidificar, deve tomar dimensões maiores, a solução está na transformação da sociedade, e, para tal fim, é indispensável chamar a atenção tanto dos governos, quanto dos governados para este verdadeiro ponto de vista. “Isto quer dizer que não bastarão decretos governamentaes para solver as difficuldades; torna-se imprescindível à formação de convicções communs, que, reagindo sobre os sentimentos, modifiquem os actos” (LEMOS, apud MENDES, 1917, p. 3).

O momento histórico presente era delicado, segundo afirmação dos positivistas, porque estava chegando ao fim o processo de transição da sociedade antiga, que é teológica-militar, para a sociedade moderna, científica-industrial-pacífica, sendo que era de responsabilidade do grupo a incorporação do proletariado na nascente organização.

Miguel Lemos, fazendo uma apreciação desse problema político-social, esclareceu que, para alcançar o objetivo que desejavam, era preciso contemplar alguns itens, quais sejam: conhecer as leis sociais e adequá-las ao caso; examinar as condições de cada caso para determinar as medidas oportunas e ponderar, sem consideração de tempo, o assunto. Analisando estes itens, Miguel Lemos observou que o trabalho industrial é um fator fortemente contrário à solução altruísta do homem, pois cada um trabalha para si. “Resta, pois, investigar por que meio se opera a transformação de uma existência egoísta numa existência altruísta” (LEMOS, apud MENDES, 1917, p. 4).

Baseado nos ensinamentos de Comte, a possibilidade de tal transformação segue duas leis gerais, uma é subjetiva – refere-se ao homem – cada homem é capaz de produzir mais do que consome, a outra é objetiva porque refere-se ao meio, e pode ser resumida nesta frase: os materiais podem ser conservados além do tempo necessário para sua remoção. Entendemos, por esta teoria, que cada geração pode reservar para a seguinte o excesso de sua produção, e tal acumulação assegura o desenvolvimento altruísta da atividade. A teoria positiva sintetiza, neste sentido, a solução para a efetivação do altruísmo: “cada homem é capaz de produzir mais do que consome” (MENDES, 1917, p. 5). Podemos dizer

que é dessa lei comtiana que originou-se a aspiração universal de Comte: “viver para outrem”.

Mas cabe ao positivismo fazer uma ressalva quando afirma que a origem do capital é social e, sendo assim, o seu destino também deverá ser social. Causa espanto essa afirmação de Miguel Lemos, uma vez que o princípio positivista é pela manutenção da propriedade privada e da classe burguesa. Esclarece o positivismo que há, sim, a necessidade da concentração de capitais, pois é indispensável à eficácia do emprego coletivo, mas o lucro deve ser destinando aos possuidores de capital que oferecem os instrumentos de produção e que consagram à manutenção do agente[43], reservando-lhe uma quota determinada.

> [...] o positivismo erige em princípio moral o respeito da propriedade em mãos de quem estiver, salvas as excepções por demais evidentes para serem especialmente mencionadas. A questão não está em saber em que mãos se acha o capital humano, e sim quaes os meios de moralizar o emprego pelo actual possuidor. Ora, para isto, será sufficiente a pressão de uma opinião pública, fortemente organizada, isto é a existência de uma doutrina aceita por todos e de um poder pronunciado em nome desta doutrina, sem meios materiaes de coação. (MENDES, 1917, p. 5).

Encontramos outras discussões políticas baseadas nos ensinamentos de Comte no artigo *As constituições de 14 de julho e de 10 de novembro*. A Constituição de 14 de julho de 1891 foi posta em prática no Rio Grande do Sul, e seu autor foi Julio de Castilhos. No conceito de Miguel Lemos foi “a mais adiantada do

[43] O agente pode ser comparado ao gerente administrativo dos nossos dias. É um homem de confiança da indústria, sendo portanto escolhido e nomeado a esta função. Foi o positivismo que sistematizou, de acordo com seus princípios hierárquicos, o cargo de agente, que tem sob sua responsabilidade a coordenação da indústria para que ela funcione naturalmente.

Ocidente" (GONÇALVES, 1963, p. 33). A data refere-se ao aniversário da tomada da Bastilha, que é comemorada na França.

Afirma Gonçalves (1963, p. 7) que Júlio de Castilhos,

> Como estadista, tipo pratico não lhe cabia fundar doutrinas, e sim aplicar ao cazo particular do Estado que dirigia, a que escolhesse, entre as que via em torno de si, após maduro ezame. Nisso está sobretudo seu mérito de Chéfe de Governo, na força cerebral e no civismo com que soube orientar na aplicação da política de previsão.
>
> Quanto a éssa aplicação mesmo, deve ainda a felicidade de encontrar o problema imensamente facilitado pelo fato de havêrem já os Apóstolos pozitivistas brasileiros, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, aprezentado suas *Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a República Brazileira*.

Este opúsculo de C. Torres Gonçalves[44] foi escrito a propósito de uma conferência realizada no Departamento de Imprensa e Propaganda por Pedro Vergara. O objetivo foi conciliar o regime ditatorial e a liberdade. Neste sentido, o texto foi organizado com os seguintes itens: família; liberdade de profissões; liberdade de indústria; continuidade governamental; poder legislativo; incorporação do proletariado à sociedade; república federativa; apologia da violência e governo forte. Faremos a seguir alguns comentários sobre os mesmos.

A formulação teórica de Comte a respeito do item família é com respeito à palavra educar, tal é a importância atribuída à educação materna que ela é compreendida como a base da regeneração social, portanto deve iniciar-se desde a concepção

[44] C. Torres Gonçalves, engenheiro, foi membro da Igreja Positivista do Brasil. Quando escreveu este artigo, em 1963, gozava da aposentadoria da Secretaria das Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

da criança. Augusto Comte chega a afirmar que a educação é “o motor de tudo, aos sentimentos, à formação do coração, missão própria da Mulher, especialmente da mãe”. A educação do indivíduo deve abranger os órgãos espirituais, morais, e intelectuais, portanto é de responsabilidade exclusiva da mãe, do sacerdote, médicos, professores, artistas, escritores e dos chefes de Estado. E este assunto não deveria ser levado à Constituição, pois, segundo os positivistas, o legislador deve assegurar o respeito à livre concorrência das doutrinas.

Com relação à liberdade de imprensa, relata a Constituição de 14 de julho, no artigo 71, que a manifestação do pensamento pela imprensa é livre, mas deve responder pelos seus crimes no exercício dessa liberdade. Não é permitido o anonimato. Ainda no artigo 71, garante o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial, mas não admite que se privilegie os diplomas escolásticos ou acadêmicos, beneficiando-se dos serviços do Estado.

No que diz respeito à liberdade de indústria, a Constituição de 14 de julho garante que nenhuma espécie de trabalho na indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado.

Em relação à continuidade governamental, segundo Augusto Comte, é a hereditariedade sociocrática que deve garantir a continuidade. Aceitando esta idéia, os positivistas lutam para implantar um presidente vitalício com o direito de escolher o seu sucessor. E ainda afirmam, um governo ditador não significa déspota, uma vez que o ditador é assistido por três ministros: dos negócios do

interior, justiça e polícia; dos negócios do exterior e guerra e dos negócios da fazenda e obras públicas. Mas não há, na Constituição de 14 de julho, política nenhuma que garanta a vitaliciedade. Os governos deverão ser eleitos por um período de cinco anos, podendo ser reeleitos e conferindo ao Presidente a escolha de seu vice; no impedimento ou falta deste, a presidência escolherá um dos três Secretários de Estado, revelando, nessa disposição, em certo grau, a continuidade sistematizada por Augusto Comte.

Esta mesma Constituição assegura ao Presidente do Rio-Grande do Sul o poder de legislar nos termos essencialmente das Bases Constitucionais do Apostolado Positivista do Brasil. O projeto de lei do governo deve ser exposto à apreciação pública e, no prazo de três meses, deverão ser feitas as mudanças de acordo com os critérios que o governo julgar procedente.

Referimo-nos agora à incorporação do proletariado à sociedade. Segundo a Constituição de 14 de julho, os proletários, sem distinção de profissão, devem ter os mesmos direitos contribuindo para a dignidade do trabalhador. Assim, segundo a ordem positivista, as mesmas vantagens que tem um funcionário público deverá ter um simples jornaleiro, por exemplo. Tem também o direito assegurado pela Constituição de 14 de julho, a livre manifestação das opiniões trabalhistas, sendo admitidas as greves, desde que sejam em legítima defesa contra os abusos impostos pelo patrão, e se esta for pacífica, é considerada um recurso normal. A intervenção policial, nos casos de haver greve, só é aceita quando há depredação do patrimônio material como forma de protesto dos grevistas, fora disso só pode

intervir, como mostra Comte, o sacerdócio com a função de regular as relações entre as partes.

O autor C. Torres Gonçalves, no mesmo artigo, recuperou quais os grupos que o governo representa politicamente na sociedade, explicando que o “governo forte” representa qualquer cidadão igualmente, da mesma forma que o indivíduo controla as forças por ele representadas: sentimento, inteligência, caráter. As forças espirituais[45], as quais o governo mantém, agem sobre os homens no sentido de desenvolver seus sentimentos, sua fé. Há o poder político que atua sobre os homens, para coordenar a atividade industrial, a fim de adaptá-los às exigências do trabalho agrícola, fabril, comercial e bancário, uma vez que é a atividade industrial que assegura o desenvolvimento material da sociedade. A direção industrial cabe aos agricultores, fabricantes, comerciantes e banqueiros, e tanto a direção espiritual quanto a industrial precisam de força. A primeira precisa, por exemplo, da força moral e da força intelectual do sacerdócio, a segunda da força, sobretudo material, a riqueza. O discurso político é de que, para que estas forças se desenvolvam, é indispensável que o governo organize-as, impondo regras socialmente aceitáveis, seu dever para que ocorra equilíbrio material das sociedades. E a solução política, aconselhada por Comte, é um governo que concilie a força de um regime ditatorial com a liberdade republicana, resumindo, a implantação da Ditadura Republicana que é o que desejavam os positivistas.

[45] Já mencionadas anteriormente, são representantes espirituais: os padres, médicos, professores, artistas, escritores, as mães, e todos eles trabalham numa mesma direção, a educação.

Este ideal foi concretizado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. Ele, que foi adepto dos ensinamentos de Comte desde os estudos superiores, levou suas idéias à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul ao ocupar o cargo de deputado nos primeiros anos da República, durante o governo do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

Se conferirmos a *Constituição de 14 de julho* de 1891 com o documento *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a república brasileira*, elaborado pelo *Apostolado Positivista*, perceberemos semelhanças entre ambos os documentos. C. Torres Gonçalves afirma que o Código Político de Julio de Castilhos tem as mesmas características do documento do Apostolado, que foi indeferido pela Assembléia convocada pelo governo para avaliação da mesma. “Em diversos de seus artigos e parágrafos, frases inteiras têm a mesma redação dos equivalentes das Bases, e todo o contexto denuncia a influência destas” (GONÇALVES, 1963, p. 29). É marcante a defesa da frase comtiana ordem e progresso na *Constituição de 14 de julho.*

Apesar de Julio de Castilhos[46] ser simpatizante das obras de Augusto Comte, não somente sob os aspectos filosóficos e políticos, mas também religioso, sua morte, a 24 de outubro de 1903, não permitiu que soubéssemos se sua adesão voltar-se-ia para o grupo ortodoxo.

[46] Júlio de Castilhos foi o primeiro governador eleito do Rio Grande do Sul após a Proclamação da República. Foi deputado federal em 1890 e participante da Constituinte de 1891. Era advogado, formado pela *Faculdade de Direito de São Paulo.*

3.3 BRASIL: DOS CURSOS SUPERIORES AOS PROJETOS PARLAMENTARES DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A história educacional do Brasil foi prejudicada por Portugal desde os primeiros anos da colonização brasileira. O atraso cultural teve início com a proibição pela metrópole da circulação de livros impressos. Como afirma Rossato (1998, p. 109), Portugal manteve “durante longo tempo a determinação de não permitir a expansão das instituições de ensino como forma de controle sobre a colônia”.

A ausência de instituições superiores no Brasil foi estabelecida como estratégia portuguesa no momento da colonização. Assim, conservava os jovens brasileiros centralizados na Universidade de Coimbra, o que impedia que os jesuítas conseguissem o reconhecimento do governo português, do curso de filosofia e ciências no nosso país. É o que afirma Cunha:

> [...] Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil,.de modo a manter a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes. De um lado, a coroa concedia bolsas para brasileiros irem estudar em Coimbra, mas não queria que esses estudos fossem feitos aqui. Em 1800, por exemplo, a coroa instituiu, como prêmio, quatro bolsas de estudo para jovens brasileiros em Coimbra: duas em matemática, uma em medicina e outra em cirurgia. Por outro lado, em resposta a um requerimento com a pretensão de se instalar um curso de medicina na região de Minas, disse o Conselho Ultramarino, em 1768, fundamentando a negativa, que ‘um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias, era a necessidade de vir estudar a Portugal’ (CUNHA, 1980, p. 12).

Em relação ao desenvolvimento de instituições superiores no Brasil, segundo afirmação de Cunha, Portugal não só desestimulou-o, como também proibiu sua criação. Assim, todas as famílias abastadas, desejosas de ter um filho letrado ou um filho padre, destinava-o à educação jesuítica.

Até a expulsão dos jesuítas em 1759, era de responsabilidade dos padres formar os primeiros bacharéis e letrados do Brasil. Preparavam também, para os estudos superiores em Coimbra, todos os jovens que optassem pela carreira de Direito ou de Medicina.

O máximo que a metrópole ofereceu para a sua colônia foi o estabelecimento de cursos superiores de Filosofia e Teologia. Este foi o veículo mais eficaz de irradiação das idéias e dos métodos dos jesuítas no Brasil. Foi, portanto, a Colônia, desde o século XVI até o século XVIII, sendo modelada por uma educação ministrada exclusivamente pelos jesuítas.

O Brasil-colônia sofreu, assim, um enorme atraso cultural, já que restava apenas a instrução dos colégios dos jesuítas, considerados os únicos mestres do Brasil. Estes encontraram um campo inteiramente livre e exclusivo para transmissão dos seus ensinamentos pedagógicos, ocorrendo um verdadeiro monopólio do ensino.

Segundo Romanelli (1991, p. 132), o ensino superior no Brasil foi criado entre os anos de 1808 a 1821, durante a permanência da família real portuguesa no nosso país. De acordo com Cunha (1980, p. 14), ensino superior “é aquele que visa ministrar um saber superior”. Este ensino, no Brasil, foi oferecido por instituições que recebiam denominações de acordo com os períodos, sendo assim conhecidas

como: aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias, faculdades, até chegar às universidades. O referido autor traz esse processo de periodização da historiografia do ensino superior a partir do século XVI até chegar às tentativas de criação de universidades no século XIX. Vejamos.

A primeira instituição superior no Brasil foi fundada pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Em 1553, houve a criação dos Cursos de Artes[47] e Teologia[48], conhecidos como ensino superior, que funcionavam nos colégios[49] e seminários dos jesuítas da Bahia. Em 1808, época em que o Brasil ainda era colônia, criou-se um novo sistema de ensino superior, conhecido como segundo período, que se iniciou pela transferência da sede do reino para o Rio de Janeiro, estendendo-se até 1889. Assim, a partir de 1808 no Brasil, foram criadas cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais. A Bahia, juntamente com Rio de Janeiro, foram as primeiras províncias contempladas com o Curso de Medicina[50], dois anos depois, o Curso de Engenharia[51] foi criado no Brasil sendo este ministrado na *Academia Militar* do Rio de Janeiro.

---

[47] O curso de artes, segundo Cunha (1980, p. 28), também conhecido como curso de ciências naturais ou curso de filosofia, tinha duração de três anos, ensinava-se: lógica, física, matemática, ética e metafísica. Aristóteles era o principal autor estudado. Esse curso conferia os graus de bacharel e licenciatura.

[48] O curso de teologia, com duração de quatro anos, conferia o grau de doutor. No currículo, tinha duas matérias básicas: teologia moral e teologia especulativa.

[49] No total foram 17 colégios fundados pelos jesuítas no Brasil-colônia, sem a finalidade exclusiva de preparação de sacerdotes. Como afirma Paiva, "desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ler, escrever e contar e dançar [...]. O colégio, contudo, era o grande objetivo, porque com ele prepararam novos missionários. Apesar de, inicialmente, o colégio ter sido preservado para os índios – 'os que hão de estar no Colégio hão de ser filhos de todo este gentio' -, já em 1551 se dizia: 'este colégio [...] será bom para recolher os filhos dos gentios e cristãos para ensinar e doutrinar' (PAIVA, 2000, p. 61).

[50] "Em 1813, as cátedras independentes de Anatomia e de Cirurgia foram reunidas a outras, recém-criadas, e deram origem às academias de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, que hoje fazem parte das universidades federais existentes nesses estados" (CUNHA, 2000, p. 154).

[51] "Foi somente em 1874 que o ensino de Engenharia passou a ser realizado em estabelecimentos não-militares e voltado para objetivos não-bélicos. Nesse ano, a *Escola Central* passou para a administração do ministro do Império, com o nome de *Escola Politécnica*, destinada ao ensino de Engenharia 'civil', a qual, hoje, faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro" (CUNHA , 2000, p. 154 - 155).

Em 1827, o imperador Pedro I acrescentou o curso jurídico, completando o quadro de cursos superiores no Brasil: Medicina, Engenharia e Direito, este último foi instalado em Olinda e São Paulo. As faculdades brasileiras ficaram conhecidas por uma característica: serem faculdades isoladas. Assim, à medida que outras foram fundadas, como as de Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras, todas seguiram a regra, ou seja, eram isoladas.

No terceiro período, que se iniciou no governo provisório do Marechal Deodoro, terminando com o governo de Vargas em 1930, afirma Cunha (1980, p. 16) que a "política educacional positivista" constituiu o seu primeiro marco divisório. Primeiro, foi quando o ensino de Engenharia deixou de atender aos fins militares e bélicos e passou a atender a prosperidade da economia cafeeira fazendo os projetos para a construção de estradas de ferro. Assim, no ano de 1874, o Curso de Engenharia, que até então era oferecido na *Escola Central*, passou a ser realizado pela *Escola Politécnica*, ganhando a denominação de Engenharia Civil, a qual, hoje, faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Outros fatores marcaram a influência do positivismo no Brasil. Na história do ensino superior, destacam-se: a atuação de Benjamin Constant como Ministro da instrução, correios e telégrafos, em 1890 e 1891; a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a decretação do Estatuto das Universidades

Brasileiras em 1931, quando se encerra a influência do positivismo na orientação das questões do ensino superior[52].

Em relação à instituição universitária, verificamos que, apesar da idéia de se criar uma universidade ter surgido já no ano de 1583, por causa da proposta de transformar o *Colégio da Bahia* em universidade, segundo Loureiro (s.d.), foi somente a partir do século XIX, em 1823, que se iniciaram os discursos em torno da questão da universidade na Assembléia Constituinte Brasileira[53]. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo[54], considerado pela autora como patriarca do Ensino Superior no Brasil, apresentou a seguinte indicação em 14 de julho de 1823: "Proponho que no Império do Brasil se crie quanto antes uma Universidade, para assento da qual deve ser preferida a cidade de São Paulo" (LOUREIRO, s. d. p. 432). Apesar deste projeto ter sido aprovado em plenária em 4/11/1823, desapareceu na voragem da dissolução da Constituinte no dia 12 do referido mês. Embora várias tentativas foram feitas para sua viabilização, não foi possível sua realização no período Imperial. Criou-se o governo republicano, e o primeiro projeto de criação de Universidades, defendido na República, foi de autoria do Deputado Pedro Américo em 1892.

Dos vários debates em torno da reforma da instrução pública em 1870, sintetizamos as informações relevantes ao tema, ou seja, centralizamos, para este momento, somente os discursos voltados à reorganização da instrução pública,

---

[52] Ver CUNHA, L. A. *A universidade temporã*: o ensino superior da colônia à era de Vargas.
[53] Trata-se da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil que, embora prevista desde 3 de junho de 1822, só teve sua sessão solene de abertura realizada no dia 3 de maio de 1823, no prédio da Cadeia Velha do Rio de Janeiro.
[54] Foi historiador, político e deputado na Constituinte de 1823. A 24 de novembro de 1825, foi nomeado Ministro do Império, mas não chegou a ocupar o cargo.

pois é no contexto desse debate que entra a discussão da criação da universidade.

O Ministro do Império, Paulino José Soares de Souza, numa sessão realizada na Câmara dos Deputados em 6 de agosto de 1870, expôs, como pauta, a discussão da reforma da instrução pública, lembrou à Assembléia as vantagens que o Império obteria se criasse uma universidade, no entanto, já que tais vantagens eram de conhecimento de todos, não as mencionaria. Afirmou o Ministro ser de grande importância a concretização desse projeto para o futuro da instrução superior. Diante da polêmica de que o ensino superior atendia tão somente às classes médias, havia o discurso de que tanto a classe proletária quanto a classe média iriam ter vantagens: a primeira por usufruir os serviços dos futuros profissionais, uma vez que todos precisam de médicos, advogados, engenheiros, entre outros; e a segunda, por ter acesso à universidade, caracterizando assim o que Mendes chama de “classe privilegiada”. Paulino de Souza, em relação ao assunto de que somente uma classe obteria vantagens, fez sua defesa justificando que a instrução superior não tinha o caráter de privilégio, somente uma classe era beneficiada pelo fato de que não se conseguia desenvolver a inteligência em todas as classes. Paulino de Souza expõe outra justificativa para que o custeamento do ensino superior passasse a ser de responsabilidade do Estado: é neste grau de ensino que serão formados os cidadãos para a vida pública.

> Julgo de grande alcance para o futuro da instrução superior no Império a creação de uma universidade nesta côrte. Proponho-a, incorporando nela a faculdade de medicina aqui existente e a escola central, verdadeira faculdade de sciencias, às quaes

> addiciono um nova faculdade de direito e de theologia, da qual poderá partir impulso ao progresso intelectual do nosso clero.
> [...] O contato dos estudantes das diversas faculdades entre si, a troca de idéias e de impressões contribue grandemente para insensivelmente avultar o cabedal de cada um, estimular-se a curiosidade, e gerarem-se as mais felizes disposições com o grande proveito para todos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 6/8/1870, p.73).

Segundo Paulino de Souza, caberia ao Estado oferecer meios para a liberdade de aprendizado dos alunos, acrescentando que não se deveria exigir como ocorreria o aprendizado ou com quem e onde devessem aprender; em resumo, ele abominava a idéia de se ensinar um conteúdo que fosse exigido e monitorado pelo governo. O importante para o ministro seria que se aprendesse independente de ter ou não freqüentado uma instituição escolar. Por isso, o governo deveria dar o direito de prestar exames no final do ano[55] sem ter freqüência escolar, a única exigência seria de que eles se sujeitassem a exames pelas escolas superiores. Para que sua proposta fosse considerada, Paulino de Souza usou do seguinte argumento: "Não existem em nossas faculdades cursos particulares nem complementares; o aluno não tem quem lhe ensine senão o lente que está regendo a cadeira da matéria que tem ele de estudar" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 6/8/1870, p.73).

Ainda na defesa da criação de uma universidade, o Ministro afirmou que o dinheiro gasto com a instrução pública "é um empréstimo feito ao futuro, que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporções indefinidas" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 6/8/1870, p.75). O investimento feito em educação, segundo o

[55] "A admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada, desde 1808, à aprovação nos chamados 'exames de estudos preparatórios' (ou simplesmente, 'exames de preparatórios'), prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato" (CUNHA, 2000, p. 155).

Ministro, levaria o país à civilização. Desenvolver a intelectualidade da população seria a construção de uma nação sob uma base resistente. Fez Paulino de Souza, em seguida ao seu argumento, dois pedidos: um para a construção do edifício para a universidade e outro para ir levando a efeito os outros melhoramentos da instrução pública. Em relação ao primeiro pedido, fez um relatório de onde poderiam retirar a verba para empregar na construção do edifício da universidade.

Mas este projeto não foi bem visto na Câmara dos Deputados, houve logo quem o rebatesse. Temos para esta fundamentação, o discurso do Senador Zacarias de Góes e Vasconcellos[56] realizado na sessão do dia 24 de agosto de 1870. Este senador destacou algumas colocações realizadas por Paulino José Soares de Souza em relação à criação de uma universidade, fazendo suas críticas. Afirmou que se o Ministro tinha urgência em pôr em prática sua idéia de construção do edifício para instalação de uma universidade, então que "peça ao corpo legislativo uma quantia suficiente, e não deposite as suas esperanças nos subsídios dos deputados e senadores que não comparecerem às sessões!"[57] (ANAIS DO SENADO, 24/8/1870, p. 182). Outro questionamento feito por Zacarias ao projeto de Paulino de Souza foi por não ter exposto sua idéia anteriormente. Afirmou, neste sentido, que ele poderia ter levantado algumas idéias e reflexões sobre o ensino superior no ano passado, na ocasião de seu relatório, mas não o fez e, agora simplesmente, vem de surpresa com este projeto desnecessário para o momento:

---

[56] O Senador Zacarias Góes e Vasconcelos foi o primeiro governador da Província do Paraná em 1850.
[57] Retirar os subsídios dos políticos faltosos nas sessões foi uma das propostas do Ministro Paulino de Souza.

> [...] Era o ensino primário que o nobre ministro devia dedicar-se principalmente, solicitando do corpo do legislativo todo o auxílio e cooperação possível, e não principiar pelo ensino superior, cujas necessidades certamente não são da mesma urgência" (ANAIS DO SENADO, 24/8/1870, p. 181).

Argumentou, ainda, que Paulino de Souza, ao pleitear o projeto de criação de uma universidade no Império, começara pelo fim, pois, segundo Zacarias, o que era necessário no momento era ensinar o povo a ler e escrever, porque, unindo o talento a este conhecimento, a vida profissional do homem seria próspera.

> [...] Se o povo soubesse ler, Sr. presidente, e lesse os pedaços de ouro do discurso do nobre ministro, se notasse à theoria das duas entidades constitucionais do honrado ministro, poderia avaliar melhor os negócios do império. Mas se não sabe ainda lêr, porque crear-se já uma universidade? Isto é começar pelo fim, e não pelo princípio. O que é urgente é o ensino primário com todo o vigor, mas o nobre ministro não faz isto... (ANAIS DO SENADO ZACARIAS, sessão 24/8/1870, p. 181).

Zacarias observou ainda que não havia necessidade de criar uma universidade uma vez que já existia um grande número de bacharéis e doutores: "a necessidade nacional urgente, é a difusão do ensino primário, e não a do ensino superior. O melhoramento do ensino superior pode esperar mais opportuna occasião" (ANAIS DO SENADO, 24/8/1870**,** p. 181).

Após a oposição do Senador Zacarias ao projeto do Ministro Paulino de Souza, este respondeu a alguns de seus argumentos, para impedir que se levasse adiante a oposição à criação de uma universidade no Senado. Foi feito, para isso,

um outro discurso de autoria de Paulino de Souza, o qual foi proferido na sessão de 26 de agosto de 1870:

> Pareceu ao nobre senador que amesquinhei a grande idéia da creação de uma universidade, propondo que o edifício fosse construído com as sobras do orçamento do ministério do Império. É verdade que pedi só isto: mas porque? Porque digo-o ingenuamente: receiei ir mais longe. A instrução pública tem sido até hoje a engeitada dos poderes públicos (*apoiados*) e se eu me tornasse exigente, podia achar embaraços e nada obter. Entretanto, quando se discutir o projecto, não duvidarei aceitar emendas ampliando aquelles meios, bem entendido, conforme forem ellas (ANAIS DO SENADO, 26/8/1870, p. 5).

Paulino de Souza criticou a posição assumida por Zacarias, afirmando que a análise do projeto de instrução pública e do projeto de reforma eleitoral, feita por este senador, foi superficial. Ele simplesmente fez crer que o projeto de criação de universidade seria uma idéia individual, assim como em relação ao projeto de reforma eleitoral, criticou dizendo que “não tinha o cunho do partido liberal”. A resposta de Souza para este comentário foi de que, com relação ao ensino, não lhe importava outra coisa a não ser o adiantamento intelectual da nação e completou:

> Seja, porém, ou não de partido liberal ou do partido conservador, ou aceito individualmente por alguns ou muitos liberaes, é que tão essa a que não dou muito alcance. A questão é se o projeto satisfaz. As idéias não são prioridade de ninguém (apoiados); o paíz não quer saber de que lado vieram: o que lhe interessa é ver realisado o melhoramento da legislação, pouco lhe importando que estes ou aqueles sejam d’el e os operarios(sic) (ANAIS DO SENADO, 26/8/1870, p. 4).

Ainda em relação à análise do projeto de instrução pública e do projeto de reforma eleitoral, Paulino de Souza, no discurso de 29 de agosto de 1870, argumentou que o país estava, neste processo eleitoral, dividido em dois partidos, o progressista e o liberal. O primeiro fundiu-se ao partido liberal em 1868, seja por ter as mesmas razões políticas, seja por ter as mesmas idéias. O questionamento de Paulino de Souza para com esta atitude foi de que, se o motivo de tal união fosse realmente a compatibilidade de idéias, isto não aconteceria com todos os integrantes do partido progressista, então como explicar a adesão total do partido? Existiu uma razão política?

Paulino de Souza (ANAIS DO SENADO, 1870, p. 5) na sessão 29 de agosto, informou que os liberais ficaram conhecidos pela tradicionalidade e “pureza de suas crenças”. Em relação aos progressistas, disse acreditar que, mesmo tendo abandonado suas idéias, eles não renunciaram a suas crenças, pois acreditavam que esta não seria a postura correta do homem político. Saraiva, senador da Bahia, deu seu parecer a este discurso de Paulino de Souza explicando que os partidos transformam-se com o tempo em presença de novas necessidades que surgiram na sociedade.

Nos projetos citados, ambos os parlamentares estão de acordo somente no que diz respeito ao ensino obrigatório. Assim, garante o senador Zacarias pretender vê-lo realizado, e completa Paulino de Souza que a obrigação do ensino é uma das primeiras condições da liberdade, diferente do que se pensa, ou seja, que possa ser uma violência.

> [...] Os paes teem o dever de educar os filhos, e no que consiste essa educação [...] comentando taes palavras do codigo civil francez: 'Educar os filhos é: 1, formar-lhe o coração e desenvolver-lhe a inteligência, regular-lhes os hábitos e os costumes; 2, dar-lhes o gênero de instrução conveniente á sua fortuna e condição social' (ANAIS DO SENADO, 26/8/1870, p. 4).

Mencionada a liberdade de ensino por Paulino de Souza, novamente Zacarias vai indagá-lo. Queria saber como ele pretendia estabelecer a liberdade no ensino superior, se o Ministro não tinha receio da pouca aplicação da mocidade. A resposta foi negativa, argumentando Paulino de Souza que os alunos, com exceção é claro de alguns poucos, aplicam-se aos estudos com vontade, tendo um verdadeiro interesse pela ciência. Isto significava, completou o ministro Paulino de Souza, que o quadro educacional estava melhorando, e que havia de melhorar ainda mais com a liberdade de ensino.

Novamente Zacarias contesta a criação de uma universidade na sua próxima sessão realizada em 30 de agosto de 1870**,** dizendo que o projeto do Ministro Paulino de Souza, apesar de ter sido grandioso, não haveria de ser posto em prática diante da fartura de diplomas expedidos pelas faculdades existentes. Diante do quadro exposto por ele, perguntou como, então, criar uma universidade. Ele afirmou ser necessária a existência de tal instituição, mas quando as circunstâncias assim o permitissem: "Approvo que o nobre ministro inculque à apreciação das câmaras essa idea; quizera que a fosse alcançada nos relatórios para ser considerada pelos seus sucessores até que seja realisada em melhores tempos" (ANAIS DO SENADO, 30/8/1870, p. 6).

Zacarias, ao constatar que os jovens saiam dos bancos das academias, principalmente aqueles formados em direito e, sem antes ter prestado serviço algum, buscavam governar e elaborar leis, afirmou que: “Um pergaminho é tudo nesta terra, em que é preciso ser bacharel para ser alguma cousa” (ANAIS DO SENADO, 30/8/1870, p. 6). Para evitar essa realidade, o Senador sugeriu ser necessário dar uma direção aos cidadãos, uma orientação que atendesse aos interesses da sociedade. Sugeriu, ainda, ser preciso valorizar o trabalho em todas as suas manifestações, mesmo aquele que aparentemente o pareça ser humilde, pois o que mais honra o homem é o trabalho.

Incomodado com a insuportável concorrência de bacharéis que a projetada universidade viria a fabricar, Zacarias denunciou que os pretendentes às vagas dessa instituição atuavam fortemente sobre os ministros, através da ligação via parentesco ou amizade. E para ocupar essa leva de bacharéis, era preciso nomeá-los aos cargos públicos. Para isso, era preciso convencer que esses jovens recém-formados tinham grande talento.

Foi sob este ponto de vista que Zacarias externou sua indignação com relação à criação de uma universidade no Brasil. Segundo ele, colocado em prática, este projeto apenas aumentaria a estatística de formados e empregados, fazendo surgir empregos públicos desnecessários para o momento, mas que representavam, no processo político, votos garantidos. Seu posicionamento nesta frase é muito claro: ”Uma universidade é um foco de luz’. Ora, ahi está a dúvida, e é, se será um novo foco de luz brilhante, ou um novo foco de luz amortecida, se não de trevas...” (ANAIS DO SENADO, 30/8/1870, p. 7).

Apesar dos inúmeros projetos e tentativas de criação de universidades no Brasil, o país finalizou o século XIX sem contar com esse tipo de instituição. Pelo exposto neste capítulo, vimos que a correlação de forças entre os grupos que defendiam a universidade e os que a consideravam desnecessária foi favorável a esses últimos, entre os quais, como veremos no item a seguir, encontravam-se os positivistas.

Na verdade, a partir de 1870, católicos, liberais e positivistas enfrentaram-se em diversas questões importantes para o Brasil. Mas, como afirma a maioria dos historiadores, as diferenças ideológicas entre esses grupos eram muito tênues, embora decisivas em alguns momentos. Como, por exemplo, em relação ao projeto de criação de uma instituição universitária no país.

> É possível,assim, entender as afirmações de um especialista sobre o tema[58] a respeito das posições assumidas por esses grupos diante da educação superior. Os partidários da absoluta liberdade de ensino, sonhando inclusive com a eliminação das funções educativas do Estado, eram um grupo formado por positivistas, grande parte dos católicos e a maioria dos liberais. Para os liberais, a universidade era sinônimo de centralização e monopólio, entendida como uma instituição do passado, superada pelas necessidades e aspirações do presente. Para certas correntes liberais, o absolutismo e a monarquia de direito divino eram o pano de fundo da instituição universitária. Aos católicos, não interessava a intromissão do Estado na esfera universitária. Os positivistas engrossavam essas fileiras, pois para eles criar universidades era caminhar contra a história. Para uma doutrina que propunha até mesmo a supressão do ensino superior oficial, a universidade reforçava privilégios odiosos. As universidades, para eles, simplesmente reproduziriam o conhecimento dos bacharéis, que lhes pareciam inúteis e atrasados. De todo modo, como já se assinalou, as faculdades de direito foram importantes, no século XIX brasileiro, como formadoras dos segmentos políticos que dirigiram o país. Os positivistas se constituíram no grupo mais homogêneo e coerente na permanente crítica à fundação de universidades no país (PRADO, 1999, p. 108 - 109).

[58] A autora refere-se ao seguinte texto de Roberto Romano. *Brasil*: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

3.4 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA OPOSIÇÃO DE MIGUEL LEMOS ÀS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL

No livro A *Universidade Temporã*, Cunha afirma que é lamentável que o Brasil tenha passado o período colonial sem uma universidade, sendo que a primeira da América Latina[59] foi fundada em 1538 na ilha conhecida como São Domingos onde Colombo iniciou contato com o Novo Mundo. Alguns teóricos expressam o desejo de termos sido colonizados pelos espanhóis na esperança de que, assim, teríamos uma universidade antes da Independência, uma vez que a população espanhola tinha muito mais letrados do que Portugal, o que facilitava a transferência de recursos docentes para as colônias.

No século XVI, a Espanha contava com oito universidades, a *Universidade de Salamanca* possuía seis mil alunos e 60 cátedras[60], o que lhe dava o título de grande porte, enquanto Portugal[61] dispunha de apenas uma universidade, a de *Coimbra*, surgindo posteriormente a *Universidade de Évora* considerada de pequeno porte, que, com a expulsão dos jesuítas, decretada pelo Marquês de Pombal, foi extinta, restando somente a *Universidade de Coimbra.*

Explica Cunha (1980, p. 12) que o aparecimento tardio da universidade no Brasil foi porque Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior neste país,

---

[59] Mais informações sobre as universidades fundadas nas Américas ver ROSSATO, 1998, p. 71-72.
[60] "Sofrendo a benéfica influência do Humanismo, *Salamanca* contava, entre 1566 e1569, 7.832 alunos, 60 cátedras das quais 29 inamovíveis providas através de concursos públicos. [...]" (LOUREIRO, s.d., p. 144).
[61] A primeira universidade fundada em Portugal foi em 1288 em Lisboa, sendo transferida para Coimbra em 1308. Após passar por reformas e ampliações e mais algumas transferências ocorridas no reinado de D. João III, fixou-se definitivamente em Lisboa em 1537. A segunda universidade portuguesa foi fundada em Évora, 1553 (ROSSATO, 1998, p. 59).

concedendo bolsas para brasileiros irem estudar em Coimbra, mesmo porque esta foi uma das táticas que sustentou a dependência das colônias, mas ressalva o autor que tal argumento pode ser combatido por “fatos que o dissolvem”.

Neste debate outros autores também seguem esta justificativa para explicar o retardamento da universidade brasileira. Maria de Lurdes de A. Fávero, por exemplo, baseada nas informações de Moacyr Primitvo, 1937, v. II revela a forte:

> [...] resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero no País, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para fazer estudos superiores (FÁVERO, 2000, p. 17, v. 1).

Já Rossato (1998, p. 70) explica que em nada Portugal favoreceu o processo de criação de universidades no Brasil.

O debate em torno da criação de universidades no século XIX, informa- nos Paim (1981, p. 9), iniciou-se envolvido no movimento que reclamava a reformulação do ensino superior. O discurso era de que o ensino superior limitava-se à formação profissional, portanto era necessário dar a este grau de ensino o caráter de pesquisa científica, de modo a concebê-lo como um centro de elaboração do saber. Em contrapartida a esta defesa, esteve a elite dirigente, pós-Independência, que não vendo vantagens na criação da universidade dispensou-a, afirmando que tal instituição era desnecessária uma vez que “a ciência já estava feita”. Foi a esta tradicional justificativa que aderiram os positivistas, reforçando a tradição ao afirmar a mesma frase.

De acordo com Barros (1959, p. 324), Luiz Pereira Barretto (1840- 1923) foi o primeiro entre os positivistas[62] a se posicionar contra a criação da universidade. Em 1874, publicou *Filosofia teológica*, dizendo que a Igreja e a Academia em vez de instruir embrutecem: "É o ensino, emanado destas duas corporações, que constitui a verdadeira fonte de corrupção dos nossos costumes sociais". (BARROS, 1959, p. 325). Completa seu depoimento afirmando que o ideal seria a eliminação de ambas as instituições, com o triunfo do ensino livre que deveria preparar o advento da doutrina definitiva. Em 1880, voltou a escrever, agora, uma série de artigos, *A propósito da universidade*, publicados no jornal *A Província de São Paulo,* nos quais alerta os paulistas para o perigo de criar uma universidade no Brasil. Numa tentativa de defesa do projeto de liberdade de ensino, ataca o Estado, comparando-o a "um minotauro, que tudo absorve, tudo devora", sendo que esta não pode ser a conduta política. Segundo Pereira Barretto, o Estado precisa:

> [...] corrigir os erros do ensino primário e superior e de criar o verdadeiro ensino secundário, ao invés de engordar o **minotauro,** lançando-lhe como alimento a pretenciosa (sic), estéril e anacrônica universidade. (BARROS, 1959, p. 327)

Juntamente aos positivistas, na luta contrária a criação de uma universidade no Brasil, tínhamos alguns Ministros do Império e Senadores e os filhos da escola de Coimbra que compunham a Câmara dos Deputados e do Senado (BARROS, 1959, p. 223).

---

[62] Positivista vinculado ao grupo heterodoxo de Littré, denominado por Paim de "ilustrado". Segundo Barros (1959, p. 125), "Barreto é um positivista ortodoxo, de uma ortodoxia mais maleável, entretanto, do que a dos futuros apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes."

Vimos, no item anterior desta dissertação, que Miguel Lemos, Teixeira Mendes e seus seguidores do *Apostolado Positivista* engrossaram as fileiras dos grupos que, a partir de 1870, posicionaram-se contrários à criação de universidades no Brasil.

O primeiro texto de Miguel Lemos acerca da universidade, de que tivemos acesso no desenvolvimento desta pesquisa, foi um artigo escrito em 16 de dezembro de 1881 e publicado pelo Apostolado Positivista em 1981. No artigo, dizia ele: “Tudo parece encaminhar-se para tornar efetivo o extravagante projeto de criação de uma universidade no Brasil” (LEMOS, 1981, p. 74).

Quando Miguel Lemos redigiu este artigo, já haviam sido feitas vinte e duas tentativas de criação de universidades no Brasil. A primeira tentativa, como vimos, ocorreu em 1583. O projeto a que se referia Mendes, em 1881, foi de autoria do Ministro dos Negócios do Império, o Barão Homem de Melo, a última tentativa feita no Império. De acordo com Lemos,

> Esta tentativa absurda que só poderia gerar como resultado a sistematização da nossa pedantocracia e atrofiamento do desenvolvimento científico, que deve assentar em um regimen de completa liberdade espiritual, bastaria por si só para demonstrar a incapacidade política dos nossos governos (LEMOS, 1981, p. 74).

A citação acima já evidencia dois motivos que levaram os positivistas a serem contrários à idéia de universidade: a) por relacionarem esta instituição à pedantocracia, b) por acreditarem que ela limita a liberdade de consciência, sendo

um estorvo para o desenvolvimento científico. Como vimos no capítulo I deste estudo, estes eram postulados defendidos por Augusto Comte.

No artigo a que fizemos referência acima, Lemos reproduziu o “protesto” que redigiu em Paris, em primeiro de março de 1881, e que foi publicado na *Revue Occidentale*. Neste protesto, Lemos apresentou cinco argumentos que justificariam a não criação de uma universidade no Brasil. Foram eles:

> 1º Que as universidades de estado, depois de terem sido os fócos da liberdade espiritual, quando o catolicismo tornou-se opressor, tornaram-se hoje, por sua vez, instituições decadentes e um dos maiores obstáculos a toda livre tentativa de reorganização espiritual;
> 2º Que a criação de semelhante instituição em nosso país não corresponde a nenhuma necessidade real, mas somente ao patriotismo mal esclarecido de um certo número de cidadãos que arrastam-nos assim a imitar organizações caducas, contra as quais protestam há muito tempo todos os espíritos emancipados do velho mundo;
> 3º Que o Brasil possui um número mais que suficiente de escolas superiores para satisfazer às necessidade profissionais, e que a fundação de uma universidade só teria como resultado estender e dar maior intensidade às deploráveis pretensões pedantocráticas da nossa burguezia, cujos filhos abandonam as demais profissões, igualmente úteis e honrosas, para só preocupar-se com a aquisição de um diploma qualquer;
> 4º Que a criação de semelhante instituição em nada interessa, como se quer fazer acreditar, à glória do reinado do Sr. D. Pedro II, que, pelo contrário, só pode pretender ao reconhecimento da posteridade, dirigindo os destinos de nossa pátria conforme as tendências de nossa época, e não sacrificando o nosso futuro à satisfação de uma vaidade pueril, indigna da alta responsabilidade de sua função;
> 5º Que, finalmente, os sacrifícios exigidos para realizar este projeto, serão outros tantos esforços desviados, com grande prejuízo para o povo, da solicitude que deve inspirar a todos, governos e governados, a verdadeira instrução popular, aquela que se dirige a todos e não somente a um pequeno número de privilegiados (LEMOS, 1981, p. 75 – 76).

Estes argumentos, como já afirmamos, foram escritos em primeiro de março de 1881. Como, em dezembro do mesmo ano, ainda continuava o debate sobre o projeto Homem de Melo, Miguel Lemos encarregou Teixeira Mendes de escrever uma série de artigos que foram publicados na *Gazeta de Notícias*, no ano de 1882. Posteriormente, esse conjunto de artigos foi publicado, sob a forma de livro, pelo Apostolado Positivista do Brasil[63]. Sob a forma de livro, os artigos apareceram com os seguintes títulos: 1. Posição do problema; 2. Limites naturais da ação governamental na reforma do ensino publico; 3. Destino político do ensino; condições de preenchimento desse destino; 4. Medidas políticas necessárias à reorganização do ensino público; 5. O regime católico-feudal: advento das Universidades; 6. A transição revolucionária: papel das Universidades, advento das academias; 7. Papel dos sábios na evolução ocidental, a grande crise; a situação atual, especialmente brasileira; 8. Resumo e conclusão.

Com esses artigos encomendados a Teixeira Mendes, Miguel Lemos pretendia convencer a população em geral e o Imperador da inadequação para o país de uma instituição universitária. Afirmou ele:

> Que a atividade e os capitais que vão ser assim empregados, contra os interesses do país e em proveito dos parasitas cientificos, deveriam ser consagrados à solução do nosso grande e iniludível problema social, - a emancipação dos escravos, - à educação dos libertos e à decretação de medidas tendentes a pôr a nossa legislação em harmonia com os nossos costumes (LEMOS, 1981, p. 76).

---

[63] MENDES, Raimundo Teixeira. *A universidade*: artigos publicados na Gazeta de Notícias. 2. ed. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1903. 96 p.

De acordo com o positivista Miguel Lemos, a sociedade precisava entender que o projeto de criação de universidade que tramitava na Câmara dos Deputados e no Senado não era favorável ao país.

Dessa forma, encampando a luta contrária à criação de universidades, os positivistas do Apostolado colocaram-se a responsabilidade de instruir o proletariado em relação aos assuntos que tramitavam na sociedade, oferecendo esclarecimento para que tivesse uma opinião formada para assim posicionar-se.

Mendes assumiu o compromisso social de esclarecer os motivos pelos quais não deveria vingar esta tentativa. Iniciou com o argumento de que os idealizadores do projeto estavam indo contra o progresso do século XIX, discurso evidentemente fundamentado na doutrina de Comte. Sob esta perspectiva, Mendes definiu que, para ser uma “instituição progressista”, era preciso colocá-la a serviço da ordem. Além disso,

> [...] para saber si uma instituição é ou não progressista, cumpre ezaminar préviamente si se está em uma época normal ou num período revolucionário. No primeiro cazo, só é progressista a instituição que não perturbar o equilíbrio social; no segundo cazo, só é progressista a instituição que concorrer para restabelecer esse equilíbrio (MENDES, 1903, p. 55).

Para que se possa compreender melhor a posição de Teixeira Mendes acerca da universidade, faremos, com base no conteúdo do seu livro *A universidade*, um breve histórico da criação de universidades no mundo. O nome universidade apareceu em 1215, em Paris, no primeiro regulamento das escolas de Paris, feito pelo legado do papa, Roberto de Courçon. O regulamento deliberou que os

educadores não poderiam mais lecionar em Paris antes de completar vinte e um anos e sem ter estudado no mínimo seis anos. E para ter licença para ensinar, o candidato deveria ser examinado, abolindo, para tal seleção, a física e a metafísica de Aristóteles. Mas Gregório IX, na bula de 1231, restabeleceu a Universidade de Paris, retomando em parte as obras de Aristóteles.

Houve, a partir desse momento, um crescimento das universidades, as quais eram protegidas pelos reis e pelos papas, que buscavam instruir-se junto aos doutores.

> No século XIII surgírão ainda as Universidades: de Pádua e Nápoles, sob a proteção de Frederico II; Tolóza, Montpellier, Cambridge e Salamanca. A escóla de Orleans, notável pelo estudo do direito civil, recebeu os privilégios em começo do XIV século, e a de Angers antes do fim do mesmo século. A de Praga, a primeira e a mais eminente das Universidades alemans, constituiu-se em 1350; Leipzig veio posteriormente. Cada Universidade distinguia-se por uma especialidade: Paris, pela teologia; Bolonha, Orleans, etc., pelo direito; Montpellier, pelos estudos médicos, etc. (MENDES, 1903, p. 49).

Mas foi com o advento do processo industrial europeu que as universidades ganharam mais destaque, pois estavam os grandes intelectuais dedicados às descobertas científicas. Segundo Mendes, o fator que as colocava em evidência era a influência social, o mérito dos cursos de direito e dos comentários sobre Aristóteles que, nas aulas, se faziam presentes. A discordância de Mendes centrava-se, portanto, na questão de que este tipo de instituição só atendia às classes dirigentes.

Ele relatou que, com a dissolução do regime medieval, formou-se um “sistema de exploração das massas em proveito das velhas classes”, compondo para tal fim

uma aliança entre os membros ressurgidos da dissolução medieval, as Universidades e os Parlamentos, em que dominavam os legistas. Mendes, na tentativa de evidenciar essa dominação, retomou os acontecimentos da França, no momento em que foram restauradas algumas universidades que haviam sido suprimidas no século XVIII ao serem acusadas de representantes da aristocracia. Segundo sua avaliação, a universidade francesa, ressurgida durante o governo de Napoleão Bonaparte, aconteceu porque não se tinha um Estado político fixo, com um quadro de docentes com princípios sensatos, tanto que:

> Os sábios especialistas, sobretudo das siências inferiores, ligão-se a ele para explorar em comum a França e o mundo. Désta época é que data a tentativa de harmonizar o gênesis e a siência. Bichat funda a biologia e não é membro do Instituto. Gall demonstra a pluralidade das funções que fórmão a alma; evidencia que o cérebro é o conjunto de órgãos correspondentes a éstas funções; vem a Paris realizar os cursos que já havia feito em outros lugares e é aplaudido por Cuvier. Aprezenta, porem, a sua memória ao Instituto, e o mesmo Cuvier, a um aceno de Bonaparte, firma o mais cínico parecer que jamais hômem de siência assinou (MENDES, 1903, p. 74).

Tendo Mendes esse entendimento das relações universitárias, uma vez cogitada a sanção do projeto de criação de universidades no Brasil no século XIX, ele tratou logo de dar um parecer à sociedade da forma como esta instituição viria atender às necessidades sociais brasileiras. Ao se colocar nesse papel mostrou que os projetos voltados ao favorecimento do proletariado deveriam atender ao trabalhador que cultiva o solo, que extrai os produtos das minas, constroem os edifícios, em suma, os homens que estão voltados diretamente para o trabalho com a natureza. Cabe, então, distinguir quais dessas classes devem ser

favorecidas com a reforma do ensino: a classe que consome o capital acumulado pelo proletariado, consagrando-se ao bem-estar ou a classe que luta pela sobrevivência, retirando do seu próprio trabalho o que vestir, comer e onde morar, sendo que o capital humano que lhe é repassado é insuficiente para sustentar uma família. Mendes finalizou seu raciocínio afirmando que o ensino superior só favorece os protegidos da fortuna que se encontram nas capitais e têm meios para fazer as despesas exigidas, construindo assim um verdadeiro privilégio que abrange poucas pessoas. Portanto, desenvolver o ensino superior é acelerar a produção em grande escala do parasitismo; a ascensão das mediocridades para as altas funções diretivas e o agravamento dos vexames e a desmoralização do proletariado.

Abordando os males que a criação de uma universidade traria para o Brasil, Mendes declarou que um estadista não exerceria o poder que lhe foi atribuído pela sociedade, senão para realizar os projetos que melhor se adaptassem às condições do momento.

> Houve o tempo em que foi hábito arraigado em nossa sociedade o pensar que o governo tudo podia [...] Esse módo de ver deve, porém achar-se hoje mais que muito abandonado, não só pelo público, mas principalmente pelos homens políticos, e sobretudo pelo chefe do Estado (MENDES, 1903, p. 13).

Um estadista de bom-senso, completou Mendes, deve reconhecer que a função política do ensino é conhecer as leis e exercer a vida social. Tal conhecimento, segundo esse positivista, adquire- se na família, e na vida pública por intermédio da conduta moral, intelectual e prática das pessoas que educam o indivíduo. Na

família, segundo as diretrizes do positivismo, deve necessariamente basear-se toda a educação, caracterizando a fonte perpétua da instrução; e, após, os órgãos públicos de ensino lhes complementará os costumes, além de ensinar as leis cíveis do seu país. Já o ensino profissional, deve ser adquirido na prática, é esta a base teórica de que precisa o homem para exercer uma profissão. Engana-se quem defende a idéia de que médicos, engenheiros, administradores, entre outros profissionais, devem ser formados falando e ouvindo a teoria: “Reflitão os nóssos concidadãos e o chéfe do Estado, e hão de reconhecer que isto é tão disparatado como abrir aulas para formar pedreiros, ferreiros, etc.” (MENDES, 1903, p. 28).

O discurso contrário à necessidade de uma universidade no Brasil, na segunda metade do século XIX, foi defendido diante das prerrogativas do desenvolvimento econômico do país, onde era preciso um grande número de trabalhadores braçais para a lavoura e para a indústria e não de profissionais de áreas específicas. Foi neste sentido que Mendes afirmou que a situação do Brasil estava longe de reclamar uma Universidade, tendo em vista a realidade em que o mesmo se encontrava. Dizia, ainda, que não seria preciso ser formado no ensino superior para exercer a função de construtor, por exemplo, bastava aprender fazendo; a prática dava conta de ensinar. Portanto, não seria de responsabilidade do Estado formar bacharéis, mas dar condições empregatícias ao trabalhador e criar uma lei de emancipação que assegurasse a incorporação dos trabalhadores escravos na sociedade, garantindo a sobrevivência de toda a população.

Mas para que o destino social de todas as famílias fosse plenamente alcançado, Mendes lembrou que a formação espiritual não dependia do Estado; somente o

proletariado, diante de tantas doutrinas, é que decidirá quem será seu representante religioso. “Óra, ezístem atualmente várias doutrinas, que afétão similhante pretenção em nome dos princípios teológicos, e somente o Pozitivismo, que, segundo as afirmações de seus sectários, se apóia na siência” (MENDES, 1903, p. 34).

É na defesa dos seus princípios, como: liberdade religiosa, liberdade de profissões, liberdade de indústria, que os positivistas afirmam que a liberdade é o princípio fundamental do positivismo, reclamando, tanto para o ensino como para a religião, a liberdade, a fim de evitar os privilégios, contrários à marcha evolutiva do Ocidente. Por isso os positivistas afirmam que criar uma universidade é um ato retrógrado e, ainda, declaram que a ciência não lucra com semelhante criação, porque a ciência nasceu sem privilégios:

> [...] A proteção só serviu para profaná-la, aplicando-a contra os interésses sociais e em proveito dos retrógrados e anarquistas. O país também não lucra: 1º, porque a Universidade vai consumir um capital enórme, milhór aplicado na elevação dos proletários; 2º, porque vai dificultar a propagação da doutrina regeneradora, seja éla qual for; 3º; porque ataca a liberdade de pensamento; 4º, porque aumenta o parazitismo burguês.Também não lucra Sua Magestade, porque não será por esta forma que ha de grangear a gratidão da posterioridade. Ao contrário, é sobre o seu nome que hão de cair as maldições dos vindouros, esquecidos dos áulicos que insuflarão o projeto, para só se lembrar do ditador que os escuto, em vês de atender aos reclamos do patriotismo dezinteressado.[...] (MENDES, 1903, p. 95 - 96).

A universidade, após seu surgimento, no século XI na Itália atravessou séculos na luta pela sua existência. Foi implantada no século XII na França, no século XIII na Espanha, no século XIV na Alemanha, etc. Algumas tiveram curta existência,

outras, apesar do apogeu, em seguida caíram na obscuridade, como foi o caso das universidades da França que foram suprimidas por um período de doze anos. “Algumas foram reabertas, tendo vida intermitente, enquanto outras foram reduzidas a colégios, agregadas a universidades de maior porte e prestígio, ou ainda, completamente extintas” (ROSSATO, 1998, p. 58).

A oposição em torno da criação de uma universidade no Império foi fortalecida pelos católicos, conhecidos como partidários do ensino livre[64], que compunham o grupo anti-universitário tanto na França como no Brasil. Foi a este ideal do grupo defensor do ensino livre que se juntaram os positivistas, tanto os heterodoxos quanto os ortodoxos (principalmente os membros do *Apostolado Positivista*), o que não poderia ser diferente na medida em que seguiam os mesmos princípios de seu Mestre, o filósofo de Montepllier, que defendia a proclamação do ensino livre:

> A essa corrente liberal vem unir-se o positivismo. Condenada por Comte como instituição ligada a uma estrutura de pensamento e a uma organização social superadas, a universidade – em que se pese a sua reabilitação por Littré – é olhada com desconfiança pelos positivistas; criá-la para eles, seria caminhar contra a história. Para uma doutrina que reclama até mesmo a extinção do ensino oficial, por que seria uma expressão de odioso privilégio, é claro que a instituição da universidade seria um absurdo, reforçando os privilégios odiosos. É do ensino livre, com a retirada do Estado do campo teórico, que o país necessita – e a universidade é, para os discípulos de Comte, o antípoda dessa aspiração (BARROS, 1959, p. 231).

Explica Barros (1959, p. 251) que existiu mais de um conceito para a liberdade de ensino. Enquanto uns a considevam “como garantia de expressão de pensamento,

[64] A idéia de liberdade do ensino, segundo Barros (1959, p. 230), é a aspiração descentralizadora do governo central no campo da educação, assim, uma vez decretado o ensino livre, ocorre a redução ao mínimo dessa intervenção governamental.

como inteira liberdade de cátedra" para outros ela poderia ser pensada "como liberdade ilimitada de fundar escolas sem licença ou inspeção, de criar faculdades, ou mesmo universidades particulares". Já os positivistas concebiam a liberdade de ensino "como um elemento da transição orgânica, é incompatível com a universidade em geral, sob qualquer de suas formas conhecidas". Desse modo, afirma Comte que só o positivismo pode desenvolver, com plena sinceridade, a liberdade de ensino, pois por meio desta organização da educação se poderá chegar ao estado positivo. Mas reconhecia que tal organização ainda não seria possível de ser realizada enquanto não passasse a fase transitória denominada por Comte de metafísica. Até lá, para Comte, o Estado deveria renunciar a todo sistema completo de educação.

Assim como tivemos grupos defendendo um mesmo ideal – ensino livre –, mas cada qual com seus interesses, também ocorreram várias interpretações a respeito da universidade. Uns entendiam universidade não enquanto reunião de várias escolas, mas "universidade enquanto expressão do Estado, enquanto forma de poder público, seja este, ainda, liberal e democrático" (BARROS, 1959, p. 251). Os grupos que desejavam a descentralização a viam somente como o máximo de intervenção estatal, o que menos desejavam que ocorresse.

Entendemos que os grupos defensores do ensino livre tinham características próprias quanto aos seus ideais: uns aceitavam a universidade, desde que o Estado não fizesse dela monopólio; outros grupos, contrariando esta posição, rejeitavam, decididamente, a idéia de uma universidade no Brasil, pois buscavam

a descentralização. Há, ainda, aqueles que desejavam a liberdade das profissões, com o afastamento do Estado do ensino, no intuito de evitar privilégios.

Do exposto neste item, podemos extrair algumas considerações:

1. Miguel Lemos não foi um opositor isolado à idéia de criação de universidades no Brasil na segunda metade do século XIX. Como Presidente do *Apostolado Positivista*, suas posições era apresentadas em nome dessa agremiação. Como não encontramos nas fontes consultadas nenhuma oposição dos membros do Apostolado a essas posições, acreditamos que elas podem ser consideradas como representantes do conjunto de seus membros.

2. Miguel Lemos e Teixeira Mendes atuavam muito coligados, de forma que as idéias de um são assimiladas pelo outro nos diversos temas que abordaram, inclusive em relação à universidade.

3. A oposição à criação de universidades foi uma postura assumida tanto pelos positivistas ilustrados como pelos ortodoxos.

4. O debate em torno da criação ou não de universidade no Brasil, na segunda metade do século XIX, ficou restrita às elites econômicas, políticas e intelectuais, as quais, pelo seu posicionamento, não incorporavam, ao seu projeto para o Brasil, a institucionalização do ensino universitário. Essas elites não viam nenhum beneficio para seus interesses econômicos e

políticos – apresentados como interesses do país – na instituição universitária.

5. Outros grupos sociais, como as classes médias, parece que, também, ainda não haviam incorporado o ideal do ensino universitário como um fator para a sua ascensão social.

6. A posição de Miguel Lemos e dos outros positivistas ortodoxos, como Teixeira Mendes, em relação à universidade e à sua inadequação ao momento evolutivo do país, baseava-se nos ensinamentos de Augusto Comte. Neste sentido, seus argumentos não eram novos e nem refletiam uma adequada análise da situação econômica, política, cultural e social do Brasil.

7. A partir das posições assumidas por Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros positivistas acerca da universidade, é possível afirmar que a tese da resistência de Portugal à expansão do ensino superior no Brasil, precisa ser complementada pela análise do comportamento das elites econômicas, políticas e intelectuais brasileiras que, como vimos, mostraram-se em vários momentos tão retrógradas quanto o Governo Português.

CONSDERAÇÕES FINAIS

A experiência que tivemos com a pesquisa deste tema, no mínimo, curioso, para aqueles que se interessam pelo estudo da história das universidades no Brasil foi muito importante. Consideramos gratificante o estudo de obras disponíveis de autores que se dedicaram à divulgação da história do positivismo no Brasil; como, também ter pesquisado em materiais do início do século passado e, principalmente, do século XIX, que auxiliaram no entendimento do objeto desta dissertação.

Entendemos, ainda, que a escolha do objeto foi pertinente. Quando optamos por um estudo direcionado à oposição de Miguel Lemos e, conseqüentemente, de Teixeira Mendes, à criação de universidade no Brasil na segunda metade do século XIX, estávamos, de fato, enveredando por um campo promissor de pesquisa.

> [...] o apostolado de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, vai caindo num esquecimento difícil de ser quebrado pela falta de elementos elucidativos. Acham-se êstes perdidos em opúsculos e livros raros, em colaborações de jornais e revistas da época, em discursos e escritos sepultos nos Anais das Assembléias Legislativas da União e dos Estados, em sentenças e decisões judiciárias, em documentos que só se podem manusear nos caóticos e pouco acolhedores Arquivos das nossas escolas secundárias e superiores, onde vários discípulos de Comte lecionaram, ou perante cujas congregações defenderam teses de doutoramento ou de concurso (LINS, 1967, p. 6).

Diante dessa declaração de Lins, esperamos que os poucos documentos primários localizados na BIBILIOTECA DA CASA DE RUI BARBOSA; no MUSEU DA REPÚBLICA; na IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL, na BIBLIOTECA PÚBLICA DO

PARANÁ e na BIBLIOTECA DA USP[1] DO LARGO DE SÃO FRANCISCO sejam significativos para que a história de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes desperte interesse aos futuros pesquisadores do positivismo no Brasil. Muitos desses documentos precisam ser explorados com mais precisão, pois é grande a variedade de conteúdos que poderão vir a ser temas de outras pesquisas.

Nossa contribuição, portanto, para a difusão do pensamento de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, esteve relacionada ao reconhecimento de que houve um posicionamento contrário desses positivistas à criação de universidades no Brasil. Essa oposição se baseou tanto na fidelidade ao segmento religioso de quem eram adeptos, como na visão que tinham do contexto político-social em que viviam, interferindo, assim, nas questões produzidas por sua época.

Pode haver o questionamento do porquê, entre tantos outros opositores à criação de universidades no Brasil, talvez até mais participativos, selecionamos, especificamente, Miguel Lemos. Então, vamos à resposta: durante o processo de estudo sobre os positivistas percebemos que não podíamos falar de positivistas como um grupo unânime, uma vez que existiam interesses específicos[2] entre eles. Logo, formulamos a hipótese da existência de diferentes tendências no interior do pensamento positivista brasileiro. Julgamos necessário considerar tal hipótese para evitar certas confusões teóricas que comprometeriam esse estudo.

Não podíamos nos referir aos positivistas como todos aqueles que aderiram ao pensamento de Comte, uma vez que, na elaboração da filosofia positiva, Comte teve

---

[1] MENDES, Raimundo Teixeira. *A Universidade.*
[2] Diante do debate em torno da criação de universidades, os diferentes grupos positivistas se posicionaram contrários.

momentos teóricos distintos. Neste sentido, foi essencial a caracterização dos positivistas.

Identificamos, na literatura disponível, a existência de dois grandes grupos, ou seja, os **heterodoxos** (ou ilustrados), que assim eram denominados por não aceitarem os ensinamentos religiosos de Comte, interessando-se apenas pelos estudos científicos do filósofo matemático, estudos esses construídos na sua primeira fase intelectual; e o grupo conhecido como **ortodoxo**, que priorizou a segunda fase da vida de Comte, momento em que ele instituiu a Religião da Humanidade.

Desses grupos, delimitamos nosso estudo aos ortodoxos. Diante da atuação incondicional de Miguel Lemos na Presidência do *Centro Positivista Brasileiro*, de seu trabalho assíduo e dedicado como apóstolo da Religião da Humanidade, percebemos que poderíamos centrar nossos estudos neste autor positivista, uma vez que ele, juntamente com o vice-presidente, eram os representantes legítimos desse grupo.

Dentre os trabalhos do Apostolado, os que mais nos interessaram foram aqueles referentes à universidade. A investigação sobre esta temática nos revelou que Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram contrários à criação da universidade no Brasil, fundamentando-se nos escritos de Comte sobre o assunto. Porém, apesar do Apostolado ter buscado fundamento, primeiramente, no posicionamento de Comte, não podemos perder de vista que essa organização positivista fez parte de um contexto histórico diferente daquele vivido por Augusto Comte.

Parece-nos, portanto, que o pensamento de Comte a respeito do tema delineou a oposição do grupo ortodoxo, mas que esta posição foi, de certa forma, ajustada à

realidade brasileira do período. Ou seja, Lemos e Mendes, ao tentarem impedir a idéia de criação de uma universidade no Brasil, utilizaram-se de argumentos fundamentados nas diferentes determinações – econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas – que definiam o Brasil no século XIX, muito embora nem sempre tenham sido felizes na apreensão da realidade brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa, de caráter histórico, retomou os acontecimentos políticos e econômicos da década de 1870, momento em que houve no Brasil, a partir das transformações econômicas em curso, uma abertura para a importação de diferentes ideologias, entre elas a positivista. Entendemos que esse é o caminho para analisarmos um autor inserido em um contexto que lhe é próprio.

Todavia não foi somente a posição contrária de Miguel Lemos, ou de qualquer outro opositor, que retardou a criação de universidade no Brasil. Esta oposição esteve aliada às questões postas pela sociedade de sua época, que contribuíram para que se concretizasse esse ideário tão tardiamente. Isso porque um projeto político-social só se concretiza de acordo com as condições objetivas de uma determinada sociedade, e não diante das condições subjetivas daqueles que idealizaram ou rejeitaram tal projeto.

Nosso entendimento é que os projetos apresentados para a criação de uma universidade no Brasil não foram concretizados porque esta instituição ainda não se apresentava para as elites dominantes como uma necessidade histórica. Para essas elites, existiam, para o desenvolvimento de pesquisas científicas, os *Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, os *Museus Etnográficos* e as faculdades já criadas nas grandes capitais.

Os próprios profissionais envolvidos com essas instituições tinham consciência da ameaça que seria a criação de uma universidade para o prosseguimento dos trabalhos que desenvolviam. Esses profissionais, denominados por Schwarcz (1993, p. 19), de "homens de sciencia",

> Em finais do século XIX, e no interior dos estabelecimentos em que trabalhavam, tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista e, utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação [...].

Esses "homens de sciencia" só perderão sua influência com a criação das primeiras universidades no início do século XX:

> [...] Os anos 30 fixam, nesse sentido, os limites máximos desse texto. Nesse momento coincidem não só a decadência de um paradigma teórico – o evolucionismo social -, que havia informado e conformado boa parte dos estabelecimentos em questão, como uma crescente fragilidade de parte desses institutos, ameaçados em seu predomínio e autonomia com a fundação das primeiras universidades do país. Como dizia em 1927 um professor da Faculdade de Direito de Recife, ' tudo mudou, o tempo mudou, o espírito não podia ficar o mesmo' (SCHWARCZ, 1993, p. 22).

Interessa-nos destacar, portanto, que os protestos de Miguel Lemos e Teixeira Mendes tiveram repercussão porque já existia na sociedade uma campanha contrária à criação de universidades no Brasil, o que significa dizer que a postura de Miguel Lemos, embora importante, isoladamente, não foi determinante no retardamento da instituição universitária.

Atualmente, a influência da teoria positivista continua a se fazer sentir na educação, nos diferentes graus de ensino, desde o ensino fundamental até o ensino superior. O estudo da concepção de Comte nos permitiu refletir sobre alguns aspectos da influência da

teoria positiva no ensino brasileiro, por isso, pensamos ter sido significativa a exposição das idéias de Comte nesta dissertação. Aliada às experiências de estágios supervisionados, realizados durante o curso de Pedagogia, percebemos que é na disciplina de história que, fortemente, temos a difusão dos ensinamentos da ciência positiva, fundamentada na explicação da história pautada nos fatos.

Essa influência foi decorrente do trabalho realizado pelos positivistas nos já mencionados *Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, locais de pesquisa conhecidos como os representantes dos estudos historiográficos, fundados no século XIX, com a função de "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens até então dispersos" (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Os positivistas, ao desenvolverem o objetivo de valorização dos documentos como fonte para o estudo da história, como registros da "evolução da humanidade", conseguiram grande importância na institucionalização da história enquanto disciplina científica e acadêmica no Brasil.

Constituiu-se, portanto, a disciplina de história, com o objetivo de "lembrar para comemorar, documentar para bem festejar" (SCHWARCZ, 1993, p. 104). Nos nossos dias, é esse papel que a história-disciplina desenvolve no ensino fundamental, uma prática docente impulsionada por um ensino centrado na memorização de datas e nomes importantes.

É muito fácil encontrarmos, nos livros didáticos, os acontecimentos históricos apresentados sob os princípios da filosofia positiva, isto é, submetidos às leis da natureza, onde a História da Humanidade está reduzida à obediência de um contínuo progresso linear que a *evolução* exige. Portanto, a história se confunde com a "marcha

progressiva do espírito humano", ou seja, os atos humanos, individuais ou coletivos, estão subjugados a uma lógica da natureza, invariável em seu destino. Isso significa que o que acontece e vai acontecer na trajetória humana já está predeterminado. Explicada dessa forma, a história não se processa em movimento contraditório e conflituoso pelo qual os homens em sociedade transformam a natureza em condições que lhe são dadas, num tempo e espaço determinados.

Entendemos, portanto, que a história compreendida pela perspectiva comtiana contém o princípio moral de um ensino voltado para "ordenar" a sociedade que se faz, contrário ao movimento conflituoso. Cultivar e demonstrar o amor à Pátria é o fim central de um ensino baseado no positivismo.

No ensino universitário, as pesquisas tendem, também, a serem desenvolvidas sob os aspectos morais e valorativos. Por mais que se tente interpretar a história dos homens, comentá-la sob um outro ponto de vista histórico e não tão somente apresentá-la cronologicamente, essa postura, na maioria das vezes, acaba sendo reproduzida.

FONTES DOCUMENTAIS

Discursos e projetos pronunciados sobre a criação de universidades no Brasil em 1870.

ANAIS DO SENADO. Discurso de Paulino José Soares de Souza. *Sessão em 26 de agosto de1870.* p. 1 - 7.

ANAIS DO SENADO. Discurso de Zacarias de Góes e Vasconcelos. *Sessão em 24 de agosto de 1870*. p. 172/185.

ANAIS DO SENADO. Discurso de Paulino José Soares de Souza. *Sessão em 29 de agosto de 1870*. p. 1 - 6.

ANAIS DO SENADO. Discurso de Zacarias de Góes e Vasconcelos. *Sessão em 30 de agosto de 1870*. p. 1 – 15.

ANAIS DO SENADO. Discurso de José Inácio Silveira Mota. *Sessão em 27 de agosto de 1870*. p. 214 – 226.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Paulino José Soares de Souza. *Sessão em 6 de agosto de 1870*. p.72 – 76.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; discurso sobre o espírito positivo; discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo po*sitivista. Seleção de textos de José Arthur Gianotti. Trad. José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

COMTE, Auguste. *Sociologia.* Evaristo Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1989 (Grandes Cientistas Sociais).

COMTE, Augusto. *Reorganizar a sociedade*. Trad. Álvaro Ribeiro. 3. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1993. (Filosofia & Ensaios).

GONÇALVES, C. Torres. *I - A igreja e apostolado positivista do Brasil*: em defesa de sua organização e da ação de seus apóstolos Miguel Lemos e Teixeira Mendes *II – Júlio de Castilhos e o positivismo*. Rio de Janeiro, 1963. 44 p.

GONÇALVES, C. Torres. *A constituição republicana de 14 de julho, a de 10 de novembro e o pozitivismo*: a propózito da influência “pozitivista” e “castilhista”

descoberta no regime político atual do Brazil pelo Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1945. 5 p.

GONÇALVES, C. Torres. *A constituição republicana de 14 de julho e de 10 de novembro*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1940. 37 p.

LEMOS, Miguel. *Discurso proferido pelo cidadão Miguel Lemos na sessão sociolátrica realizada a 7 de setembro de 1881 sobre a fundação da Pátria Brasileira*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1933. 8 p., n. 515.

LEMOS, Miguel. *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*: ano de 93 (1881). Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1981. 89 p.

LEMOS, Miguel. *Ao S. Ex. o Sr. Senador Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brazil, 1889. 4 p., n. 68.

LEMOS, Miguel . *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. Publicação comemorativa do cinqüentenário de sua transformação, 1967. 24 p, n. 553.

LEMOS, Miguel ; MENDES, R. Teixeira. *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a república brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890. 19 p.

LEMOS, Miguel. *Luís de Camões*: ensaio histórico. Tradução Lucas Alexandre Boiteux. Rio de Janeiro: São José, 1968. 168 p.

LEMOS, Miguel ; MENDES, R. Teixeira. *Representação enviada ao congresso nacional propondo modificações no projeto de Constituição apresentada ao governo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1935. n. 112, 27 p.

LONCHAMPT, J. *Epítome da vida e dos escritos de Auguste Comte.* Trad. Miguel Lemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1959.

MENDES, Raimundo Teixeira. *A universidade*: artigos publicados na Gazeta de Notícias. 2. ed. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1903. 96 p.

MENDES, R. Teixeira. *O ensino público e o despotismo sanitário*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1910. n. 302, 5 p.

MENDES, R. Teixeira. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna e os ensino de Augusto Comte*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil. 1917. n. 417, 45 p.

PAIM, Antônio (Seleção e Introdução). *O apostolado positivista e a república.* Brasília, DF: Universidade de Brasília, Câmara dos Deputados, 1981. (Pensamento Político Republicano, 2).

PAIM, Antônio (Org.). *Plataforma política do positivismo ilustrado.* Brasília, DF: Universidade de Brasília, Câmara dos Deputados, 1981. (Pensamento Político Republicano, 5).

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália P. A. et al. *Para compreender a ciência:* uma perspectiva histórica. 6. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *La Doctrine de l´education universelle dans la philosophie d´Auguste Comte*. 1957

ASSOCIAÇÂO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - *Informação e documentação*: referências: elaboração: 6023*.* Rio de Janeiro, ago. 2002.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo:Editorial Grijalbo, 1967.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo:USP/FFCL, 1959.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Positivismo e educação. In:_____. *Ensaios sobre educação*. São Paulo: EDUSP; Editorial Grijaldo, 1971, p. 129-149.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia comteana*. São Paulo: Discurso editorial, 1999.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, dez. 1995, p. 275 – 293, v.5, n. 25.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

CARTOLANO, Maria Tereza Penteado. Benjamin Constant (1890) e hoje?. In: FÁVARO, Maria de Lurdes de Albuquerque ; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). *PRO-*

POSIÇÕES: revista quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp. São Paulo, 1994. p. 54 – 76. v. 5, n. 3 [15].

CARTOLANO, Maria Tereza Penteado. Benjamin Constant Botelho de Magalhães. In: FÁVERO; Maria de Lurdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil*: da colônia aos dias atuais. Brasília: INEP; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 111 – 115.

CHAUÍ, Marilena. In: OLIVEIRA, Armando. *Aspectos da história da filosofia*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, João Cruz. *O positivismo na República*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. (Brasiliana, 291).

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151 – 204.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Ana Maria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*: NBR 14724/2002. MARINGÁ: Dental Press, 2003.

EISENBERG, Peter L. *A mentalidade dos fazendeiros no congresso agrícola de 1878*. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis, S. P: Vozes, 1980. p. 167 – 194. (História Brasileira, 5).

FÁVERO, Maria de Lurdes de A. *Universidade em busca de sua identidade*. Petrópolis:Vozes, 1977. (Educação e Tempo P resente; 13).

FÁVERO, Maria de Lurdes de A. *Universidade do Brasil*: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v. 1.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d. 1. ed (14 imp.).

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Trad. de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1978.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, S. P: Vozes, 1980. p. 9 – 42. (História Brasileira, 5).

LEONEL, Zélia. *Contribuição à História da Escola Pública*: Elementos para a crítica da teoria liberal da educação de Campinas. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. (Brasiliana, 332).

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *História das universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, s.d.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3.ed. Portugal: Editorial Presença; Brasil: LIVRARIA Martins Fontes, s.d., v.1.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega. s.d, v.1.

MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Auguste Comte:* Sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 7).

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*: 1933-1974 pontos de partida para uma revisão histórica. 4.ed. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaios, 30).

PAIM, Antonio. *Os novos caminhos da universidade***.** Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 1981. (Pensamento Universitário, 18).

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 42 – 59.

PEREIRA, M. E. Mazzilli ; GIOIA, S. Catarina. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: ANDERY, Maria Amália. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 6. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996. p. 257 - 294.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1986 (Educação Contemporânea).

PINTO, Orlando da Rocha. *Cronologia da construção do Brasil*: *1500 – 1889.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987. (Horizonte Histórico).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: Editora da USP, 1999. (Ensaios Latino-americanos, 4).

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RIBEIRO JUNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros Passos).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1991.

ROSSATO, Ricardo. *Universidade***:** nove séculos de história. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial n Brasil (1870 - 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, S P: Vozes, 1980. p. 133-156. (História Brasileira, 5).

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertraud Brasil S. A, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A, 1966.

TISKI, Sergio. *A questão da religião em A. Comte*: uma periodização da sua vida e do seu pensamento a respeito da religião. 1995. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

VERDENAL, René. A filosofia positiva de Augusto Comte. In: CHÂTELET, François (Org.). *História da filosofia*: idéias , doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1981. p. 213 – 246.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez, 1980. (Educação Contemporânea).